

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – SCHLA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DECISO**

**EDSON R. GARRIDO MOTTA**

**TURISMO NO ESPAÇO RURAL: AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS  
NO CAMINHO DO VINHO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR**

**CURITIBA  
2013**

EDSON R. GARRIDO MOTTA

**TURISMO NO ESPAÇO RURAL: AS TRANSFORMAÇÕES  
SOCIOAMBIENTAIS NO CAMINHO DO VINHO EM SÃO JOSÉ DOS  
PINHAIS/PR**

Dissertação de Mestrado, Programa de  
Pós-graduação em Sociologia,  
Departamento de Ciências Sociais,  
Setor de Ciências Humanas Letras e  
Artes. Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

**CURITIBA  
2013**

Catálogo na publicação  
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Motta, Edson Rodolfo Garrido

Turismo no espaço rural : as transformações socioambientais no  
Caminho do Vinho em São José dos Pinhais/PR / Edson Rodolfo  
Garrido Motta – Curitiba, 2013.

133 f.

Orientador: Profº. Drº. Alfio Brandenburg

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências  
Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Turismo e meio ambiente. 2. Turismo rural. 3. Turismo rural –  
Políticas públicas. I. Título.

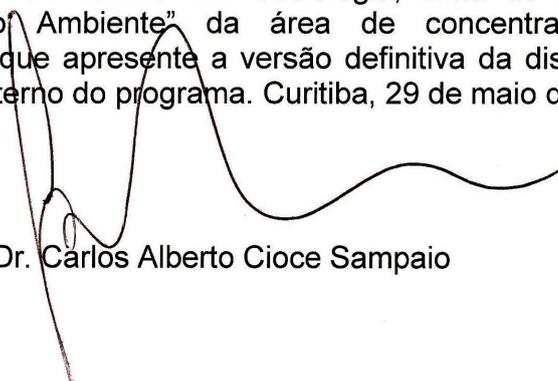
CDD 338.47918162



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

### ATA DE SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública de defesa de dissertação para obtenção do Título de Mestre em Sociologia. No dia 29 de maio de 2013, às 14:30 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos Professores Doutores Carlos Alberto Cioce Sampaio – UFPR, Katya Isaguirre – UFPR e Alfio Brandenburg – UFPR (Orientador e Presidente da Banca Examinadora), com a finalidade de julgar a dissertação do(a) candidato(a) **Edson Rodolfo Garrido Motta**, intitulada “O TURISMO NO ESPAÇO RURAL: AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO CAMINHO DO VINHO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR”, para obtenção do grau de mestre em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feita pelo orientador. Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela “...*APROVAÇÃO*...” do(a) acadêmico(a), habilitando-o ao título de Mestre em Sociologia, linha de pesquisa “Ruralidades e Meio Ambiente” da área de concentração em SOCIOLOGIA, desde que apresente a versão definitiva da dissertação conforme regimento interno do programa. Curitiba, 29 de maio de 2013.

  
Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio

  
Prof.ª Dr.ª Katya Isaguirre

  
Prof. Dr. Alfio Brandenburg  
Orientador e presidente da banca examinadora

Aos meus pais, Rodolfo Garrido e Flor Motta, aos meus irmãos Juan Pablo e Rodrigo, e aos meus queridos sobrinhos Samuel, Bernardo e Henrique.

## **AGRADECIMENTOS**

Sou eternamente agradecido aos meus pais e aos meus irmãos que desde o início desta jornada estiveram me incentivando, apoiando e compreendendo o significado do trabalho realizado.

Ao meu orientador, Professor Doutor Alfio Brandenburg, por aceitar o desafio de contribuir, discutir e apoiar desenvolvimento da dissertação sobre Turismo Rural à luz da Sociologia.

Aos professores e colegas que participam do Ceru – Centro de Estudos Rurais - que deram suas ótimas contribuições durante a realização da pesquisa.

À todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, pela oportunidade de inserção ao Mestrado em Sociologia.

Aos professores, Dra. Margarete Araújo Teles e Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio pelas contribuições no exame de Qualificação.

Aos professores que compõem a banca de defesa dessa dissertação, Dr. Carlos Alberto Cioce e Dra. Katya Regina Isaguirre.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo financiamento da pesquisa via bolsa de estudos.

Ao casal e colegas de Mestrado, Diego Coletti Oliva e Carolina Ribeiro pelas contribuições e pelo excelente auxílio na informática.

Aos meus caros amigos e grandes desbravadores Erico Massoli, Fabio N. Hasegawa, Robson Villalba e Ana Maria Palma, em que durante toda esta trajetória compartilhamos as nossas angústias, os diálogos intermináveis, as reflexões, aos encontros lá no Luzitano, que só entende quem conhece.

Ao estímulo dos amigos Tiago Roks, Denize Munhoz, Camila Dubroeuq, Milton de Oliveira Jr., Erika Lotz, David Tavares, Wolfgang Schneider.

À grande parceira, Miriam Raquel Scardua que deu todo suporte, apoio incondicional, por toda a compreensão e paciência nos momentos difíceis dessa trajetória.

Ao Ednei Bueno do Nascimento e seus colegas da Emater de São José dos Pinhais.

À Aurora Girardi pelas informações prestadas e a Marta Takahashi pelo material fornecido.

Aos proprietários dos estabelecimentos do Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho, que colaboraram com as informações empíricas, indispensáveis para a realização da pesquisa, e em especial aos agricultores familiares.

Aos parceiros da nova geração de Mestres, que me deram a oportunidade de ser o representante Discente junto ao corpo Docente.

## **EL ARADO**

*Aprieto firme mi mano,  
Y hundo el arado en la tierra,  
Hace años, que llevo en ella  
Como no estaré agotao?  
Vuelan mariposas, cantán grillos  
La piel se pone negra  
y el sol brilla, brilla y brilla  
el sudor me hace zurcos,  
yo hago zurcos a la tierra sin parar  
Afirmo bien la esperanza  
Cuando pienso la outra estrella  
nunca es tarde me dice ella  
la Paloma volará  
Vuelan mariposas, cantán grillos  
La piel se pone negra  
y el sol brilla, brilla y brilla  
Y en la tarde cuando vuelvo,  
en el cielo apareciendo uma estrella  
nunca es tarde dice ella  
la Paloma volará volará volará  
Como yugo de apretao  
Tengo el puño esperanzao  
Porque todo cambiará...  
(Victor Jara)*

## RESUMO

Este estudo tem como objeto de pesquisa o Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho, situada na comunidade Colônia Mergulhão, pertencente ao espaço rural de São José dos Pinhais/PR. Nesse sentido, coube investigar as transformações socioambientais ocorridas no âmbito dos agricultores familiares e empreendedores inseridos no Caminho do Vinho desde sua implantação, em 1999. Especificamente buscou-se identificar os atores sociais locais e as características dos estabelecimentos presentes no Circuito; discutir as mudanças de atividades em decorrência do turismo e da política inerente a mesma; e analisar a reorganização do ambiente natural e sua relação com o turismo, tal como percebido pelos atores. A metodologia de pesquisa de caráter qualitativa utilizando-se de entrevistas semiestruturadas, observações diretas, conversas informais e notas de campo. A análise dos dados e seus respectivos resultados permitem concluir que o crescimento de visitantes circulando pelo Caminho do Vinho engendrou a mudança de atividade econômica transformando os agricultores familiares em empresários modernos, além disso, com o decorrer dos anos a artificialização cultural vem se sobrepondo à identidade cultural. Já o ambiente natural como recurso turístico esta mais presente entre os estabelecimentos ligados a outros serviços – restaurantes, eventos, pesque-pague entre outros – do que às propriedades agrícolas que integram o Caminho do Vinho.

**Palavras-chave:** Turismo e Meio ambiente. Turismo Rural. Políticas Públicas. Transformações Socioambientais.

## ABSTRACT

This study is the research object of Rural Tourism Circuit Way Wine, located in Cologne Mergulhão community, belonging to the rural areas of São Jose Dos Pinhais / PR. In this sense, fit to investigate the environmental changes occurring in the context of family farmers and entrepreneurs entered in the Way of wine since its implementation in 1999. Specifically sought to identify the local stakeholders and the characteristics of establishments present in the circuit; discuss the changes of activities as a result of tourism and politics inherent in it, and analyze the reorganization of the natural environment and its relationship to tourism, as perceived by the actors. The methodology of qualitative research study using semi-structured interviews, direct observations, informal conversations and field notes. The analysis of the data and their results indicate that the growth of visitors circling the Way Wine engendered the change of economic activity transforming family farmers on modern entrepreneurs, moreover, over the years the artificiality comes overlapping cultural identity. Already the natural environment as a tourist resource this more present among the establishments connected to other services - restaurants, events, feefishing among others - than the farms that comprise the Wine Path.

**Keywords:** Tourism and Environment. Rural Tourism. Public Policies. Environmental Transformations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - DIVISÃO POLÍTICA	73
FIGURA 2 - PORTAL DO CAMINHO DO VINHO	79
FIGURA 3 - MAPA DO CAMINHO DO VINHO	79
FIGURA 4 - SINALIZAÇÃO PADRONIZADA	79
FIGURA 5- CAMINHO DO VINHO	80
FIGURA 6 - CASA DA CULTURA	92
FIGURA 7 - FACHADA DE UMA VINÍCOLA	93
FIGURA 8 - FACHADA DE UMA VINÍCOLA 2	94
FIGURA 9 - INTERIOR DE UMA VINÍCOLA	94
FIGURA 10 - INTERIOR DE UMA VINÍCOLA 2	95
FIGURA 11 - ANTIGO PARREIRAL	96
FIGURA 12 - ANTIGO PARREIRAL 2	96
FIGURA 13 - EXPANSÃO DOS ESTABELECIMENTOS	100
FIGURA 14 - CHIQUEIRO	104
FIGURA 15 - GALINHEIRO	105
FIGURA 16 - ESPAÇO AO AR LIVRE EM UM RESTAURANTE	106
FIGURA 17 - HORTA	106
FIGURA 18 - PRESENÇA DOS ANIMAIS	107
FIGURA 19 - JANGADA PARA TRILHA ECOLÓGICA	107
FIGURA 20 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO MINHOCÁRIO	108
FIGURA 21 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA	112
FIGURA 22 - PAISAGEM DA PRODUÇÃO RURAL	113
FIGURA 23 - CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS	114
FIGURA 24 - COMPOSIÇÃO AGROINDÚSTRIA NO ESPAÇO RURAL	115
FIGURA 25 - ARTICULAÇÃO ENTRE O PASSADO E O MODERNO	117
QUADRO 1 - DINÂMICA E DIFERENCIAÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO DA COMUNIDADE DE MERGULHÃO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – de 1990 a 2004	81
QUADRO 2 - RELAÇÃO DAS CATEGORIAS E DE ESTABELECIMENTOS QUE INTEGRAM O CAMINHO DO VINHO	83

GRÁFICO 1 - CONFORMAÇÃO DE RENDA	87
GRÁFICO 2 - PRODUÇÃO DE VINHO	88

### **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - RELAÇÃO DE EMPREGOS E MEMBROS DA FAMÍLIA	89
TABELA 2 - PLURIATIVIDADE	109

### **LISTA DE SIGLAS**

ACAVIN – Associação do Caminho do Vinho
ABRATUR – Associação Brasileira de Turismo Rura
APA - Área de Preservação Ambiental
COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
ECO-1992 – Conferência Mundial do Meio Ambiente, realizada em 1992 no Rio de Janeiro.
EMATER/PR – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDAP – Instituto de Desenvolvimento Agrário (Chile)
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTur – Ministério do Turismo
OMT – Organização Mundial de Turismo
ONG – Organização não governamental
PEA – População Economicamente Ativa
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras em Domicílio
PNUMA – Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente
PNT – Plano Nacional de Turismo
PNTRAF – Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROSAM – Programa de Saneamento Ambiental do Paraná

Rede TRAF – Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDU - Secretaria de Planejamento Urbano

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETU - Secretaria de Estado do Turismo

SICTUR – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

WTTC – *World Travel & Tourism Council*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 AS RELAÇÕES ENTRE TURISMO E MEIO AMBIENTE</b> .....	26
1.1 TURISMO E MEIO AMBIENTE .....	26
1.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO SUSTENTÁVEL.....	29
1.3 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS.....	34
<b>1.3.2 Ecoturismo e Turismo de aventura</b> .....	34
1.4 TURISMO RURAL: CONCEITOS NO BRASIL E NO MUNDO .....	36
1.5 TURISMO: CONCEITOS BÁSICOS .....	43
1.6 ATORES SOCIAIS – DE AGRICULTOR FAMILIAR À EMPRESÁRIO .....	45
<b>2 POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA A MANUTENÇÃO DO HOMEM NO CAMPO</b> .....	48
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: CATEGORIA GENÉRICA E POLÍTICA.....	48
2.2 PAPEL DO PODER PÚBLICO: O PROJETO DE TURISMO RURAL NA RMC E O PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR .....	52
<b>2.2.1 Surgimento e projeto do Anel Metropolitano de turismo rural na RMC</b> 52	
2.2.1.1 A ECOPARANÁ.....	55
2.2.1.2 A COMEC – Coordenação da região metropolitana de Curitiba .....	55
2.2.1.3 A EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural .....	56
<b>2.2.2 Programa de Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar-PNTRAF</b> .....	61
<b>2.2.3 Um Debate Em Torno Da Pluriatividade</b> .....	64
<b>3 O ESPAÇO RURAL EM ANÁLISE: O CIRCUITO DE TURISMO RURAL DO CAMINHO DO VINHO SOB O OLHAR DOS ATORES SOCIAIS</b> .....	73
3.1 A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	73
<b>3.1.1 O município de São José dos Pinhais</b> .....	75
<b>3.1.2 Histórico da Colônia Mergulhão</b> .....	76
3.2 O CIRCUITO DE TURISMO RURAL CAMINHO DO VINHO DA COLÔNIA Mergulhão EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – PR .....	77

3.3 OS ESTABELECIMENTOS DO CIRCUITO DE TURISMO RURAL CAMINHO DA COLÔNIA Mergulhão.....	80
3.4 OS VINICULTORES .....	84
3.5 OS DEMAIS ESTABELECIMENTOS .....	98
3.6 A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO RURAL CONTEMPORÂNEO NA COLÔNIA Mergulhão.....	111
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	125
<b>APÊNDICES</b> .....	132

## INTRODUÇÃO

O Turismo, de modo geral, exerce papel fundamental dentro da atividade econômica em nível mundial, sendo o setor de serviços que mais emprega pessoas no mundo. O turismo articula-se ao sistema econômico globalizado, por ser um setor que tem como escopo atender as demandas de “lazer” ou “ócio” nos momentos em que as pessoas disponibilizam do seu tempo para tal fruição, contrapondo-se ao estresse proveniente das inúmeras variáveis pessoais, ambientais e organizacionais das grandes cidades vigentes na pós-modernidade.

O turismo passou a ser um fiel “retrato” da dinâmica da globalização viabilizando novos círculos sociais, redes de comunicação, relações de mercado. Para demonstrar como esse trânsito de pessoas “cristaliza-se”, se mantido o ritmo neste ano de 2011, esperasse, segundo projeção do Ministério do Turismo no Brasil:

[...] os desembarques de passageiros de vôos nacionais e internacionais aumentaram, cada um, em mais de 20% no último mês. É o melhor março da série histórica, iniciada em 1993. Foram 728 mil desembarques internacionais, crescimento de 22,52% em relação ao mesmo período de 2010. Os domésticos chegaram a 6,4 milhões, aumento de 21,5% em relação a março de 2011. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011)<sup>1</sup>.

Esses dados denotam enorme trânsito de pessoas pelo planeta, o que acaba fomentando cada vez mais as segmentações dentro do turismo.

Com a mobilização em torno das questões ambientais e as emergências do respeito e do estreitamento da relação com a natureza, o surgimento, a criação e a consolidação do segmento do Turismo Rural têm se notabilizado por uma atividade que se desenvolve no meio rural com foco na valorização cultural das comunidades e de suas sustentabilidades, tornando-se, inclusive no Brasil, foco de grande interesse turístico.

Diante da velocidade e da pressão que as transformações econômicas, sociais e ambientais suscitam sobre os indivíduos, geram uma demanda de pessoas ávidas por sua melhoria de vida, no sentido de refletirem e assumirem posturas condizentes a tais mudanças.

---

1 Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias/20110428.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20110428.html)>. Acesso em: 01 dez. 2012.

Essas transformações que o movimento ecológico nos início dos 60, e mais fortemente nos anos 70, chamava a atenção para as consequências dessa lógica mercadológica e industrial.

O retorno à natureza torna-se um objetivo comum ao ser humano que busca “escapar” do cotidiano vivido nas grandes cidades, e por esse fato, que turismo rural vem se firmando como uma prática relacional entre os atores do meio urbano junto aos do meio rural.

Convergindo no sentido de fortalecer o papel que o meio rural pode assumir ao desenvolver outras atividades para além do tradicional agrícola, no Brasil a partir de meados da década de 90 do século XX, o poder público iniciou a desenvolver via políticas públicas, a implantação e implementação de projetos, programas e, inclusive, de leis que direcionassem e ordenassem os diversos segmentos do turismo no meio rural, a fim de dar conta tanto das demandas tanto do agricultor familiar, como de outros atores, que também, passam a se utilizar espaço rural como fonte de renda e de vida.

Esse direcionamento de valorização do espaço rural pelo incentivo de atividade não rural tem contribuído para o redimensionamento e ressignificação dos modos de vida que se desenvolve no meio rural brasileiro.

O presente trabalho analisa as mudanças socioambientais no Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho, na Colônia Mergulhão de São José dos Pinhais, importante Município que pertence a Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

A RMC engloba 29 municípios, sendo a segunda maior região metropolitana do país em extensão e tem como base econômica a agropecuária, a extração mineral e forte crescimento industrial nos últimos anos. É válido destacar que, praticamente, todos os municípios da região metropolitana tiveram a presença de várias etnias (alemães, italianos, poloneses, ucranianos) em sua formação.

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2010), a população de São José dos Pinhais é de 264.210 mil habitantes, e pelo crescimento no setor secundário da economia passou a ser o segundo maior PIB do Estado do Paraná. Tangenciando a esse fato, o setor de serviços, sob o viés do turismo, nas últimas duas décadas, no Brasil vem se constituindo em um fenômeno que tem a capacidade de impulsionar e desenvolver a infra- estrutura e de gerar emprego e renda.

A Colônia Mergulhão foi originada pela colonização italiana e, posteriormente, por poloneses. O desenvolvimento da Colônia esteve vinculado ao sistema de produção tradicional - policultura e criação de animais (bovinos e suínos). A princípio esta produção era para subsistência e o excedente era vendido em Curitiba. É a partir desta relação entre os “colonos” e “cidadinos” que se iniciou o processo de comercialização de diversos produtos, entre os quais, o vinho tem papel estratégico relevante para a formação e consolidação do Circuito de Turismo Rural do Caminho do Vinho. Com isso o escopo do trabalho pautasse sobre as mudanças engendradas pelo turismo rural no Caminho do Vinho e obter junto aos atores que conformam o circuito se a atividade turística tem sido realmente um elemento chave para valorizar o agricultor familiar.

Com isso, a realização deste trabalho justifica-se no sentido investigação de se trazer à tona o aprofundamento crítico do fenômeno do Turismo pelo viés da Sociologia. Raros são as teses, dissertações e artigos acadêmicos que aprofundam a complexidade dessa interação entre campo e cidade sob a interface desses campos. Normalmente, encontram-se referências bibliográficas inerentes a estas duas categorias, porém, de forma separada e envolvida em lógicas empíricas distintas.

O interesse por este tema de pesquisa vem desde o período de minha graduação em Turismo, pela Universidade Federal do Paraná, sempre estive voltado para a área ambiental. Na época, realizei estágio na Secretária do Meio Ambiente do Município de Curitiba. Esta sede está localizada no maior Parque Público da cidade, o Parque Barigui. As atividades atinentes ao estágio visavam o atendimento de toda comunidade. Realizávamos caminhadas pelas trilhas com a finalidade de promover a Educação Ambiental. O contato direto com crianças e pessoas da terceira idade, me permitiu pensar em vários elementos que poderiam facilitar a conscientização e a circulação das pessoas dentro do parque.

Conciliando o olhar de turismólogo ao de meio ambiente, em meu trabalho de conclusão de curso fiz um projeto de sinalização turística e ambiental, cujo objetivo era de auxiliar tanto os turistas quanto a comunidade autóctone.

Na sequência da trajetória acadêmica, fiz Especialização em Educação Ambiental no SENAC. Foi por meio desta especialização, que tive oportunidade de realizar estágio dentro de uma grande instituição de Ensino Fundamental e Médio em Curitiba.

Nesta instituição não havia disciplina específica para a prática de Educação Ambiental, porém, pelo fato de eu ter bom conhecimento de cinema, me foi proposto auxiliar professores da área de Arte. O conhecimento adquirido dentro de sala de aula junto aos docentes, a dinâmica de trabalho e no diálogo com as crianças ofereceu subsídios para pensar no projeto de final da especialização tendo a Arte como desencadeadora da Educação Ambiental. Neste projeto, foi articulado o trabalho com as linguagens artísticas como música, artes visuais, cinema e teatro com questões ambientais, em processo reflexivo e interativo.

Ao entrar no presente mestrado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná na linha de Ruralidades e Meio Ambiente, visei realizar uma análise do turismo pelo viés das ciências sociais, visto que na graduação, a disciplina de Sociologia apenas perpassou e não aprofundou a respeito dos efeitos advindos da atividade turística, e isso, gerou-me inquietação.

Portanto, a produção acadêmica que tenha a inferência entre as ciências sociais e turismo, de modo geral, ainda é incipiente. Por haver poucos livros, teses ou dissertações que retratam estudos sobre o que está imbricado na relação entre tais campos, Froehlich reforça que:

Parece faltarem estudos sociológicos de perspectivas mais etnometodológicas, no sentido de dar conta da possível sensação de crise dos que têm sido tradicionalmente os majoritários do espaço rural, ou seja, os agricultores familiares. Será que, ao lado de parcelas de agricultores que exitosamente se reconvergem integrando estratégias de inserção mercadológica via turismo, as transformações sociais no rural não vêm afetando outras tantas parcelas de agricultores. (FROEHLICH, 2000, p. 185).

Por meio de uma busca de trabalhos acadêmicos realizados, tanto dissertações como teses, percebesse que as análises atinentes ao turismo rural, especificamente, no Caminho do Vinho da Colônia Mergulhão em São José dos Pinhais e Região Metropolitana de Curitiba ainda são incipientes. Relativo a este circuito no momento, têm-se duas dissertações de mestrado, uma da Sociologia e outra da Geografia e um artigo publicado.

O trabalho de Mariléia Tonietto (2005), mestre em Sociologia pela UFPR, com a dissertação “Colônia Mergulhão: o sentido da tradição na ruralidade contemporânea” a autora verificou como se processa às relações sociais familiares diante das inserções de novas atividades agrícolas e não agrícolas, e de como a

reinvenção da tradição e passa a ser relevante para o “nicho turismo rural’ por meio da valorização do patrimônio sociocultural de um grupo.

Já o trabalho de Rubens Rondon Kassar (2011), mestre em Geografia pela UFPR, com a dissertação “Turismo em espaços periurbanos: O Caminho do Vinho em São José dos Pinhais/PR” aborda a influência das políticas públicas na formação do Caminho, exaltando os aspectos objetivos e positivos decorrentes de tais políticas.

Levando em conta trabalhos que tratam de outros circuitos de turismo rural que integram a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), podem ser levadas em conta duas dissertações e quatro teses, ainda que não tratem especificamente do Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho, mas que discutem e refletem sobre o andamento do diversos circuitos de turismo rural que conformam o Anel de Turismo Rural da Região Metropolitana de Curitiba.

A dissertação de Laura Rinaldi (2007), mestre em Cultura & Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz e Federal da Bahia, disserta sobre “Circuito Italiano Turismo Rural: O turismo, o cotidiano e o patrimônio cultural de Colombo – PR”, a autora mostra como o turismo pode reforçar a identidade e resgatar diversos aspectos da cultura italiana conjugando-se em um patrimônio cultural de relevância turística para o município de Colombo. A despeito deste mesmo circuito, Luciano Zanetti Pessoa Candioto (2010), doutor em Geografia pela UFSC, apresenta a tese “Circuito Italiano Turismo Rural, Colombo- PR: gênese, desenvolvimento e implicações sociais”, em que faz uma análise contundente e amparada na teoria social crítica e de reflexões a partir de Milton Santos, desta forma, o autor traz os aspectos positivos e negativos do Circuito de Turismo Rural para os agricultores familiares envolvidos.

A dissertação de Leticia B. Nitsche (2007), mestre em Geografia pela UFPR, dissertou sobre “O significado do turismo no roteiro “Caminhos de Guajuvira” Araucária/PR”, neste trabalho a referida autora procura entender por meio da percepção dos atores que recebem visitantes e quais as mudanças ocasionadas pelo turismo. Este trabalho também chama a atenção para a discussão teórica pautada fenomenologia, o que não é algo comum de se encontrar dentro de pesquisas da geografia e turismo.

Em termos de teses, há duas teses e uma dissertação que se aproximam no debate sobre turismo e política pública. A tese de Margarete Araújo Teles (2011),

doutora em Geografia pela UFPR, abordou sobre “Turismo, ordenamento territorial e desenvolvimento na Região Metropolitana de Curitiba”, para a autora ficou tácito que desarticulação de interesses entre os atores públicos e privados representa um entrave para o desenvolvimento do turismo regional.

Nessa mesma esteira, a dissertação “Desenvolvimento do turismo no espaço rural nas Rotas do Pinhão, Região Metropolitana de Curitiba: Convergências e conflitos das Políticas Públicas”, Marino Castillo Lacay (2012), mestre em Geografia pela UFPR, por meio de contato com agentes das esferas federal, estadual e municipal envolvidos com toda complexidade que envolve a implementação das políticas públicas do turismo rural na Região Metropolitana de Curitiba, traz à tona quanto o jogo de interesses acaba por frear o desenvolvimento dos diversos circuitos que conformam as Rotas do Pinhão.

Já Osmar Tomas de Souza (2006), doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR, apresenta a tese “Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural em cenários de heterogeneidade socioeconômica e ambiental: casos ilustrativos em comunidades rurais da Região Metropolitana de Curitiba”. O escopo deste trabalho está na reprodução da agricultura familiar em três comunidades da região: as comunidades da Colônia Mergulhão (São José dos Pinhais), de Santo Amaro (Mandirituba) e Postinho (Tijucas do Sul), e de que forma as políticas públicas, mesmo que timidamente, passam a levar em conta as demandas sociais, culturais e ambientais geradas sobre a uma nova concepção sobre a agricultura e o rural.

Por fim o artigo Szuchman et.al.(2006) tem como tema o “Desenvolvimento local sob a ótica do Turismo na Agricultura Familiar: um estudo em São José dos Pinhais/PR”. Este artigo dá ênfase, praticamente, as questões econômicas via concepção da Rede TRAF – Turismo Rural na agricultura familiar, e deixa em aberto questões inerentes aos aspectos ambientais e sociais, também deixa de discutir ou de observar, em que medida o Caminho do Vinho se enquadra efetivamente ao que a Rede TRAF objetiva.

Desse modo, considerando os estudos já realizados, nesta pesquisa pretende-se investigar as transformações socioambientais ocorridas no âmbito dos agricultores familiares e empreendedores inseridos no Caminho do Vinho da Colônia Mergulhão no município de São José dos Pinhais.

Para atender o objetivo geral proposto, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os atores sociais locais e sua participação na formação do Circuito de Turismo Rural na Colônia Mergulhão implantado em 1999.
- Verificar a origem dos atores sociais que integram o circuito, assim como, identificar as características dos estabelecimentos do Caminho do Vinho.
- Verificar e discutir em quais propriedades que integram o Caminho do Vinho houve mudanças de atividades em decorrência do turismo e da política inerente ao mesmo.
- Analisar a reorganização do ambiente natural e sua relação com o turismo, tal como percebido pelos atores.

#### ASPECTO METODOLÓGICO – UNIVERSO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A escolha do objeto de análise não foi um processo simples, apresentando alguns percalços, principalmente, para a escolha definitiva de qual circuito da região metropolitana deveria ser investigada.

Inicialmente o Circuito de Turismo Rural do Município de Campo Magro foi escolhido, porém ao fazer as primeiras inserções empíricas constatei dois fatores de inviabilidade, a primeira se refere a poucos empreendimentos serem de origem ou de conotação agrícola, tendo em sua constituição empreendimentos ligados a restaurantes e outros serviços, e em segundo, ao participar de uma reunião entre a secretaria de turismo do município e os empreendedores deste circuito, observei que a discussão estava na ordem de permanência ou dissolução do circuito. Ao perceber tal instabilidade, optei pela mudança de objeto de pesquisa.

Assim sendo, optei por iniciar a pesquisa no Circuito de Turismo Rural de Colombo, por ser considerado um dos primeiros e mais conhecido dos circuitos da RMC, por suas particularidades (por exemplo, produção orgânica), por apresentar uma diversidade de empreendimentos, aliado ao bom número de empreendimentos agrícolas integrando o mesmo. Quando já estava realizando boa parte do campo empírico (entrevistas) e participando das reuniões do conselho, ao realizar pesquisas de fontes secundárias deparei com uma tese defendida recentemente e que havia investigado praticamente o mesmo que eu estava realizando. Isso se

tornou um dilema, pois teria que rever todo o processo investigativo para seguir nesse objeto. Em diálogo com meu orientador optamos pela mudança de município e circuito.

Um novo e instigante desafio me fez optar por realizar o trabalho de investigação no Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho da Colônia Mergulhão, no Município de São José dos Pinhais. Considerado o terceiro circuito de turismo rural surgido na RMC e muito mencionado, inclusive, por empreendedores de outros circuitos inicialmente pesquisados, e como um exemplo a ser seguido. Perante isso, o Caminho do Vinho se mostrou um campo aberto para realização de pesquisa, pois as pesquisas no referente Circuito ainda são incipientes, e pela própria historicidade local, que permite visualizar os diferentes aspectos subjacentes à localidade.

Cabe enfatizar que devido a complexidade da pesquisa, este trabalho não contempla uma discussão sobre o perfil e comportamento do turista, do papel dos conselhos e associações, da multifuncionalidade e da paisagem, embora eu considere isso importante, mas se considerando que é uma pesquisa de mestrado e que tenho apenas dois anos, estas abordagens podem ser objetos de futuras pesquisas junto ao Caminho do Vinho.

Em relação aos aspectos metodológicos, optou-se pela pesquisa qualitativa, com uso corrente da técnica de entrevista semiestruturada que permite a obtenção de dados por meio de questões abertas e fechadas, em conjunto às notas de campo realizadas pela observação participante. Com a conjugação de ambas as técnicas me permitiu a obtenção de dados sob a ótica dos atores que conformam e que participaram do processo de formação do Caminho do Vinho.

O roteiro de entrevista semiestruturada foi aplicado para dois grupos: sendo aplicado um questionário junto ao grupo empreendedores, sendo entrevistados os respectivos responsáveis pelos estabelecimentos (cônjuges ou filhos), e o outro, um roteiro de entrevista junto aos agentes públicos que participaram efetivamente da construção do circuito- a representante do Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do município de São José dos Pinhais e com técnicos da Emater, que na época, participaram diretamente na formação do projeto de anel de turismo rural da RMC, que, por consequência, participou da conformação do Caminho do Vinho.

Nesse sentido, o roteiro de entrevistas via questionário com questões abertas e fechadas permitiu obter uma variedade de informações econômicas,

culturais e ambientais do Caminho do Vinho, ao mesmo tempo, que se tornaram importantes para a objetivação da construção de um apanhado geral de como se apresenta atualmente o circuito de turismo pesquisado. De acordo com Gil:

A entrevista é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, pensam, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. (GIL, 1991, p.113).

Porém para a descrição dos dados atinentes às questões ambientais, que tratavam de como a natureza e o meio ambiente eram utilizados pelos atores como elementos de atração do seu estabelecimento, e diante da dificuldade dos atores responderem sobre o sentido de tais elementos como recurso turístico, percebemos que o melhor caminho para compreensão do objetivo proposto foi de realizar a observação participante com a utilização da técnica de notas de campo. Como ressalta Hébert (1990, p.155), a observação participante “é o próprio investigador o instrumento principal de observação”.

As notas de campo concebeu a possibilidade de sentir, ouvir e ver como esse meio ambiente se articula ou não com os estabelecimentos do Caminho do Vinho, além disso, como afirma Flick (2004, p.182) as notas de trabalho de campo é uma “produção marcada pela percepção seletiva do pesquisador”. Ainda o referido autor reforça que:

Somente a notação consegue destacar uma ocorrência de curso e transitoriedade cotidianas, transformando-a em um evento para qual o pesquisador, o interprete e o leitor possa voltar sua atenção várias vezes. (FLICK, 2004, p182).

Junto às notas de campo com a finalidade de retratar e facilitar o entendimento de análise posterior, as fotografias foram um recurso considerável para conciliar ao que se registravam as notas. De qualquer forma, diante da complexidade do fenômeno do turismo cabe ao pesquisador saber dos limites a que esta sujeita a análise do objeto pesquisado, pois como afirma Fernandes:

Na investigação empírica não se pode ter em mente, portanto, o ideal da retenção completa ou reprodução total de todos os fatos brutos. O que se pode ter legitimamente, em mira é indicar que pelo menos os fatos essenciais ou mais significativos foram ou serão descritos. (FERNANDES, 1959, p.53).

O trabalho de campo foi realizado entre os meses de junho e outubro de 2012, com praticamente todos os empreendedores do Caminho do Vinho, pois no

momento da pesquisa constavam 36 estabelecimentos dentro do circuito, sendo que 34 foram pesquisados. Destes 34, tem-se 15 empreendimentos de origem rural, ou assim, se intitulam os proprietários.

As entrevistas variaram entre trinta minutos à uma hora, sendo todas aplicadas pelo próprio pesquisador. De todas as entrevistas realizadas, duas apresentaram problemas operacionais com o gravador (mas tendo o registro das respostas no próprio questionário), e uma entrevistada não consentiu em gravar a entrevista.

Vale ressaltar que a retomada da pesquisa em campo após o exame de qualificação foi fundamental para obtenção de dados pertinentes sobre o uso da natureza como recurso turístico pelos atores sociais.

Outra dificuldade em campo foi o fato de não ter tido acesso às reuniões e discussões coletivas, e nem acesso as documentações e pautas da Associação do Caminho do Vinho (ACAVIM), pois a presidente desta, além negar tal acesso, se negou a ceder entrevista. Portanto os dados obtidos a despeito da associação se deram através de conversas informais com os associados.

Esta dissertação apresenta 3 capítulos. O primeiro capítulo faz uma abordagem geral sobre o turismo e o meio ambiente articulado às questões de sustentabilidade, faz-se, também, uma breve apresentação dos segmentos turísticos que se desenvolvem em áreas naturais. Posteriormente parte-se para um amplo debate teórico conceitual em torno do Turismo Rural no Brasil e em outros países e, por último, são apresentados alguns conceitos básicos relacionados ao turismo e a definição de atores sociais.

O segundo capítulo trata das políticas públicas como estratégia para manutenção do homem no campo, salientando a discussão em torno da agricultura familiar, de como surgiu a política de formação do Anel de Turismo da Região Metropolitana de Curitiba, articulando-se com o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar. Complementando-se o capítulo com uma breve discussão sobre o conceito de pluriatividade.

No último capítulo faz-se um histórico do espaço rural da Colônia Mergulhão, situada no município de São José dos Pinhais, na RMC. Em seguida passamos para a análise dos empreendimentos que conformam o Circuito de Turismo Rural do Caminho do Vinho, observando as transformações socioambientais deste campo de investigação à partir do olhar dos atores sociais locais. Para isso dividimos a análise

em três eixos principais de observação, primeiramente analisamos os vinicultores, posteriormente voltamos nossa atenção aos demais estabelecimentos presentes nesse espaço, e por fim, buscamos compreender a realidade que configura esse rural sobre o viés da Sociologia Rural.

# 1 AS RELAÇÕES ENTRE TURISMO E MEIO AMBIENTE

## 1.1 TURISMO E MEIO AMBIENTE

O turismo é uma atividade que exerce importante influência econômica, social, cultural, e conseqüentemente, ambiental. É uma atividade intrínseca ao lazer<sup>2</sup> que mobiliza enorme contingente de pessoas ao redor do mundo, cujo desenvolvimento se deu desde as primeiras fases da Revolução Industrial. Esta revolução conduziu a um novo modelo econômico em que o objetivo principal é a geração de renda. Essa renda que é obtida pela apropriação ou expropriação do homem e dos recursos naturais que caracteriza o sistema capitalista industrial. Em decorrência desse processo houve substancial aumento populacional, resultando proporcionalmente em uma maior pressão sobre os recursos naturais. Neste sentido segundo Dias (2003, p. 14) “o turismo moderno é filho legítimo da Revolução Industrial, desta herdou a racionalidade capitalista de consumir os recursos naturais para obtenção de renda”. O turismo atende perfeitamente aos anseios do Capital, pois incita ao consumo, a renovação e produção de novos objetos, que segundo Marx (2011, p.47) “um consumo sem objeto não é consumo” e, ainda segue o autor, o “objeto também dá ao seu consumo sua determinabilidade, seu caráter e seu fim”. Esse pensamento reflete como a atividade turística pode apropriar-se do sujeito no sentido de direcionar o seu desejo. Marx (2011) define os pressupostos para o entendimento de como a produção produz consumo, que conforme ele se dá na medida em que “cria o material para o consumo, determina o modo de consumo e geram como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objeto”. Tanto é factual a afirmação, que ao observarmos a trajetória prática do turismo partir de meados do século XX, o crescimento do turismo de massa -do segmento de sol e praia- ocasionou mudanças radicais, não somente de ordem social em diversos destinos, assim como, no consumo dos recursos naturais dos mesmos.

---

2 Tangenciando esse processo, o excesso de trabalho nas fábricas passa por diversas negociações e transições que refletem em uma racionalização do tempo máximo de trabalho. Com isso o tempo de não trabalho passa a estar correlacionado ao lazer, que segundo Dumazier (1976, p.34) o lazer teria três funções: descanso; divertimento e recreação e entretenimento; desenvolvimento de personalidade. O lazer se consolida como objeto comercial para a lógica capitalista.

O contingente enorme de turistas que usufrui da flora, a fauna, o clima, a paisagem, a cultura, etc., impactam, muitas vezes, negativamente sobre todo o ambiente do local visitado. Diante desse contexto, para Dias (2003, p. 15) “não resta dúvida de que a massificação do turismo contribui decisivamente para a expansão dos problemas ambientais nos destinos turísticos tradicionais”.

A partir de meados de 1970 a mobilização em torno à crise ambiental (contaminação dos solos, rios e mares, diminuição da flora e fauna, etc.) acarretou, também, em estudos sobre os efeitos do turismo de massa ou convencional. Vale lembrar que o turismo de massa é um segmento que nesse período propiciou certa “aproximação” entre as diferentes classes econômicas.

O crescimento contínuo do turismo está imbricado ao aumento do tempo livre, do avanço tecnológico dos transportes e comunicação, que segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT)<sup>3</sup> entre 1965 e 2004 os deslocamentos internacionais se multiplicaram mais de seis vezes e a receita gerada pelos turistas aumentaram em mais de 53 vezes nesse período, e em constatações mais recentes desta mesma organização relata que entre 2000 e 2008, as viagens internacionais cresceram 4,2% ao ano, alcançando o total de 922 milhões de turistas em 2008, gerando uma renda em torno de US\$ 5 trilhões (World Travel & Tourism Council – WTTC)<sup>4</sup>. Ainda para a OMT esses dados revelam a tendência à descentralização do fluxo turístico, pois há uma leve queda na concentração de viagens no continente Europeu, confluindo em um aumento na América do Norte, Ásia, Oriente Médio e a África, porém a América do Sul nesse intervalo entre 2000 e 2008 apresenta certa estabilidade com concentração de 2,2% da participação no fluxo turístico internacional.

Perante esses dados econômicos mobilizados pelo turismo, é emergencial refletir além do viés econômico, e considerar quais as influências que os serviços turísticos acarretam no âmbito socioambiental.

Nesse sentido, Pires (2001) elenca alguns exemplos dos efeitos práticos e concretos que o turismo exerce sobre o ambiente natural:

---

3 Dados obtidos dos arquivos do site do Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em; maio, 2012.

4 Idem 3.

- O ar: o deslocamento de turistas no ambiente via transporte terrestre ou aéreo gera a combustão e liberação de gases que alteram a qualidade química do ar e, conseqüentemente, afeta o aspecto visual. Com isso a paisagem também passa a sofrer mudanças consideráveis.
- As formações rochosas, recursos minerais e fósseis: estes elementos, muitas vezes, são matérias- primas para artesanatos.
- Os solos e a vegetação: a retirada de vegetação quer seja para trilhas, abertura de estradas ou implantação da infra-estrutura turística, contribuirá para a compactação, erosão e perda da fertilidade do solo.
- Os recursos hídricos: os impactos podem correr diretamente pelo uso recreativo e indiretamente pela retirada de vegetação e a não implantação de sistemas de tratamento de efluentes na implantação da infra-estrutura turística.
- A vida selvagem: a presença humana muitas vezes perturba a fauna nativa, alterando as relações do ecossistema em dada região. Já ao que se refere aos impactos socioculturais é substancial levar em conta uma série de aspectos, que podem ser positivos e negativos. Swarbrooke (2000, p. 113) lista de forma comparativa alguns elementos que permitem uma análise destes impactos (benéfico e negativo):
- A língua: Benéfico: pode gerar interesse na conservação de línguas dos antepassados; Negativo: introdução de palavras estrangeiras no vocabulário local.
- Religião: Benéfico: respeito pela religião da comunidade local visitada; Negativo: perda de espiritualidade em localidades religiosas dominados pelos turistas.
- Artes tradicionais: Benéfico: desenvolvimento de novos mercados para artesanato; Negativo: Banalização / e modificação de formas de artes tradicional e a fabricação em série.
- Estilos de vida: Benéfico: aumento da conscientização de estilos de vida; Negativo: influência da mídia, mudança hábitos alimentares etc.
- Valores e Comportamento: Benéfico: Respeito à comunidade local; Negativo: Crescimento da criminalidade, perda da dignidade por ser

forçada a comportar-se de maneira servil em relação aos turistas.  
Redução da moralidade pessoal.

- População local: Benéfico: redução do despovoamento; Negativo: dominação da comunidade por imigrantes de outras comunidades.

Com a emergência de se repensar o turismo, em meados de 1980 surge o “turismo alternativo” que visa minimizar os impactos socioambientais (homogeneizantes) nas localidades visitadas, aproximando-se da realidade dos autóctones. Essa nova tipologia de turismo desenvolvida na Europa segundo Magalhães (2002, p. 28) tem o “intuito de satisfazer as necessidades de uma clientela com aspirações e motivações, decorrentes de uma nova realidade contemporânea, bem como tentar atender às exigências do meio ambiente.” O turismo alternativo visa atividades que busquem contato com a natureza, como agroturismo, ecoturismo, turismo de aventura, montanhismo, canoagem etc. Conforme Dias (2003), as bases que fundamentaram o surgimento dessas novas práticas de turismo são:

- o aumento da consciência da necessidade de preservação dos recursos naturais;
- a necessidade psicológica das pessoas encontrarem alternativas de lazer diferentes das praticadas nos grandes centros urbanos;
- maior aproximação das formas simples de vida em contraposição à complexidade da vida moderna nos grandes centros urbanos;
- busca de melhor qualidade de vida, que se traduz em maior interação com a natureza.

Entretanto, Olga Tulik (2003) afirma que em alguns lugares, mesmo em áreas protegidas, essas diferentes formas de turismo não urbano são passíveis de serem ambíguas, pois têm assumido características de massificação.

## 1.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO SUSTENTÁVEL.

A partir de 1970 iniciou-se uma mobilização e reflexão contundente em torno das questões ambientais. Nesta época foi realizado um estudo conhecido por *Os Limites do Crescimento* direcionado para o Clube de Roma. Tal estudo alertava para o esgotamento dos recursos dos quais a civilização vem utilizando intensamente. Este estudo demonstrava a incompatibilidade entre o crescimento econômico e disponibilidade de recursos naturais.

Em 1972, realizou-se a grande Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, que trouxe à tona a relevância de se promover um desenvolvimento econômico equilibrado junto aos recursos naturais, nesse sentido Sampaio (2002, p. 28) versa que “o que transpareceu em Estocolmo foi a preocupação dos governos com uma estratégia de gestão meio ambiente, em escala mundial, que atendesse à preservação de um projeto liberal desenvolvimentista”. Foi nesse período que emerge o conceito de ecodesenvolvimento<sup>5</sup> elaborado por Sachs.

Em 1982 foi realizada em Nairobi (Quênia) sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, reunião comemorativa do décimo aniversário da Conferência de Estocolmo, inclusive, com análise dos resultados obtidos período. No ano seguinte foi estabelecida a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela norueguesa Gro Brundtland. Essa comissão objetivou reexaminar e inter-relacionar as questões ambientais e de desenvolvimento. Em 1987 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, por meio do relatório Brundtland introduziu a expressão “Desenvolvimento Sustentável”. A Comissão definiu o desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que visa “satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades futuras”, corresponsabilizando todos os cidadãos a preservar o meio ambiente (SAMPAIO, 2002).

Segundo Giddens (2009) a introdução desse conceito foi preponderante para reunir “duas comunidades anteriormente discrepantes- de um lado, os verdes e os outros que eram “anticrescimento”, e de outro, autores favoráveis ao mercado”. Todavia o resultado dos embates provenientes dessa polarização trouxeram poucas modificações no cenário mundial. Giddens (2009, p.88) relata que “o posicionamento dos detratores do conceito de desenvolvimentos sustentável, em que para estes o

---

5 No livro Planejamento para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso e comparativo de municípios, Sampaio, C.A.C, discute sobre Ecodesenvolvimento e as cinco dimensões (Sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural) elaboradas por Sachs, I.

termo “sustentabilidade” implica continuidade e equilíbrio, enquanto “desenvolvimento” implica dinamismo e mudança”. Sendo os ambientalistas atraídos pelo viés da “sustentabilidade”, enquanto governos e empresas estão voltados para o “desenvolvimento”. Para Giddens o “desenvolvimento sustentável” mais constitui um lema do que um conceito analítico. Raynaut (2004) em seu artigo sobre meio ambiente e desenvolvimento levanta a pertinente questão: sustentabilidade para quem? A tensão entre sistema social e sistema natural tornou ambíguo a própria noção de desenvolvimento sustentável, já que sempre dependeu do “olhar” interpretativo, das prioridades e objetivos dos atores sociais envolvidos em dada situação. Segundo Raynaut:

A sustentabilidade para uma comunidade local à procura dos meios da sua reprodução física e social no seu ambiente de vida não vai ter o mesmo significado para um movimento ambientalista que pretende preservar a “Mata Atlântica”, elemento do património mundial. (RAYNAUT, 2004, p.31).

Dentro dessa reflexão está clara a dificuldade de encontrar um ponto de equilíbrio que dê conta da dimensão social, cultural e ambiental.

Contudo o Relatório de Brundtland foi inspirador para as discussões para a Conferência de cúpula do Rio em 1992 e na criação da Agenda 21 – um plano de metas aceitas universalmente para o período pós-1992 e entrando pelo século XXI, com prioridades, atribuições de responsabilidades, criação e financiamento de projetos de meio ambiente, e transferência de tecnologia ambiental (SAMPAIO, 2002).

Convergindo ao processo acima descrito, surgiu o conceito de turismo sustentável que, evidentemente, sofreu influência direta das bases que compõe o conceito geral de desenvolvimento sustentável. O processo constructo do conceito de turismo sustentável surgiu, também, na década de 1970 por meio do reconhecimento dos impactos causados pelo turismo de massa, e da emergência em se estabelecer uma gestão de controle sobre os turistas (SWARBROOKE, 2000). Devido a essa massificação do turismo na década de 70 que se criou o conceito de turismo verde – uma prática que visava redução dos custos da viagem e alto benefício ambiental. “O uso da expressão “turismo verde” refletia o aumento do interesse por questões ambientais no final dos anos de 1980 e o crescimento de “políticas verdes” no Reino Unido, na Alemanha e na França” conforme Swarbrooke (2000).

A aproximação entre o conceito de desenvolvimento sustentável e turismo sustentável consagrou-se no documento da Agenda 21, ainda que o turismo tenha sido mencionado superficialmente em três capítulos. De acordo com Dias (2003) no conteúdo do capítulo 14 sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável, a atividade turística aparece recomendável para:

Onde não seja possível intensificar a aplicação dos sistemas de exploração agrícola, se poderia determinar e desenvolver outras oportunidades de emprego, dentro e fora das explorações agrícolas, como a indústria familiar, o aproveitamento da flora e fauna silvestre, a aquicultura e a pesca, a transformação de produtos agrícolas, a agroindústria, as atividades recreativas e o turismo. (DIAS, 2003, p.57).

Ainda no período de 1992, houve encontros entre o Conselho Mundial da Indústria de Viagens e Turismo (WTTC), a Organização Mundial do Turismo (OMT) e o Conselho da Terra em que foi estudada a Agenda 21, resultando em um documento contendo um plano de ação específica para o turismo (DIAS, 2003). Nesse documento sustentou a necessidade de práticas sustentáveis aliada à cooperação entre governo, indústria e sociedade civil.

O papel governamental estaria em função da promoção, avaliação, facilitação e coordenação do desenvolvimento turístico. O setor empresarial estaria voltado para minimizar e controlar os impactos da atividade turística nos recursos naturais, e impulsionar a participação das comunidades e sociedade civil em planejamento e propostas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

A efervescência na construção de um novo paradigma no campo do turismo desde a década de 90 do século XX tem gerado debates em torno das implicações da atividade turística e seus efeitos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Com isso, nesse período, surgiu uma diversidade de definições do que seja desenvolvimento turístico sustentável, pois a complexidade em virtude da ampla influência que a atividade turística impele sobre o meio socioambiental onde se efetiva. Assim sendo, para dar conta da operacionalidade necessária para se atingir os objetivos propostos do turismo sustentável, a OMT com base no informe do relatório de Brundtland, definiu o desenvolvimento turístico sustentável como aquele que:

atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer-se as necessidades econômicas, sociais e estéticos, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processo

ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida. (OMT, 1993, p.23).

Observa-se que a formação conceitual dada pela OMT ao ser influenciado diretamente pelo contexto em que se desenrolam as premissas para o desenvolvimento sustentável, criou “tipos ideais” em relação à implantação das atividades turísticas, transparecendo em seus objetivos como algo substancialmente prático e passível de se aplicar em diversos contextos o que poderia ser, em certo sentido, um erro. Por outro lado, o incentivo ao planejamento (com monitoramento efetivo e constante), a gestão participativa (estatal, empresarial e sociedade civil) e a procura pelo equilíbrio socioambiental são fatores que bem articulados podem constituir a base de uma evolução positiva a fim de se atingir os objetivos propostos no seu documento. Conjuntamente a essa perspectiva, Dias (2003, p.69) ressalta que a concepção de desenvolvimento turístico sustentável:

não considera o turismo de massa como uma realidade irreconciliável com o turismo sustentável. Os princípios de sustentabilidade devem constituir o objetivo principal de qualquer espaço ou produto turístico, em qualquer de seus estágios evolutivos, e não circunscrever-se exclusivamente às manifestações supostamente alternativas como o ecoturismo e o turismo rural. Na realidade, eles são mais necessários exatamente em espaços turísticos consolidados, com maiores níveis de pressão ambiental, onde a estabilidade socioeconômica em grande medida dependerá da evolução positiva e equilibrada (sustentável, portanto) da atividade turística. (DIAS, 2009, p. 69).

O turismo sustentável exige o entendimento da complexidade da relação homem, sociedade e ambiente natural. Para dar consistência a essa lógica de sustentabilidade, é indissociável, a permanência e valorização do homem do campo, seu reconhecimento pela dignidade da estrutura social em que vivem, pela autenticidade de seus costumes (jeito de falar, comer, vestir, dançar, entre outros) e tradições, que, conjugados ao conhecimento e manutenção do meio natural, tendem a constituir-se em uma dinâmica que pode minimizar possíveis efeitos negativos sobre local visitado.

Evidentemente que o incentivo para a capacitação e qualificação de mão-de-obra, atualização da legislação em todas suas estâncias, programas efetivos de crédito, assim como, de infra-estrutura (desde o saneamento, saúde, educação até as redes de comunicações), fazem parte da retórica de órgãos públicos e privados que desenvolvem ações nesse sentido.

### 1.3 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

Em contraposição ao turismo de massa, novos produtos passam a ser criados no mercado turístico. Essas novas segmentações visam atrair contingentes de pessoas (turistas) ávidas pelo contato direto com áreas especificamente naturais, portanto, diverso ao mundo urbano. Segundo a Organização Mundial do Turismo (1999) é uma tendência do turismo se aproximar cada vez mais do meio ambiente, de buscar experiências autênticas e de convívio com o modo de e costumes locais, da procura por lugares tranquilos e que possibilitem a recuperação física e mental dos turistas. Considera-se o Turismo de Aventura e Esportivo, o Ecoturismo, o Agroturismo, e Turismo Rural como os segmentos que ocorrem em áreas naturais.

Entretanto essas segmentações acabam, muitas vezes, sendo utilizados como sinônimos de turismo rural criando uma indefinição terminológica e conceitual. Diante dessa dificuldade de definições das práticas do turismo no espaço rural, se faz objetivo perpassar por algumas considerações e elementos que denotam em que se consiste cada prática e as delimitações entre o Ecoturismo e Turismo de Aventura, pois desta forma torna-se mais compreensível a o arcabouço teórico que abarca o Turismo Rural.

Sendo assim, na sequência do capítulo se discorre sobre as diferenças conceituais entre as modalidades de turismo em áreas naturais e, que se muitas vezes, se apresentam, intimamente, ligados ao meio rural. Posteriormente, serão apresentados os pressupostos teóricos conceituais que visam entender como o segmento Turismo Rural é compreendido no Brasil e em outros países, demonstrando como diferentes óticas sobre esta atividade turística se efetivam no espaço rural<sup>6</sup> e qual a importância dessa atividade para ruralidade.

Após o entendimento que baliza o a prática do turismo rural no Brasil, ao final do corrente capítulo, se apresenta alguns conceitos básicos relacionados ao turismo, e o que se entende por ator social.

#### 1.3.2 Ecoturismo e Turismo de aventura

---

6 Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1996) define espaço rural “como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas(sedes distritais) ou às áreas isoladas. A situação rural toda área fora desses limites”.

Na realidade a própria conceituação de Ecoturismo é diversa entre os especialistas no assunto. Os pilares que formam a base conceitual consistem na articulação entre o contato com a natureza e sua conservação, e ainda, com a cultura local e com os estudos científicos do meio ambiente. Para Rodrigues (1996) o Ecoturismo é capaz de conciliar a preservação do patrimônio natural e cultural por meio do uso racional. A contemplação é parte de seu enfoque.

A EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) define o Ecoturismo como

segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultura, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. (EMBRATUR, 1994, s. p.).

Todavia essa definição tende a ser maleável e em continua reformulação, pois as estratégias e interesses de quem produz e quem consome este segmento não possuem uma definição de suas próprias exigências.

Na tentativa estabelecer as condicionantes para a prática do Ecoturismo, Boullón (1999, p. 45) divide esta atividade turística em Hard (pesado) ou Soft (leve) em relação:

- a) Ao nível de conhecimento referente ao bioma de seu interesse.
- b) Ao esforço físico que se está disposta a empregar no local visitado, aliado à permanência mesmo.

Parte integrante a essas condições, o tamanho do grupo, tempo de permanência, maleabilidade dos itinerários, a qualidade ambiental e paisagística.

Este autor chamou atenção para as condições que fazem parte dessa qualidade ambiental, enfatizando os seguintes pontos: estar em área natural protegida; assegurar uma experiência satisfatória ao visitante; atuação de um sistema eficiente; cumprir os princípios da sustentabilidade.

Assim como o Ecoturismo o Turismo de Aventura apresenta indefinição conceitual, devido a sua complexidade e difusão em cada local onde se efetiva, pois ela está implicada as condições físico-geográficos em que ela ocorre. O turismo de aventura é um segmento que promove ação humana pautada no tripé adrenalina, exercitação física e situações desafiadoras junto à natureza. Esta ação está no sentido do risco intrínseco à prática desta atividade. Farah (2005, p.29) apresenta as

práticas brasileiras de turismo de aventura de acordo com o mercado e os praticantes:

- Terra: arvorismo, bungee jump, cicloturismo, caminhada, cavalgada, escalada, espeleoturismo, motocross, rapel, tirolesa.
- Água: bóiacross, canoagem, duck, kite surf, mergulho, rafting, surf.
- Ar: asa delta, balonismo, parapente, paraquedismo, ultraleve.

No Brasil, a EMBRATUR com a finalidade de definir uma proposição conceitual e desenvolver uma política nacional capaz de nortear fomento deste segmento de turismo, organizou em 2001 a Oficina de Planejamento para o Desenvolvimento do Turismo de Aventura, realizado no município de Caeté- Minas Gerais. Conta Amaral (2005) que a consistência conceitual foi formulada através de um conhecimento empírico, da experiência e da visão dos participantes da oficina, concluindo-se que o turismo de aventura é

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoção e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito pelo patrimônio ambiental e sócio cultural (PLANO, 2001).

É interessante observar que a definição traz o elemento urbano como espaço para o desenvolvimento da atividade, o que neste sentido, já demonstra a maleabilidade do segmento em relação aos demais.

#### 1.4 TURISMO RURAL: CONCEITOS NO BRASIL E NO MUNDO

O Turismo Rural é um segmento que se fortalece na medida em que se contrapõe ao “clássico” e “saturado” turismo de sol e praia. A procura por lugares com menor aglomeração, do contato íntimo com a natureza, de acomodações simples, porém confortáveis, acrescidas de melhorias na infraestrutura de acesso e da valorização histórico-cultural, potencializam condições de inserção e de crescimento deste segmento.

No Brasil, o Turismo Rural passou a ser fortemente desenvolvido a partir dos primeiros anos da década de 80. A região Sul é considerada pioneira na trajetória dessa atividade, mais precisamente, o Município de Lages, em Santa Catarina, onde Adonis Zimmermann (1996)<sup>7</sup> – integrante de uma das secretarias do Município de Lages no período - conta que em 1983 o Prefeito desta cidade, com o intuito de “mudar todo um contexto econômico difícil que o município vivenciava”, formou uma comissão voltada para o turismo com a finalidade de pesquisar e entender junto aos turistas quais as motivações em visitar o local.

Zimmermann relata sua surpresa e do grupo diante os dados constatados pela pesquisa. Concluiu-se que a “hospitalidade, o clima frio, a gastronomia diversificada, a paisagem, a diversificação cultural, a segurança, o ar puro, entre outros” eram os aspectos relevantes do local. Diante de tal constatação, iniciou-se forte investimento para aumentar a permanência dos visitantes por meio da ampliação de fazendas e da oferta de serviços. Decorrido vários anos da implantação da atividade, Lages além de ser reconhecida como “Capital Nacional de Turismo Rural”, passou a ser indicada como modelo recomendado pela EMBRATUR<sup>8</sup>.

O Turismo Rural no Brasil apresenta dificuldade de definição em virtude da dificuldade de consensos, da gama de diversificações decorrentes da atividade e de sua conseqüente especialização. Com isso, o turismo rural acaba por ser uma atividade geral no espaço rural, ou muitas vezes visto, como sinônimo de segmentações como o agroturismo, o ecoturismo e o turismo de aventura. Isso é constatado nas abrangentes, estapafúrdias e insatisfatórias definições apresentadas por um órgão governamental, a EMBRATUR ao definir que o:

Turismo rural tem um conceito múltiplo, um turismo diferente, um turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, turismo alternativo, agroturismo e turismo verde. É o turismo “do país”, um turismo concebido por e com os habitantes desse “País”, um turismo que respeita a sua identidade, um turismo da zona rural em todas as formas. (EMBRATUR, 1994, p.71).

Para simplificar esta questão conceitual, Silva considera que:

---

7 Considerado o criador do Turismo Rural no Brasil, é Bacharel em Economia, com cursos de especialização em Economia e Turismo.

8 Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) foi criado em 1966. Foi o primeiro órgão responsável por cuidar de todas as políticas do turismo brasileiro.

Turismo rural está relacionado a qualquer atividade de lazer e turismo que seja realizada em áreas rurais, envolvendo além do agroturismo, outras atividades não relacionadas a propriedades agropecuárias produtivas, ou com produção agropecuária. (SILVA, 2000, p.148).

Em conceituação elaborada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em conjunto com o Ministério do Turismo (2003), o turismo rural é definido como:

[...] conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003, s. p.).

Em uma perspectiva mais elaborada e de evolução, o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar – PNTRAF – ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao relacionar o agricultor familiar com o turismo propôs a seguinte definição:

A atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando o bem estar dos indivíduos. (BRASIL, 2005b, p.8).

O turismo rural conjugado ao segmento ecoturismo e tende criar possibilidades de se contemplar e otimizar os recursos que o ambiente natural fornece contribuindo para desencadear a consciência dos atores e agentes comprometidos com o desenvolvimento sustentável. O anseio da sociedade urbana pelo contato com o ambiente rural e natural, agregado ao fator cultural, indubitavelmente, engendram trocas de experiências que podem sensibilizar para a revitalização do meio rural e do meio urbano.

Contudo a que se relevar, que muitas vezes, a articulação entre os segmentos - seja turismo rural, de aventura, ecoturismo e até mesmo agroturismo - tendem a se desenvolver e ser pensados individualmente dentro dos planos diretores, projetos e programas elaborados pelo poder público, quando na realidade todas essas atividades poderiam fazer parte do bojo do planejamento de turismo no meio rural.

Como foi demonstrado precedentemente em que se consiste e se define os segmentos de ecoturismo e turismo de aventura, torna-se salutar esclarecer conceitualmente o agroturismo, e para isso, a definição presente no documento

“Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural” esclarece este segmento como:

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em maior ou menor intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.), a partir do tempo livre das famílias agrícolas com eventuais contratações de mão-de-obra externa. (SILVA et al., 1998, p.14).

No entanto a que se considerar que no Brasil, de modo geral, o agroturismo incorporado ao turismo rural ainda é incipiente em muitos roteiros e circuitos, o que torna prejudicial para criação de projetos que visem à prática de turismo rural no país.

Em palestra realizada no I Encontro Regional de Turismo Rural no Paraná, em 17 de abril de 2001, no Município de Colombo/PR, o então Presidente da ABRATUR – Associação Brasileira de Turismo Rural, Renato Bravo, em sua fala, exaltou quatro pilares que são primordiais para a conformação da prática de Turismo Rural. Segundo a visão de Bravo (2001) os pilares consistem em ser:

- *Economicamente viável*: “Tem que dar dinheiro, senão der, não é negócio”
- *Ecologicamente correta*: “Não porque sejamos ecologistas, mas porque o turista é o sujeito mais bem informado do mundo”
- *Socialmente Justo*: “Tem que criar empregos pra própria comunidade, tem que exaltar o talento local”.
- *Tem que ser verdadeiramente rural*: “Tem que ter comprometimento com a produção agropecuária, quem não tiver esse comprometimento não vai ser turismo rural mesmo, não faz sentido!”.

Este último item exclamado por Bravo converge para um olhar sobre qual tipo de turismo rural se deseja, e de como tentar conjugar os campos de força econômica, ambiental e social. Incentivar o uso dos equipamentos, das construções (revitalizando a arquitetura de acordo com a estrutura original) e da estrutura existente, indubitavelmente, são formas de se viabilizar economicamente.

Para dar conta das questões ambientais além da preservação da natureza, o estímulo as produções limpas (sejam orgânicas ou agroecológicas), fomentando a

inserção do reaproveitamento do material orgânico para produção de energias renováveis, proteção de nascentes e tratamento de esgotos, são alvos que se efetivados corroboram para que o Turismo Rural concretize seus objetivos de sustentabilidade de acordo as diferentes características de ruralidades que se encontram no Brasil.

No caso europeu, de modo geral, a prática do agroturismo é mais recorrente dentro do turismo rural, de acordo com Dachary e Burne (2004, p. 37) a tipologia agroturismo significa “ir a um lugar de exploração agropecuária e realizar atividades menos pesadas com os produtores, conviver e produzir”.

Baseado no trabalho realizado por Adriano Ciani (2003), o agroturismo é a categoria correlacionada ao turismo rural em 13 países europeus. O autor mostra diferenças e semelhanças entre esses países e a forte presença institucional na regulação da atividade turística no meio rural.

Dessa forma, a Áustria possui critérios bem definidos e organizados com relação ao turismo rural, tais como: baixo número de acomodações, operadoras de turismo regulamentadas por leis e com função de promover a publicidade da oferta agroturística. Na Alemanha, o agroturismo desenvolveu-se nos anos 60 sob as perspectivas da qualidade e do preço. A Irlanda tem forte presença governamental aos menos favorecidos disponibilizando financiamentos para ampliação e melhoria das instalações turísticas rurais.

Adriano relata que o Reino Unido destoa dos demais países europeus, pois “agroturismo e turismo rural não são sinônimos”, há aquisição por parte de grandes empresas de extensas zonas rurais, que por sua vez, engendram dinâmicas distintas à utilização dos agricultores envolvidos com a atividade turística. Já a Holanda e Bélgica trabalham com o conceito de agro-camping, a semelhança entre esses dois países se dão pela presença de regulação estatal e pelo lento desenvolvimento da atividade turística rural, sendo esta última, característica de Luxemburgo.

Na Espanha, o agroturismo tem apenas finalidades recreacionais e gastronômicas, muito diferente do país vizinho, Portugal, que apesar do turismo em ambiente rural ser recente, é um país que desenvolveu rapidamente a atividade, inclusive, a visitação ao meio rural subdivide-se em quatro modalidades: turismo organizado pelo agricultor - aluguéis de quartos fora da edificação do agricultor,

agroturismo com a disponibilidade de quartos dentro do estabelecimento do agricultor, turismo rural e turismo de caça.

Na Itália o agroturismo está sob o controle de empresas agrícolas e empresas rurais, “ambas empenhadas na valorização dos recursos naturais, históricos culturais e ambientais” havendo uma legislação específica para o agroturismo.

Na França, o turismo rural entra como complementar de renda, tal perspectiva vai de encontro ao que aborda Carneiro (1998, p.178) em pesquisa em que realizou em uma aldeia francesa chamada Theys. Segundo a autora “A utilização turística do espaço rural pelos citadinos produz, ao mesmo tempo, relações de complementaridade econômica e de estranhamento”.

Portanto, na Europa de modo geral, o aproveitamento imaterial (visual, ar puro), a interação muito próxima do cotidiano do produtor e o uso dos alojamentos de acordo ao modo de vida do agricultor são os alicerces que movem a atividade no meio rural.

No país insular e pertencente à Oceania, a Nova Zelândia, diante da banalização de todos esses “ecos” e contra a tendência de identificar o turismo rural com o ecoturismo<sup>9</sup>, foi eliminado o programa de comercialização do segmento de turismo rural por meio da comissão de turismo desse país (DACHARY; BURNE, 2004).

Em se tratando do Turismo Rural na América Latina (exceto o Brasil), será exposto o desenrolar da atividade na Argentina, no Chile e no México. Na Argentina a prática do Turismo Rural é diferenciada dos demais países citados, já que a atividade se desenvolve em propriedades distantes de centros urbanos, em grandes propriedades, com antagonismos arquitetônicos e peculiares como características preponderantes do patrimônio cultural, conciliado aos aspectos de beleza natural. Perante esse quadro, Vecchiet (2003, p.142) justifica a conformação desse turismo rural como um “rural moldado pela paisagem, pelo rico patrimônio cultural e etnográfico, oficinas artesanais, formas de cultivar a terra, folclore e gastronomia”. De acordo com esse autor, o escopo voltado para o turismo sustentável tem se

---

9 A OMT (2002) – Organização Mundial do Turismo definiu Ecoturismo como “todas as formas em que a motivação principal do turista é a observação e apreciação da natureza, de forma a contribuir para sua preservação e minimizar os impactos negativos ao meio ambiente natural e sócio cultural onde se desenvolve”.

direcionado nesse país para o turismo rural de estâncias e eco-agroturismo, pautados na recuperação de áreas naturais.

Diferentemente do país limítrofe, no Chile o turismo rural está voltado para atender a pequena agricultura familiar. Segundo Figueroa (2003, p.229), a intervenção estatal se dá pelo INDAP – Instituto de Desenvolvimento Agrário, órgão ligado ao Ministério de Agricultura desse país, e que tem como missão “Promover condições, gerar capacidades e ações de fomento, desenvolvimento produtivo da Agricultura Familiar Campesina e suas Organizações”. Os objetivos desse órgão, em alguns pontos, se assemelham às atribuições do MDA<sup>10</sup> no Brasil. De acordo com Figueroa (2003) o INDAP foca o turismo rural como possibilidade de alternativa de renda e emprego para pequeno agricultor, aproveitamento e melhoria da infraestrutura e conservação dos recursos naturais como forma de atração. Com isso, o traz a seguinte definição para o Turismo Rural:

Turismo Rural como qualquer atividade turística ou de recreação que se desenvolve no meio rural ou em áreas naturais, compatíveis com o desenvolvimento sustentável, sendo que este último implica em permanência e aproveitamento otimizado dos recursos, integração da população local, preservação e melhora do entorno, em contraposição a máxima rentabilidade. (INDAP, 1995, p.257).

O turismo rural no México apresenta uma particularidade em sua prática – a enorme presença indígena em conjunto com o “campesinato”. Essa articulação engendra uma nova dinâmica no uso do espaço rural desse país reforçando o sentido de comunidades locais, assim sendo, as conclusões de Hernández consiste na ideia de que:

Turismo rural é uma alternativa de desenvolvimento que, pela condição artesanal, não é massificado e gera emprego aos camponeses em sua própria comunidade, diversifica a oferta turística de um país, colaborando na conservação do patrimônio natural e cultural das regiões desfavorecidas economicamente [...]. (HERNÁNDEZ et al., 2003, p.11).

Na visão desses autores, a injeção de capital proveniente por meio do turismo viabiliza a inclusão da diversidade de atores na economia local resultante do efeito multiplicador de serviços, conjugado a revitalização do patrimônio cultural tangível e intangível.

A partir miscelânea e controvérsias presentes na formação de conceituações em torno do que seria o turismo em áreas rurais, é possível verificar que a

---

10 Ministério do Desenvolvimento Agrário.

implementação da atividade está diretamente ligada e constituída pelas particularidades inerentes ao lugar em que se propõe realizar. Não há como dissociar as formas de utilização do espaço rural aos aspectos culturais de uma dada comunidade, mesmo porque, é na conexão entre esse espaço e a dinâmica de uso que o turismo rural torna-se uma saída para confrontar as necessidades decorrentes da modernidade global.

Sem o intuito de enquadrar o objeto que se visa investigar em apenas um aporte conceitual, a análise levará em conta o proposto pelo PNTRAF e pelo conceito de turismo rural refletida por Graziano (2000) e Bravo (2001).

## 1.5 TURISMO: CONCEITOS BÁSICOS

O turismo apresenta duas características centrais, uma é a imigração ou emigração temporária, e a outra, ser um dos canais para o capital circulante objetivando renda. O turismo se constitui como uma multiplicidade de serviços, que atrai a atenção dos setores público e privado, de diversas organizações (ONGs), e dos meios acadêmicos.

Diante da variedade de conceitos que estão articulados ao turismo, os mais importantes e considerados básicos, são relativos ao turismo propriamente dito, visitante, turista, excursionista, oferta turística e demanda turística. Com isto para facilitar a compreensão destes elementos será apresentada uma breve definição conceitual.

O conceito de turismo é um dos conceitos considerados mais controversos, historicamente, sendo ressignificado por autores da academia. Para autores como Lage e Milone (2000) o turismo moderno não precisa ter um conceito absoluto, é preciso levar em conta os mecanismos dinâmicos e as especificidades inerentes à teoria microeconômica aplicada a um setor turístico particular. Contudo, a mais relevante e abrangente definição é dada pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 1999), que considera que “o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios, e outros fins”

Segundo Oliveira (2002, p.37), o “termo visitante designa a pessoa que visita um local diferente daquele de sua residência habitual, sem exercer ocupação

remunerada no mesmo cuja permanência não deve ultrapassar o período de um ano”.

Por meio de consulta ao sistema de contas nacionais, estudos de métodos das Nações Unidas, Oliveira (2002, p.38) conta que os visitantes foram classificados em dois tipos:

- a)** Turistas: São visitantes temporários que permanecem pelo menos vinte quatro horas no local visitado, cuja a finalidade pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esportes), negócios, família, missões e conferência.
- b)** Excursionistas: São visitantes temporários que permanecem menos de 24 horas no local visitado.

Em teoria a Oferta turística pode ser definida pela quantidade de bens e serviços que os produtores desejam vender por um dado preço (LAGE; MILONE, 2000). Lembrando esta oferta “amarrada” ao destino turístico.

Dentre os diversos elementos que compõe a oferta, para possível análise posterior, de acordo com Lage e Milone (2000) a seguir serão enunciados apenas, resumidamente, três destes elementos:

- a)** Atrativos Turísticos: entendido como todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico e que motiva o deslocamento de pessoas para conhecê-los.
- b)** Equipamentos e serviços: conjunto de edificações, instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística.

Infraestrutura de apoio: engloba os sistemas de comunicações, transportes, serviços urbanos (água, esgoto, luz, sinalização, etc.).

Outro conceito importante para a compreensão do turismo, e que exerce influência direta em um destino turístico é a Demanda Turística:

No caso da demanda turística, seu arcabouço conceitual esta correlacionado aos “consumidores de bens e serviços em um dado período de tempo” (LAGE; MILONE, 2000), diante disso há a relação entre preço de mercado e quantidade demandada. Nessa esteira pode-se correlacionar a demanda turística aos fluxos

turísticos. Fluxos que segundo Oliveira (2002) pode ser representado da seguinte forma:

- 1) Fluxos de convergência: por influência dos grandes centros urbanos sobre suas respectivas regiões. Atraem residentes dos municípios vizinhos por motivos de divertimento, compras, visitas culturais, gastronomia.
- 2) Fluxo Periférico: ocorre com o deslocamento de pessoas das pequenas cidades para o campo ou das zonas rurais para as cidades, principalmente aos finais de semana.
- 3) Fluxos de Negócios: relacionados aos centros urbanos/negócios.
- 4) Fluxos turísticos: circulação de pessoas percorrendo maiores distâncias e com permanência mais dilatada nos destinos visitados.

#### 1.6 ATORES SOCIAIS – DE AGRICULTOR FAMILIAR À EMPRESÁRIO

Em decorrência das novas dinâmicas ocorridas no meio rural do Brasil nas últimas décadas do século XX, tem-se verificado a modificação não só no tecido social familiar rural como em suas relações sociais e nos espaços em que vivem. O novo olhar sobre o campo e sua, respectiva valorização, vem estabelecendo e desenvolvendo uma complexa rede de relações entre os indivíduos de pequenas e grandes sociedades com a finalidade de se viabilizar novas alternativas de vida.

Esse ressurgimento do rural como espaço de contato com o ambiente natural e com as diversas formas de produção são resultantes das atividades dos atores que estão em relação direta com sua práxis cotidiana. Nesse sentido, entende-se como ator, de acordo com Giddens aqueles:

Agentes ou atores humanos- uso indistintamente um e outro termo- têm como aspecto inerente do que fazem, a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem. As capacidades reflexivas do ator humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, no fluxo da conduta cotidiana , nos contextos da atividade social. (GIDDENS, 1989, p.18)

Ainda dentro dessa concepção, pode-se afirmar que a população rural assumiu, em certo sentido, o papel de protagonista e de elo entre meio natural e o meio urbano. É o agente em contato direto com o uso e a preservação dos recursos naturais e com a ressignificação da sua própria dinâmica social. São estes atores do

meio rural que passaram a se articular não somente com os cidadãos, mas também, com a vida pública (aqui no sentido político) que - de uma maneira ou de outra- pelo poder que exercem regulam a autonomia e a dependência entre os atores ou coletividades.

Com base no exposto, a que se considerar como consequência da interação e influência de atores do meio urbano e das ações dos agentes públicos sobre as populações rurais a imbricação de dois processos nesse contexto social: a reflexividade e a rotinização. Segundo Giddens (1989, p.19), “a rotina (tudo o que é feito habitualmente) constitui um elemento básico da atividade social cotidiana”. Esta prática diária presume a reflexividade que deve ser entendida não como “autoconsciência”, mas como caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. As práticas sociais ordenadas no tempo e no espaço, não são ordenadas por um único ator ou por um grupo coletivo, mas pelos meios pelos quais se expressam como atores.

A aproximação entre os indivíduos do rural e do urbano traz em seu bojo, à reconfiguração das normas e valores, assim como, a participação conjunta destes na composição de programas e projetos, constituindo desta forma, o rompimento entre a fronteira entre o meio rural e o meio urbano. Nesse contexto para Wanderley (2004) os agentes sociais que passam a conviver no meio rural com suas diversidades de interesses e expectativas, e acabam influenciando diretamente as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais. Com isso, para a autora esse espaço de vida passa a se constituir:

um lugar de vida de trabalho; a principal referência, neste caso, é aos agricultores familiares e aos trabalhadores rurais ainda residentes no campo. Mas é preciso também levar em conta, os que “passam” pelo meio rural, deixando sua marca, especialmente, os turistas e os chamados residentes secundários; outros agentes que, no mesmo sem residir no campo, também atuam nos processos econômicos e sociais que tem como locus o meio rural, entre os quais assumem especial peso: os proprietários de terra e empresários rurais; as agroindústrias, o Estado- visto aqui, sobretudo, através de suas políticas para a agricultura e o meio rural, de seus representantes, agentes e instituições de serviços diversos e de suas instancias de poder local. (WANDERLEY, 2004, p. 96).

Desse modo, o presente trabalho, abordará os agentes como atores sociais que assumem a pluralidade de papéis, dentre eles, agricultores, e consumidores, novos e antigos moradores no meio rural, funcionários que atuam em instituições governamentais. No caso dos empreendedores, o seu entendimento no decorrer da

análise se refere aos proprietários dos estabelecimentos que integram o Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho. Ainda concomitantemente ao entendimento de que ator se esta designando, a compreensão do perfil destes atores fornece subsídios para entender de que ruralidade se enquadra tal circuito, e em que estágio a agricultura familiar se constitui ainda como fator essencial dentro do mesmo.

A constituição e institucionalização “Agricultor Familiar” como categoria tem em seu bojo dar conta das mudanças contextuais no meio “rural” e da multiplicidade de sujeitos conhecidos como lavrador, parceiros, pequeno produtor colonos, sitiantes, camponeses entre outros. O propósito de o capítulo a seguir não é discorrer sobre o que caracteriza cada um desses atores, mesmo porque existe bibliografia considerável sobre o assunto em Wanderley (2009) Candido (1964), Carneiro (1998), Priore (2006), entre outros. Contudo, o intuito da discussão está na ordem de se entender a noção de categoria agricultor familiar e sua finalidade de ação política para o rural brasileiro a partir do processo de redemocratização do país.

## 2 POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA A MANUTENÇÃO DO HOMEM NO CAMPO

### 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: CATEGORIA GENÉRICA E POLÍTICA

No Brasil disseminou-se o discurso sobre as possíveis consequências benéficas que o turismo rural traz ao agricultor familiar, tais como, geração de emprego, fixação do núcleo familiar no campo, estímulo à incorporação das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas tanto dentro quanto fora das unidades/propriedades familiares, gerando, com isso, alternativas de renda. De acordo com Candioto (2005) a compreensão dos fundamentos do turismo rural e sua ligação com a agricultura familiar no Brasil têm influência de modelos praticados em países europeus.

Relata Medeiros (1996) que o processo de redemocratização na década 1980 incitou o ressurgimento de movimentos organizacionais que visavam atender as demandas tanto de trabalhadores rurais como de agricultores. Isso, sem dúvida, foi um prenúncio que desencadeou nos início dos anos 90, como relata Chequer (2004), em que uma onda de debates que traz à tona a reforma agrária, relações de trabalho, sistemas de produção e o modelo empregado no uso da terra.

É na referida década que a política pública se volta para a agricultura familiar, instituindo o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar) e a criação do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário em 1999, este, com a finalidade de reordenação (reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação de terras) agrária, agilizar o encaminhamento para a reforma agrária, além de auxiliar nas demandas da agricultura familiar.

A conceituação de Agricultor Familiar apresenta várias divergências e vertentes, principalmente, no meio acadêmico, nitidamente observado nas definições dadas por alguns estudiosos.

Com a finalidade retratar tais divergências, serão citadas reflexões de alguns pensadores. Para Nazareth Wanderley (2009, p.156) a agricultura familiar “é categoria necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais”. Para esta autora, as constantes e consequentes transformações no campo vivenciadas pelo agricultor moderno não representam rupturas às formas anteriores

de produção. É o próprio fortalecimento da tradição (inspiradora e orientadora) camponesa que possibilita a adaptação às novas demandas sociais, isso fica claro nas palavras Wanderley quando diz que a agricultura familiar não é:

[...] nenhuma invenção moderna, produzida pela ação do Estado. Porém estes mesmos agricultores devem adaptar-se às condições modernas da produção agrícola e da vida social; sua lógica tradicional – que, precisamente, permite defini-los como camponeses- é afetada por este processo de integração econômico-social. (WANDERLEY, 2009, p.196).

Com relação a essa trajetória histórica conceitual de camponês ao agricultor familiar, Abramovay (1992, p.22) esclarece que a ruptura e “avanço” conceitual vêm da necessidade de “[...] uma agricultura altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”, ainda o autor exalta, que, somente, através da organização racional familiar que o agricultor conseguirá responder a lógica do capital – de produção e de troca. Ainda segundo o autor o campesinato se conjuga a “sociedades parciais e com culturas parciais”, integrados a uma lógica imperfeita de mercado.

Já Sidersky (1991) chama a atenção para a caracterização do que seria uma unidade familiar. Esta unidade estaria atrelada ao controle dos seus meios de produção, em caso de “perda de controle ou a separação entre o produtor e seus meios de produção marcaria o desaparecimento da unidade camponesa”, acarretando o assalariamento. Sobre a importância e rebatendo a discussão inerente a produção familiar, Brandenburg enfatiza que:

Dizer que uma unidade de produção familiar opera sob a lógica familiar não significa dizer que não esteja sob os imperativos da racionalidade econômica, mas, sim, que pode racionalizar a produção para mais, como uma empresa capitalista, ou para menos, como uma unidade de subsistência. Ou ainda, ela tanto pode operar como uma empresa capitalista moderna, como uma empresa familiar moderna. A diferença está em que a primeira não limita a expansão da racionalidade e opera visando prioritariamente o lucro – que se transforma em objetivo em si mesmo- enquanto a segunda opera segundo uma lógica em que a racionalidade econômica – o lucro- esta subordinada aos interesses de realização do agricultor em suas várias dimensões, incluindo a reprodução de um patrimônio sociocultural familiar. (BRANDENBURG, 1999, p. 85).

Na medida em que a discussão em torno da agricultura familiar passou, definitivamente, para o âmbito político, conseqüentemente, o panorama conceitual passou a ser abrangente. De acordo com Neves (2002, p.137) a agricultura familiar se direcionou a “ser uma categoria de ação política que nomeia um amplo e

diferenciado segmento mobilizado a construções de novas posições sociais mediante engajamento político”. Diante disso, há uma ruptura entre a agricultura familiar e agricultura patronal<sup>11</sup>. Essa separação entre “familiar” e “patronal” foi reflexo do trabalho conjunto realizado pela FAO/INCRA<sup>12</sup> (1996), que por sua vez, estabelece os seguintes critérios para os estabelecimentos familiares:

- a) A direção do trabalho é exercida pelo produtor
- b) Não existem despesas com empreitada
- c) Número de empregados permanentes ou temporários menor ou igual a quatro temporários (sem permanente) ou três temporários (no caso de no máximo um permanente), calculado a média anual
- d) Com área total menor ou igual a 500 hectares para as regiões Sudeste e Sul e 1000 hectares para as demais regiões.

Essas determinações engendraram vários debates que promoveram uma revisão e redefinição da caracterização da agricultura familiar, segundo Guanzioli (2001, p.50) a direção dos trabalhos é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Outra questão pertinente levantada por outro autor, Schmitz (2010) diz que nessa revisão ficou estabelecido o novo padrão de “área máxima regional” para cada região no Brasil, levando em conta as diferenças regionais, evitando assim, que grandes latifúndios improdutivos sejam integrados ao universo de unidades familiares.

Concomitante a essa discussão acadêmica, a institucionalização política via Congresso Nacional se dá pela criação da lei 11.326, e sancionada pelo presidente Lula em 24 de julho de 2006. Os principais pontos desta lei acabam definindo o agricultor familiar e empreendedor familiar rural como aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo alguns requisitos:

art.3.

- I – não detenha, a qualquer título, área maior que 4(quatro) módulos fiscais.
- II – utilize predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.

---

11 A agricultura patronal normalmente está associada à monocultura.

12 No ano de 2000 este trabalho foi produzido pelo MDA em cooperação técnica do INCRA/FAO, com o objetivo de promover debates sobre temas polêmicos, a fim de constituir um aperfeiçoamento da política fundiária brasileira.

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento com sua família.

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Quanto aos beneficiários a lei (obedecendo todos os artigos) prevê que: Sivilcultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; Aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha.(dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques – rede; Extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos garimpeiros e faiscaadores; pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos incisos II,III,IV. (BRASIL, 2006).

Observando o arcabouço da lei, é possível verificar que, em seu escopo, a delimitação do tamanho da propriedade e a mão de obra de cunho familiar são os pontos convergentes às discussões acadêmicas para a definição da agricultura familiar. Esta lei deixa implícita a ideia de que a propriedade ou empreendimento não esteja atrelado, somente, à produção agrícola. Isso significa que há possibilidades inserção de atividades não agrícolas como, por exemplo, o turismo.

Analisando alguns dados da pesquisa realizada pela FAO/INCRA (2000) pode-se concluir que a agricultura familiar é a maior responsável pela geração de emprego no meio rural brasileiro. Dispondo de 30% da área produtiva, é responsável por 76, 9% do pessoal ocupado, dos 17, 3 milhões de postos ocupados na agricultura nacional, quase 14 milhões estão empregados na agricultura familiar, sendo a região Sul a detentora de 84% dessa mão-de-obra.

Outro dado relevante é em termos de eficiência da renda por hectare, onde na média o agricultor patronal obtém R\$44 /ha/ano contra os R\$104 /ha/ano do agricultor familiar. Por último, vale frisar ao que concerne a estrutura fundiária no país 39, 8% dos estabelecimentos familiares possuem sob qualquer condição, menos de 5 hectares, sendo que outros 30% possuem entre 5 a 20ha e 17% possuem entre 20 a 50ha. Os agricultores familiares com áreas com mais de 100ha e menor que a área máxima regional representam 5,9%, que por sua vez, ocupam 44,7% de toda área da agricultura familiar brasileira.

Esses dados reforçam o papel da agricultura no país, por outro lado, como a própria FAO/INCRA ressaltam, os agricultores familiares que estão enquadrados como proprietários de menos de 5ha, encontram-se em situação de inviabilidade financeira através da agricultura devido a localização (a distância eleva o custo de escoamento) e ao próprio grau de capitalização. Entretanto, as políticas

governamentais nos últimos anos, por meio do PRONAF, têm buscado amenizar a carência monetária disponibilizando microcrédito para financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias.

De acordo com o que foi demonstrado, fica clara a relevância do papel que os agricultores familiares para o contexto socioambiental para o Brasil, evidentemente, esse é um processo em constante construção, onde o incentivo financeiro dado ao agricultor familiar para desenvolver outras atividades dentro de sua propriedade, melhora sua renda e sua qualidade de vida. Entre as atividades não agrícolas, a atividade turística, dentro de certo limite, pode ser uma forma de incentivar e valorizar a identidade sociocultural desse ator social.

Esse debate em torno da agricultura familiar pôs em evidência o papel das políticas públicas para ações que direcionem o planejamento e financiamento para o pequeno produtor, e também, trouxe à tona o incentivo à inserção de outras atividades não agrícolas para fazer parte do desenvolvimento rural. Nessa esteira, o turismo no meio rural passou a ser um instrumento de integração com o mercado para complementação renda à produção agrícola.

Assim sendo, foi com o intuito de propiciar um desenvolvimento rural coube aos agentes do poder públicos locais, que, balizados nas políticas de turismo e de agricultura familiar intentou-se por em prática projetos e programas que viabilizassem um novo horizonte para os agricultores familiares. Como foi uma parte desse processo e o início de criação de um anel na RMC se apresenta no item a seguir.

## 2.2 PAPEL DO PODER PÚBLICO: O PROJETO DE TURISMO RURAL NA RMC E O PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

### **2.2.1 Surgimento e projeto do Anel Metropolitano de turismo rural na RMC**

Na década de 1990 no Brasil iniciou os debates entre a iniciativa pública, iniciativa privada, academia e sociedade atinentes sobre o potencial econômico da implantação do turismo. Aproveitando o ensejo desse período foi se dando atenção às consequências das mudanças estruturais no setor turístico e dos anseios de se criar e desenvolver uma política pública mais específica para o turismo.

Em meados da referida década, sob governo de Fernando Henrique Cardoso foi implantado em 1996 a Política Nacional de Turismo, criando um novo espaço de articulação entre a iniciativa pública e privada. Também neste mesmo ano, o turismo diante da sua relevância na conjuntura econômica global e local, passou a integrar o Ministério da Indústria Comércio e Turismo. Foi por meio da Política Nacional de Turismo nesse período que o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) assumiu papel contundente na propagação de projetos municipais voltados para o desenvolvimento do turismo. Esse programa consistia em que os municípios se responsabilizassem pela organização da oferta turística e realização do inventário do potencial turístico municipal.

A partir de 1999 criou-se o Ministério de Esporte e Turismo com a finalidade efetivar os eventos para os 500 anos do Brasil. No entanto, a Embratur ficou com a responsabilidade de elaboração e execução da Política Nacional de Turismo<sup>13</sup> (Lacay, 2012).

Paralelamente ao que estava acontecendo no âmbito nacional, no Paraná, a partir de 1996 passou a desenvolver projetos integrados a diversos programas e ações com o objetivo de impulsionar o turismo no estado. Dentre tais ações, o turismo rural, ecoturismo, turismo cultural foram as tipologias elencadas para serem incorporadas na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A ideia estratégica era criar um Anel de Turismo na região via implantação de roteiros turísticos que conjugasse recursos naturais e culturais, promovendo a preservação ambiental e geração de renda e emprego (SILVEIRA, 2001).

Para entendermos como se deu o processo de formação do projeto do Anel de Turismo Rural, é inexorável, abordar o cenário social em que estava se constituindo na Região Metropolitana de Curitiba, e não apenas o idiossincrático a cada município que a compõe, mas da complexidade da relação destes com a Capital.

O alicerce desse processo se deu no âmbito ambiental, uma vez que, em 1992 o Governo do Paraná elaborou um programa que continha vários projetos para a recuperação ambiental da RMC. Entre os projetos constava a Melhoria das Condições Ambientais – Uso conservacionista do Uso do Solo Rural- e estava

---

13 Teles(2011) apresenta na sua tese aborda com profundidade todo o processo de construção dos planos nacionais desde turismo desde 1992, e inclusive, por meio de um quadro, faz todo o comparativo dos períodos 2003/2007 e 2007/2010, apresentando a visão, os objetivos gerais e específicos, os macroprogramas e metas para o turismo.

pautado diretamente em ações, tanto de execuções de obras individuais quanto coletivas.

Segundo Nascimento e Beltrão (2002) as ações estavam direcionadas a construções de tanques, considerado como benefício aos pequenos produtores da região de mananciais de Curitiba, pois exerceria a função de reserva hídrica, abastecimento, irrigação das propriedades e de produção de peixe. Também constavam construções esterqueiras (depósito e tratamento de resíduos suínos), abastecedores comunitários (permite captação da água para pulverizadores agrícolas), lavadores de olerícolas (equipamentos coletivos para lavagem, seleção e classificação).

Todos os produtores envolvidos corresponderam às Unidades de Conservação decretada pelo Poder Público Estadual, através da área de proteção ambiental do Rio Passaúna, e do Rio Irai, mais o sistema do Alto Iguaçu.

Em frente às limitações ambientais impostas aos pequenos produtores, iniciou a emergir “novos negócios” devido ao deslocamento de pessoas de grandes centros urbanos à procura de pesca esportiva e outras formas de lazer. A partir desse momento a história do turismo rural passa a se estabelecer na região metropolitana de Curitiba. Referente a isso, Ednei Nascimento (entrevista 2013), um dos idealizadores do projeto de Anel Metropolitano de Turismo Rural, conta que:

Nós percebemos assim: tinha um agricultor que tinha uma propriedade rural, que têm um riozinho e ele recebeu 3 tanques. O projeto queria o tanque para aumentar a reserva hídrica, segundo quando o cara entra com o peixe, o peixe é bioindicador, se o peixe esta bem, ótimo, e se um peixe morreu, sinaliza que alguém jogou agrotóxico, e terceiro até fazer o tanque esse cara é omissos nas questões ambientais. Na hora que ele fez o tanque ele já quer saber como esta pra cima, quem usa veneno, como é que esta desmatamento, a erosão, quer dizer então, houve uma mudança de postura do agricultor...mas teve um lance aqui, muito agricultor desse que era pra produzir peixe começou a fazer pesque pague, e não era essa a ideia do projeto, ele não vai produzir peixe, ele tá trazendo peixe do oeste do Paraná, trazendo peixe de Santa Catarina. Nessa época em 1997 a Metropolitana tinha 350 pesque pague...o pesque pague pra mim, é a primeira unidade de turismo rural. O pesque pague começou em 1997... o cara cuida do tanque sozinho, quando ele passa a ser pesque pague ele começou a contratar gente, tinha pesque pague com oito trabalhadores no final de semana, tinha um cara pra limpar o peixe, pra vender cerveja... virou uma farra no ponto de vista da economia...ai pra mim, essa propriedade que era propriedade de produção de alimento, passou a ser propriedade de comercialização de bens e serviços, rapaz surgiu aqui o tal do Turismo Rural, foi a partir daí que surgiu as ideias de formações de Circuitos de Turismo. (AGENTE DA EMATER, 2013).

Diante de tal perspectiva que se elaborou o projeto do Anel Metropolitano de Turismo Rural para a RMC que objetivou a formatação de roteiros turísticos rurais. Para efetivação desse projeto, o governo estadual articulou a parceria entre os governos municipais e empresas vinculadas ao poder público: EMATER – Empresa Paranaense de Assistência técnica e Extensão Rural; COMEC- Coordenação Regional Metropolitana de Curitiba; Paraná Turismo e a Ecoparaná.

Diante desse fato, é importante entender o papel de cada uma na construção do programa de turismo rural na RMC, pois em grande parte dos projetos elaborados desde o ano 2000 tem a articulação dos agentes locais e público institucional para definições, inclusive, de elaboração de políticas públicas.

A atribuição das principais instituições e órgãos governamentais será demonstrado a seguir:

#### 2.2.1.1 A ECOPARANÁ

O Serviço Social Autônomo Ecoparaná foi instituído em 1998, pela Lei Estadual n.º 12215/98, na qualidade de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse coletivo e vinculado à Secretaria de Estado do Turismo – SETU- órgão responsável pela supervisão organizacional e administrativa, em uma relação contratual de gestão com o Governo do Estado do Paraná. Tal instituição procurou desenvolver projetos regionais com o intuito de fortalecer os destinos turísticos. Entre os projetos de relevância para a região metropolitana esta o Projeto TRAF – Turismo Rural na Agricultura Familiar, que tinha objetivo estratégico voltado para a agricultura familiar no Estado do Paraná. Porém os escassos recursos financeiros trouxeram, por consequência, a descontinuidade do programa e a desarticulação entre os programas estaduais (LACAY, 2012).

A Paraná Turismo é órgão de apoio ao SETU, tinha como objetivo o planejamento e a execução da Política Estadual de Turismo, e a implantação de programas e projetos de incentivo ao fomento do turismo.

#### 2.2.1.2 A COMEC – Coordenação da região metropolitana de Curitiba

A COMEC foi criada, em 1973, a partir do Governo Federal que havia instituído na época nove regiões metropolitanas no país que estavam em crescimento, com finalidade de assumir uma função de conselho (conselho deliberativo- execução de programas e projetos, e conselho consultivo – opinar e sugerir) sobre questões atinentes à região metropolitana.

Praticamente vinte anos mais tarde, em 1994 a COMEC foi transformada em autarquia, ligada a secretaria de Planejamento do Estado. De acordo com LACAY (2012) a constituição de 1988 fez com que as entidades metropolitanas passassem por alterações substantivas em suas funções, aliado a uma participação efetiva da sociedade civil junto ao poder público sendo gerado uma relação mais interativa para a gestão da região metropolitana. A partir de 2006 o decreto estadual nº 6384 que revoga o decreto Estadual nº 22, vincula a COMEC à Secretaria de Planejamento Urbano (SEDU).

Com isso, a COMEC tem o papel de atender o interesse comum dos municípios da região metropolitana, de planejar o território, controle do uso do solo, e estabelecer diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

### 2.2.1.3 A EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

A lei nº 6969 em 1977 criou a Empresa Paranaense de Assistência técnica e Extensão Rural, com sede em Curitiba e 22 regionais, sendo uma na RMC. A partir do ano de criação até 2005 o papel relevante da dos extensionistas da Emater foi de incentivar, promover e consolidar o associativismo formal e informal, contribuindo para o fortalecimento do cooperativismo para a produção agropecuária no Estado. Em 2005 a EMATER seu regime jurídico passa de empresa pública para autarquia e sendo denominada como Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão.

Segundo LACAY (2012), extensão rural teve a responsabilidade de executar ações de interesse dos agricultores familiares e suas famílias, dos pescadores, assentados e atuação conjunta com as lideranças rurais locais. Desenvolver trabalhos em diversas áreas de conhecimento (saúde, educação, saneamento, cidadania, turismo entre outros). Prestar orientações aos agricultores referentes ao crédito agrícola, em programas de âmbito federal, estadual e regional.

Em 1996 houve uma mobilização entre os técnicos da EMATER e da COMEC para construção de um o projeto para implantação de circuitos de turismo que integrariam o Anel de Turismo Rural da RMC. No período de 1998 e 1999 o projeto passa a se concretizar com a formação dos primeiros Circuitos de Turismo Rural na RMC. Segundo o documento elaborado pela colaboração técnica destas instituições, o projeto apresentou os seguintes objetivos:

- Oportunizar crescimento econômico em toda cadeia produtiva, oportunizando geração de emprego na pequena propriedade rural, e ampliar os serviços de turismo que a Região Metropolitana de Curitiba já oferece.
- Estabelecer uma política de desenvolvimento econômico com a preservação dos espaços rurais. Na região objeto do projeto, existe uma forte necessidade da intervenção política de desenvolvimento compatível para o ambiente.
- Profissionalizar as pequenas propriedades agrícolas, ampliando seu horizonte produtivo com o núcleo urbano, valorizando a cultura do meio rural.

O projeto compreendia que o turismo rural no Brasil apresentava uma diversidade de situações, e para dar conta da realidade e especificidade da RMC foram estabelecidas três características para implantação da prática de turismo rural:

- a) **Propriedades Agrícolas Típicas:** As propriedades agrícolas são o objetivo da visitação, e para atender a esse objetivo, se fazia necessário o preparar (profissionalização) o produtor para atender a demanda de pessoas, e o preparo do saneamento ambiental do local.
- b) **Festas e eventos comunitários:** Aproveitar as festas comunitárias, viabilizando, divulgando e qualificando-os para receber um público maior. A organização de um calendário anual de eventos em que seria divulgado na m dia a fim de aumentar o fluxo de pessoas. Obs. Nessa época em São José dos Pinhais estava determinada a festa do morando e a festa da colheita, posteriormente passou a ser somente, festa do vinho.

- c) Circuito/Roteiro:** Serão definidos de acordo com as características existentes na região do objeto do projeto. As características são: Belezas naturais (cavernas, rios, florestas), colonização (roteiro étnico), sistemas de produção (leite, transformação de alimentos) e misto (integrando todas características citadas acima).

Desta forma ficou a cargo de cada pequena propriedade a conformação do produto ou no serviço a ser oferecido. O circuito depende de uma organização para vários segmentos.

Entre as premissas básicas para execução do projeto, enfatizou-se a articulação multidisciplinar e multiinstitucional seriam fundamentais para implantação do turismo rural, já que envolveu elementos da terra, das etnias, das explorações das belezas naturais. A integração das propostas do circuito com outras ações de Governo, por exemplo: transporte, educação, preservação ambiental seriam relevantes para uma ação organizada.

Referente às ações do projeto foi determinado:

- a)** Definição da modalidade de turismo a ser incentivado, com clareza nos objetivos.
- b)** Elaboração de projetos específicos contemplando a marca visual do projeto tais como: portal, mirantes, placas indicativas, placas educativas, paisagismo.
- c)** Elaboração de projetos nas propriedades agrícolas, para adaptação a esta nova função. Espaço para receber o cliente, melhorias nas instalações produtivas, paisagismo e saneamento ambiental.
- d)** Capacitação dos produtores rurais, atendendo a diversos conteúdos.
- e)** Montagem de um projeto para divulgação deste produto de Turismo Rural.

No projeto também ficou as seguintes normas para a região:

- a)** Estabelecer o conjunto de propriedades rurais, belezas naturais e atrações turísticas. O compromisso é de incentivar o circuito/roteiro, em

função de ações voltadas na perspectiva de geração de emprego e renda.

- b)** Dar ênfase para regiões as regiões, onde a política de preservação de recursos naturais é prioridade para ações de Governo.
- c)** Projetos de Turismo Rural devem ser integrados com outras ações de Governo, a fim de alavancar as ações com respaldo de Programas Oficiais (Ex: PROSAM, Paraná 12 meses, Caminhos da Educação, Karst, etc).
- d)** Implantar ainda no ano de 1998, Projetos Pilotos em Almirante Tamandaré e Colombo, para ter instrumento de avaliação esta ação.
- e)** Estabelecer um processo de capacitação de agricultores, visando conteúdos para a profissionalização dos agricultores, frente a demanda.
- f)** Promover reuniões entre os técnicos das instituições, visando a troca de experiências e a eliminação de resquícios corporativos e estabelecendo a ação multidisciplinar.

Desta forma entende-se que o projeto tem seu foco no viés econômico como forma de compensar os entraves e limitações que a consecução ocasionada pela criação das áreas de proteção ambiental criou junto às zonas rurais da RMC. Todavia é inegável preocupação e a conciliação entre as questões ambientais via preservação hídrica e de saneamento básico e as questões culturais em pró do resgate e valorização das tradições inerente a cada etnia, na tentativa de se estabelecer um caminho para a sustentabilidade de toda a Região Metropolitana de Curitiba.

Observa-se, também, que os objetivos do projeto foram influenciados diretamente pelo conteúdo da “famosa” Carta de Santa Maria. Esta carta resultou da reflexão dos participantes do Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Santa Maria/RS e promovido pela Universidade Federal de Santa Maria, na data de 27 a 29 de maio de 1998.

Entre os pontos chaves desta carta está o reconhecimento da importância sócio econômico cultural do turismo no espaço rural, o esforço das instituições públicas e privadas envolvidas com o turismo na tentativa de se desenvolver um turismo sustentável. Na carta constam algumas propostas que se revelariam fundamentais para o desenvolvimento de políticas e diretrizes voltadas para o

segmento de turismo rural, e para isso, seria primordial fomentar a capacitação dos agentes envolvidos com a atividade turística, normatizar e rever a legislação existente, incentivar a criação de associações locais e regionais ligadas a uma ordem nacional.

Como resultado desse evento em Santa Maria que a partir de 1999 se foi articulando e dando forma para se estabelecer as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil compreendendo o período 2003-2007. Vale lembrar que em 2003 foi criado o Ministério do Turismo como órgão governamental independente.

Os pontos relevantes para serem mencionados de tais diretrizes são:

- Ordenamento do segmento de Turismo Rural via normas e critérios técnicos.
- Promover capacitação dos agentes e atores envolvidos com o turismo rural, a articulação institucional e intersetoriais, incentivos para o desenvolvimento da atividade e investimento na infra-estrutura.
- Estimular o envolvimento da comunidade e sua participação no planejamento da atividade.

Nesse período LACAY (2012) conta que em 2004 o Ministério do Turismo – MTUR e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, se uniram politicamente para realização de ações no processo de conhecimento e ordenamento do turismo rural no país, levando se em conta a participação da sociedade civil organizada, do poder público e iniciativa privada, conselhos de turismo e instituições de ensino. Nesse mesmo ano, o governo Lula criou o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar por força da Rede TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar) que havia sido criada em 2001. Em paralelo no Estado do Paraná, em 2002 foi criada a Secretaria do Turismo do Paraná (SETU), que atuava junto à Paraná Turismo, ao Centro de Convenções de Curitiba e a EcoParaná. A SETU no planejamento 2003- 2006 teve seu foco na formulação do documento denominado “Política Estadual do Turismo” que originaria um Plano Diretor.

### 2.2.2 Programa de Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar- PNTRAF

O segmento Turismo Rural tem se apresentado como alternativa de renda aos proprietários rurais onde uma gama de “novas” atividades e serviços tem remodelado o cenário do meio rural e os papéis dos atores sociais. A implantação de serviços (por exemplo, meios de hospedagem, alimentação e comercialização de produtos artesanais, plantio e colheita, etc.), atreladas às atividades de lazer e recreação, traz à tona questões relacionadas aos impactos estruturais (transporte, saúde, educação, etc.) e emergenciais que este segmento “impõe” ao meio rural.

Esse mesmo meio rural conforme Scheneider (2006, p.269) “deixa de ser o lócus específico das atividades agrícolas revelando-se crescentemente com um lugar de residência, de lazer e de atividades não agrícolas”, ainda para o autor, para estar em consonância à dinâmica que se configura no meio rural, o papel do Estado, do poder público em geral e das instituições exige ir além de incorporar e produzir novas formas de regulação política. É concernente a elaboração destas políticas as parcerias, à descentralização de poder e a valorização dos atores sociais (SCHENIDER, 2006).

No sentido de nortear o turismo rural o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário com a participação do MTur – Ministério do Turismo, em 2004 foi instituído o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar. Este programa contou com o apoio da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar- REDE TRAF, uma rede constituída na articulação nacional de instituições governamentais e não governamentais, de técnicos e agricultores familiares organizados, que atuam nas atividades de turismo rural. De acordo com o referido programa, se definiu o conceito de turismo rural na agricultura familiar como:

A atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar, e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos. (MDA, 2004, p.5).

Ao se analisar esta definição, permite observar que para o agricultor familiar ficou diante de novas incumbências, entre a manutenção de suas atividades tradicionais e a ofertar produtos e serviços de qualidade para a permanência dos visitantes.

Outra definição relevante do PNTRAF diz respeito aos objetivos, cujo seu escopo é:

promover o desenvolvimento rural sustentável, mediante a implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrados aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com consequente melhoria das condições de vida. (PNTRAF, 2004, p.13).

Com a diversidade e peculiaridade existe no meio rural brasileiro, o PNTRAF para dar conta diversidade socioambiental inerente ao território brasileiro, apresenta os seguintes princípios:

- A prática do associativismo;
- A valorização e o resgate do patrimônio cultural ( saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e sua organizações;
- A inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;
- A gestão social da atividade, com prioridade para interação dos agricultores familiares e suas organizações;
- estabelecimento de parcerias institucionais;
- A manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do turismo rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar
- comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;
- A compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais;
- A descentralização do planejamento e gestão deste Programa. (PNTRAF, 2004, p. 12-13).

Estes princípios, indubitavelmente, tem seu escopo no agricultor familiar, porém suscita dúvidas se o real beneficiário correspondente desta política atende especificamente esta categoria, afinal à medida que ocorre uma mercantilização do meio rural em toda sua complexidade, onde a exploração econômica se sobrepõe ao

social, de forma a alterar relações sociais, ou modos de vida e a própria mudança de atividade econômica do agricultor familiar.

Ainda há dois pontos relevantes dentro desse programa que suscita uma breve discussão. O primeiro se refere às Diretrizes e estratégias – formação e capacitação continuada que visa “potencializar os valores e as capacidades da agricultura familiar visando à auto-estima da família rural e à apropriação da geração de renda pelo aumento da qualidade dos produtos e serviços do Turismo Rural na Agricultura Familiar” (PNTRAF, 2004, p.13), e a outra Diretriz de Mercado, que consiste em uma “criação de um ambiente favorável no mercado e no contexto institucional para a inserção dos produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico”, segundo SCHNEIDER:

[...] Os mercados são socialmente construídos, o que significa que as relações de troca não levam em conta apenas grandezas de ordem quantitativa (preço, qualidade, valor, etc.) mas sobretudo qualitativa (quem vende/compra, confiança, amizade etc.). Ou seja, nas comunidades rurais é preciso perceber que os outros valores e regras entram em linha de conta quando se quer determinar e conhecer os mecanismos através dos quais se viabilizam as relações comerciais e econômicas. Conhecê-los e atribuir-lhes sentido é um passo fundamental para ativar as redes que estão por detrás desta complexa organização social que é o mercado e, por seu intermédio, patrocinar formas de inclusão daquelas famílias e produtores que, em geral, são percebidos como pouco profissionais ou destituídos de espírito empreendedor. (SCHNEIDER, 2006, p. 278).

A partir de 1960 o olhar sobre o meio rural brasileiro passou a ser fazer importante vetor econômico, social e político para o país. A agricultura assumiu o papel de impulsionar o desenvolvimento industrial na medida em que as atividades agrícolas passam a dinamizar e a gerar um efeito multiplicador na formação de mercados consumidores. Em decorrência disso, que ao final desta década foi estabelecida uma política para a obtenção ao crédito agrícola que atrelava o produtor a adquirir “insumos modernos”, conjuntamente a tecnificação e modernização da agricultura.

A introdução dessa política conjugada à entrada de algumas multinacionais acarretou em uma nova dinâmica no meio rural que atuava em uma estrutura de propriedades não adaptadas à transformação repentina da nova situação contextual. Na década subsequente, registraram-se duras questões negativas sociais, tais como, – a concentração das grandes propriedades no meio rural, o esgotamento dos recursos naturais, a precariedade do trabalho e da vida do trabalhador rural, o crescente êxodo rural (acarretando na perda da identidade e dos valores

comunitários). Esse período passa a ser reconhecido por alguns autores como “modernização conservadora”, ou também, como a “modernização dolorosa”.<sup>14</sup>

Com isso, o debate acerca das famílias rurais, o seu papel na estrutura agrária, assim como, suas relações sociais fizeram parte de uma gama de estudos e análises que dessem respostas aos caminhos que o desenvolvimento do capitalismo acarretaria para agricultura. Somando-se a isso, as produções intelectuais e as implicações inerentes às consequências do capitalismo convergiram em análises a respeito do reposicionamento das organizações produtivas e de suas particularidades.

### **2.2.3 Um Debate Em Torno Da Pluriatividade**

A respeito da noção da pluriatividade e de sua relevância na geração de renda para a agricultura familiar, assim como, as divergências existente no campo acadêmico a respeito de sua definição conceitual, emerge na análise sociológica um olhar para as unidades familiares pluriativas.

O termo pluriatividade por não ser novidade no campo acadêmico, apresenta uma ossatura teórica, em certa medida, complexa, as características são idiossincráticas ao contexto e ao local estudado. São as situações e condições apresentadas em diversos locais que tornam uma definição mais plausível a cada realidade social. Contudo é sob a égide desse processo modernizador e globalizante que há possibilidade de se pensar em certa medida na generalização do conceito em torno à pluriatividade.

A discussão sobre a pluriatividade fora do Brasil apresenta autores como Kautsky (1980), Lamarche (1993), Fuller (1990), Marsden (1990) entre outros. Já no Brasil autores como Schneider (1996, 2003), Wanderley (2009), Carneiro (1994), Silva e Grossi (1999, 2002).

Na obra *A questão agrária* de Kautsky (1980) relatou e analisou toda evolução da agricultura em alguns países europeus desde a fase pré-capitalista até o fim do século XIX. Segundo este autor, para o campesinato à medida que capitalismo se desenvolveu na agricultura se observou rapidamente a dissolução da

---

14 Termo utilizado por Graziano da Silva para retratar as consequências do intenso processo de mecanização no meio rural brasileiro na década de 1970.

indústria doméstica camponesa, e com isso, o processo de submissão entrou em curso.

A inserção de sistemas de comunicações da sociedade capitalista - com suas estradas de ferro, correios e jornais- conjuntamente à diversidade de produtos urbanos chegam a transmitir às ideias de modernização até os recantos mais remotos, engendrando aos povoados necessidades de obtenção de dinheiro para aquisição de compra de coisas que precedentemente não faziam parte de seu cotidiano. Nesta fase inicial capitalista e final do feudalismo- Karl Kautsky (1980, p.31) versa que o camponês “não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro”, e a influência direta do crescimento urbano sobre o campo desencadeou uma expansão da produtividade para dar conta das exigências do mercado, condenando o modo de produção tradicional.

Ainda este autor, por mais que a dinâmica capitalista venha impelir uma mudança no modo de produção pelo viés da inserção técnica<sup>15</sup> e tecnológica, não significaria o fim da pequena propriedade, pois a permanência e reprodução social desta estariam condicionadas ao desenvolvimento de novas formas e atividades, tanto dentro, como fora de sua propriedade.

Portanto para o referido autor o trabalho dentro e fora da sua propriedade estaria atrelado ao:

- a) Trabalho temporário como proletário assalariado, em períodos de baixa produtividade (normalmente inverno) - “esses braços, que se alugam por um salário, são de camponeses proletários, de camponeses que buscam serviços acessórios, filhos e filhas de camponeses que estão sobrando” (KAUTSKY, p.34).
- b) Tamanho da indústria, pois quando “há grande massa de capital fixo nela aplicados, e que se tornam improdutivos quando não são movimentados, leva o empresário a evitar tanto quanto possível qualquer interrupção da atividade” (KAUTSKY, p.207), portanto denota o autor que a pluriatividade esta, também, condicionada ao tamanho tipo de atividade desenvolvida pela empresa onde o agricultor disponibiliza sua força de trabalho.

---

15 Kautsky no capítulo IV presente no livro *A questão Agrária*, discorre sobre a introdução das máquinas e da especialização dos instrumentos e ferramentas para a produção em massa para o mercado.

Congruente à incipiente relação campo, trabalho e cidade segundo Urry<sup>16</sup> (1996) citado por Rodrigues (2012, p. 228) torna-se possível observar certo desencantamento com os elementos da vida moderna. Para Urry (1996) “a partir do século XIX, começou a assistir um movimento de retorno e valorização do campo”, ainda o referido autor exalta que “o interesse em visitar o espaço rural estava nos equipamentos e maquinários usados na agricultura e no padrão de vida camponês”. Dentro desta perspectiva que se iniciou o processo de museificação do “universo rural” como objeto de curiosidade dos visitantes (URRY, 1996).

Outro autor que discorre sobre trabalho agrícola e não agrícola é Hugues Lamarche. Em sua obra *A Agricultura Familiar*, Lamarche (1993) junto com uma equipe de pesquisadores realizaram um trabalho voltado à análise da problemática da agricultura familiar junto à cinco países (Canadá, França, Brasil, Polônia e Tunísia).

Entre as diversas questões abordadas na obra, a pluriatividade entra em discussão, principalmente para o caso Francês. Segundo Lamarche (1993, p.96) a pluriatividade tem o papel de complementar o trabalho e complementar a renda, e com isso o trabalho não agrícola passa a ser “considerada um elemento de estratégico para a sobrevivência do agricultor familiar, pois contribui com a manutenção da exploração da terra, e em alguns casos, com o seu desenvolvimento ou sua modernização”. O autor enfatiza que tal estratégia e adaptação dependem do desenvolvimento de variáveis externas à exploração, como por exemplo, as oportunidades de emprego que se apresentam na economia local. Entre essas estratégias, Mazuel (2000, p.95) considera o turismo com potencial para exaltar uma “França rural preservada e autêntica, fundada no patrimônio rural construído, nos recursos naturais, antigas práticas agrícola, um conhecimento local, e um estilo de vida próprio do meio rural”. Para Mazuel (2000) o elo entre cultura e turismo se caracterizou para um turismo cultural no meio rural, que posteriormente, evoluiu para a noção de patrimônio cultural rural. Como consequência dessa evolução a autora assinala que:

[...] um patrimônio valorizado traz a uma população rural orgulho e sentimento de pertencer a uma comunidade cujo patrimônio torna-se

---

16 URRY, John. O olhar do turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

emblemático. Além disso, este patrimônio valorizado age como incentivador de novas atividades produtivas e culturais, a partir do simples objeto turístico". (MAZUEL, 2000, p.103).

Seguindo a discussão a respeito da pluriatividade, Fuller (1990) vê as diversas atividades no meio rural como possibilidade a todos os atores do meio rural. Para o autor a pluriatividade impele uma multiplicidade de interesses que se torna uma prática presente tanto para o pequeno agricultor, como também, para o grande agricultor modernizado. Esse contexto é característico dos Estados Unidos, como conta Roque (2009), o que, precedentemente, era hábito dos rancheiros cederem gratuitamente espaço em suas terras para viajantes, visitantes, caçadores, a partir da década de 1970, a medida que estes rancheiros passam a ver o acolhimento aos viajantes como lucrativas e geradora de renda, evoluíram, atualmente, as modalidades *country resorts* e *country spas*, como serviços turísticos em espaço rurais.

A pluriatividade no caso brasileiro passou a ter relevância a partir dos anos 90 do século XX, quando as questões suscitadas pelos pensadores do "novo rural" potencializaram uma vasta reflexão no campo acadêmico intelectual atinente à sociologia rural e ao turismo.

Com uma proposta teórica da proposta com forte influência de Chayanov,<sup>17</sup> Nazareth Wanderley (2009) teceu algumas considerações a respeito da afirmativa de que a pluriatividade seria um processo gradual, que promoveria o abandono da atividade agrícola, a perda da significação da reprodução familiar e passagem do rural ao urbano. Segundo a autora, a pluriatividade é uma estratégia para a família, que ao exercer atividades fora do estabelecimento, assegura sua reprodução social e a permanência dos membros da mesma. Lembra WANDERLEY que a questão da pluriatividade deve recair sobre o significado das diversas atividades praticadas pelos membros da família, sendo assim, afirma a autora:

Com efeito, o trabalho externo do chefe do estabelecimento é a base da verdadeira pluriatividade. Um estabelecimento familiar é pluriativo se o seu chefe trabalha fora. Isto acontece porque seu desempenho lhe assegura um tempo livre ou quando ocorre o contrário, o estabelecimento não é capaz de absorver sua força de trabalho. O trabalho externo dos filhos adultos, que ainda moram sob o teto dos pais, provavelmente aponta para o processo de individualização, de busca de autonomia destes filhos. (WANDERLEY, 2009, p.193).

---

17 Ver mais em: A.V.CHAYANOV. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

Ainda a referida autora versa que o trabalho realizado pelas mulheres fora do estabelecimento familiar pode acarretar com o passar do tempo em uma transição da pluriatividade para a monoprodutividade. Vejamos a argumentação da autora:

No caso da mulher, o trabalho externo pode ter duas significações principais: às vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma capacidade de participar dos ganhos da família: ela contribui para a família com o dinheiro que ela mesma ganhou; às vezes, o que ela ganha é investido de alguma forma na produção ou destinado pagar dívidas do estabelecimento familiar. Em outros casos, o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento dela em relação ao estabelecimento familiar. É uma autonomia para fora, semelhante à individualização dos jovens. É como se ela estivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor. Na verdade, este processo já deixaria de ser considerado propriamente pluriatividade, a esposa sendo apenas monoprodutiva fora do estabelecimento. (WANDERLEY, 2009, p.194).

Em contraposição a esse pensamento, por exemplo, a pesquisa *A construção feminina para o desenvolvimento do turismo rural em propriedades da região sul de Santa Catarina*, de Almeida e Lunardia concluiu que:

A inserção de novas atividades no meio rural contribuiu para a geração de novas oportunidades de trabalho e de geração de renda para os agricultores. Dentro dessa nova configuração rural, as mulheres vêm contribuindo significativamente para a realização dessas atividades. (ALMEIDA; LUNARDIA, 2005, p.302).

Ressaltam esses autores “a multifuncionalidade da mulher dentro da propriedade, desempenhando desde as atividades domésticas até as financeiras” (ALMEIDA; LUNARDIA, 2005, p. 304).

A discussão conceitual de pluriatividade para Schneider (2009, p.3) está relacionada “com a possibilidade de combinação de atividades agrícolas e não agrícolas dentro de um determinado contexto social e econômico”, e que a gama de ocupações “dependem do conjunto de variáveis e fatores relacionados com as dinâmicas das famílias”. No entanto, afirma este pensador que o crescimento em ocupações não agrícolas não implica, inexoravelmente, em um aumento proporcional da pluriatividade.

Comungando em boa parte com este pensamento, em seu estudo sobre a agricultura e a pluriatividade na pequena aldeia de Theys na França, Carneiro (1998) verifica que a articulação de outras fontes à renda agrícola não devem ser explicadas somente pela ótica econômica, é necessário, levar em contas as subjetividades presentes nos projetos familiares, como também, a significação da

revalorização do rural por parte da população urbana. É a dinâmica dessa conjuntura que altera as relações sociais e cria novas condições para a reprodução social, proporcionando a manutenção da população no campo.

Conforme Carneiro (1998), a dinâmica dessa nova forma de exploração passa a ser estratégico tanto para as médias, quanto para as pequenas propriedades. Para o produtor detentor de uma média propriedade as realizações de trabalhos temporários têm a finalidade de investir na mecanização da produção, e dinamizar unidades produtivas anteriormente desconsideradas, tais como “a produção e transformação do produto bruto em um produto mais valorizado- como, por exemplo, a fabricação de queijos”, já para o detentor de uma pequena propriedade, o excedente do que se produz nela se torna renda complementar a atividade não agrícola.

Contudo o investimento na produção agrícola não tem, somente, objetivo financeiro, visa, também, a manutenção da unidade produtiva. Conforme a autora esse posicionamento “responde muito mais a estratégia de conservar o patrimônio familiar do que a desenvolver uma atividade produtiva eficaz” (CARNEIRO, 1998). No Brasil, Carneiro (2009) apresenta uma postura mais crítica em relação ao turismo, pois em pesquisas realizadas em alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro vem constatando que nas localidades estudadas, os fatores externos como a especulação imobiliária e a intensificação da atividade turística têm alterado a dinâmica de reprodução social das famílias de agricultores, segundo a autora:

Aqueles que se dedicam exclusivamente a agricultura tem capacidade limitada de ampliação por causa da valorização vertiginosa das terras em decorrência da crescente procura pelos turistas. O espaço agrícola vem sendo substituído, paulatinamente, por sítios de recreio, pousada, e casas de aluguel, o que, no entanto, não nos permite decretar o fim da agricultura como atividade responsável, em grande parte, pela garantia da segurança alimentar rural. (CARNEIRO, 2009, p. 156).

Outro autor que observa as novas dinâmicas do rural, mas sob a ótica economicista e materialista é Marsden (1995) ao observar a pluriatividade como redirecionadora das formas de produção e reprodução da força de trabalho, modificando o contexto da divisão do trabalho no meio rural. Este autor reforça o processo de mudança estrutural no campo, em que o espaço rural não está “engessada” apenas à produção agrícola e outras matérias-primas. Este espaço apresenta novas funções mercantis, onde o consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, folclore, gastronomia, por exemplo) e serviços (ecoturismo,

atividades ligadas à preservação ambiental etc.) são atributos que compõe esse mesmo espaço.

Enfim se percebe entre os mais diversos pensamentos citados, que a pluriatividade passa a ser uma estratégia para complementação de renda das famílias rurais, alternando entre o trabalho agrícola e às atividades ou ocupações não agrícolas de marcante característica urbana. Além disso, justamente esta combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas que redimensiona o campo econômico, de atuação e de inserção para os atores que compõem a unidade familiar, resultando em um dos caminhos para a manutenção de sua reprodução social. O entendimento concreto a respeito da pluriatividade é fundamental para que se possa fazer a associação, ou ao menos, a aproximação da categoria de multifuncionalidade.

Ainda sobre a pluriatividade no Brasil, com a finalidade de se realizar uma análise atinente sobre os cortes rural-urbano e agrícola o não agrícola, em 1996 uma equipe de pesquisadores de onze Estados Brasileiros, iniciou uma pesquisa denominada “Projeto Rurbano”<sup>18</sup>. Esse projeto baseava-se nos dados das PNADs<sup>19</sup> - Pesquisa Nacional de Amostras em Domicílio, realizadas pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde 1981, focando-se no emprego, nas ocupações e renda.

Entre as conclusões da primeira fase do Projeto Rurbano, foi notabilizado que desde meados dos anos 80 do século XX houve uma reversão substancial do êxodo rural-urbano, acarretando em um movimento inverso, o avanço do urbano para o campo brasileiro de modo que ocupações não-agrícolas passaram a configurar no meio rural brasileiro, ao mesmo tempo em que as ofertas de emprego agrícola declinavam.

Nos anos 90, Silva (1997) observou que mais de 40% da população economicamente ativa (PEA) na região Sudeste do país estava ocupado em atividades não agrícolas com destaque para construção civil, serviços pessoais, e agro-indústriais. O pesquisador também enalteceu o crescimento das pessoas com

---

18 A pesquisa se deu em três fases. Na fase I analisaram-se as ocupações das pessoas residentes no meio rural, já na fase II analisaram-se as famílias, no que diz respeito à pluriatividade e às rendas agrícolas e não-agrícolas. Já a Fase III sob coordenação do, também, Prof. da Unicamp – Rodolfo Hoffmann, analisaram-se a dinâmica das atividades agrícolas e não- agrícolas no Novo Rural Brasileiro.

19 Os dados utilizados das PNADs referem-se aos anos de 1981, 1986 e 1990, posteriormente, a partir de 1992, as PNADs ampliaram a sua cobertura temática

domicílio rural ocupadas na indústria, comércio e serviços. Neste mesmo período a pesquisa constatou que a região Sul é a que apresentou menor contingente de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas em relação à média nacional.

Essa nova configuração dada pela pelo projeto Rurbano sobre o rural brasileiro permitiu entender a diminuição dos ativos rurais ocupados nas atividades agrícolas, ressaltando o rural não apenas ligado, ou sinônimo, ao agrícola, e como o crescimento das atividades não agrícolas contribuem para o crescimento da pluriatividade. Em decorrência das análises conclusivas sobre esse crescimento de atividades não agrícolas, da ampliação de atividades urbanas para o meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços), e, inclusive, da proximidade dos grandes conglomerados urbanos (apropriação do espaço rural pelo urbano), perante tais conclusões esse fenômeno é reconhecido por este grupo de pesquisadores como a face do *novo rural brasileiro*.

Para Silva (1997) o “espaço rural não pode mais ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão de obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde”. A difusão de abertura de pequenas e médias empresas nesse espaço implica na ampliação dos postos de trabalho integração, por consequência, integração regional-local. Para o autor, as novas funções e novos tipos de ocupações no meio rural consistem:

- propiciar lazer nos feriados e fins de semana (especialmente as famílias de renda média/baixa que tem transporte próprio), através dos pesque-pague, hotéis-fazenda, chácaras de fim de semana, etc.;
- dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas);
- desenvolver atividades de preservação e conservação que propiciem o surgimento do ecoturismo, além de criações de parques estaduais e estações ecológicas.
- abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural em função da urbanização do espaço rural assegurada com a igualdade trabalhista obtida na Constituição de 1988 (motoristas de ônibus de transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores, trabalhadores domésticos).

Os adeptos da concepção do *novo rural* percebem à individualização e simplificação das tarefas agrícolas correlacionados à intensificação das “notáveis máquinas”, e que o resultante da imposição técnica das mesmas, têm permitido o surgimento de uma gama de opções para os membros das famílias exercerem atividades agrícolas ou não agrícolas. Perante isso a disponibilidade de tempo se torna inerente a essa lógica e fator contundente na discussão do novo rural. A tecnificação ao remodelar o tempo no meio rural imbricou em uma dinâmica em que os agricultores viessem a atuar em tempo parcial em seu estabelecimento agropecuário – fato conhecido como *part-time*, este conceito explica Graziano (1997), se refere a “não mais um fazendeiro especializado, mas trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariada ou não)”.

Por fim pode-se, resumidamente, caracterizar o “novo rural” ligada à agricultura e agropecuária moderna (*commodities*) e a variedade de atividades não agrícolas, tais como, à construção civil, lazer, prestação de serviços. Todavia para o autor, a combinação e fomento de atividades não agrícolas e agrícolas acarretariam em abertura de novos campos de trabalho, redimensionando o conceito de pluriatividade no meio rural.

### **3 O ESPAÇO RURAL EM ANÁLISE: O CIRCUITO DE TURISMO RURAL DO CAMINHO DO VINHO SOB O OLHAR DOS ATORES SOCIAIS**

#### **3.1 A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) é a região de importância econômica e estratégica para o Estado do Paraná, o Brasil e países vizinhos. É uma região composta por 29 municípios, incluindo a capital Curitiba, abarcando uma população de 3.223.823 habitantes, configurando-se na oitava região metropolitana mais populosa do país, e a segunda em maior extensão (COMEC, 2012). Boa parte destes municípios circunvizinha ou são limítrofes a própria a capital.

FIGURA 1 - DIVISÃO POLÍTICA  
FONTE: COMEC, 2012.

A RMC é relevante por estar localizada em um entroncamento viário em que por ela passa a rodovia BR 116, que corta a região no sentido norte-sul, sendo um

dos corredores de maior escoamento de produção do país. No sentido leste- oeste a rodovia BR 277 corta todo o Estado do Paraná, ligando ao Oeste desde o município de Foz de Iguaçu, onde está conectada a tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina) – a leste onde está localizada o porto do município de Paranaguá.

A Região Metropolitana de Curitiba foi criada, em 1973, pela Lei Complementar Federal nº 14/73, compreendendo, inicialmente, 14 municípios: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. Permaneceu com esta configuração até o início dos anos 90 do século passado, onde no período de 1990 a 1992, mais 4 municípios são incluídos – Fazenda Rio Grande (desmembrado de Mandirituba) , Tunas do Paraná (desmembrado de Bocaiuva do Sul), Itaperuçu (desmembrado de Rio Branco do Sul) e Pinhais (desmembrado de Piraquara). Os limites do território metropolitano só foram alterados em 1994, pela lei estadual nº11.027/94. Foram incluídos os municípios de Cerro Azul, Doutor Ulysses, Quitandinha e Tijucas do Sul. Posteriormente através de uma sequência de leis que atende o período entre 1995 e 2011, mais 7 municípios – Adrianópolis, Campo Magro, Agudos do Sul, Lapa, Campo do Tenente, Piên e Rio Negro – foram incluídos na RMC (COMEC, 2012).

A RMC, em termo físico- geográfico, está localizada grande parte no Primeiro Planalto, e outra no Segundo Planalto. Referente à configuração física apresenta ao Norte altas declividades, baixa fertilidade do solo, e considerável potencial geológico para determinados minerais não metálicos.

Na Serra do Mar tem-se uma das mais importantes reservas florestas do Estado, assim como, os mananciais que deságuam nos afluentes do Rio Iguaçu. Ao Sul os solos são mais planos, propícios a prática intensa da agricultura, porém, devido a apresentar solos hidromórficos, estão sujeitos a inundação. Ao Oeste as topografias representadas por espigões e vales, onde se desenvolve a extração de minerais argilosos e a agricultura tradicional (COMEC, 1999). O clima da região apresenta-se na classe Cfb (Koeppen) definido como sempre úmido, pluvial quente-temperado, com altitude média de, aproximadamente, de 900 metros.

### 3.1.1 O município de São José dos Pinhais

São José dos Pinhais é o sexto município do Estado do Paraná e um dos maiores em extensão territorial. Em termos populacionais é a segunda na região metropolitana de Curitiba com 264.210 habitantes de acordo com o último censo do IBGE (2010), sendo que, deste total, 236.895(hab.) concentram-se na área urbana e 27.315 (hab.) estão em área rural. Este município é o terceiro polo automotivo do país, e também sede do Aeroporto Internacional Afonso Pena, principal terminal aéreo do Estado do Paraná.

A formação histórica deste município está entrelaçada à política de incentivo à de emigração das diversas pátrias europeias e de absorção desta por parte do governo Brasileiro. Conta Marochi (2006) que desde o ano em que foi instalado do município em 1853 até o ano de criação oficial da primeira colônia de imigrantes, o número de estrangeiros que optaram por viver em São José dos Pinhais era irrisório. Passados alguns anos do período entre 1876 a 1908 foram criadas nove colônias oficiais no município. Estas colônias obedeciam a uma série de critérios, entre os quais o tamanho do lote, a construção de escolas e igrejas eram requisitos básicos. Concomitante a institucionalização destas colônias, outros grupos de imigrantes foram chegando ao município de São José dos Pinhais. Segundo Marochi (2006, p.55) “Alguns optaram pelo espaço urbano ou por pequenas chácaras em seus redores, enquanto um bom número foi ocupando espaços agrícolas”. Estes imigrantes vinham de diversos lugares, desde o interior de São Paulo e de Santa Catarina, assim como, de diversos países europeus. Por meio da fixação destas famílias de imigrantes que houve consideráveis modificações em diversas localidades, tais como, a Colônia Marcelino e a Colônia Mergulhão. Os Italianos, Alemães e Poloneses eram os imigrantes estrangeiros que foram tomando o espaço que rodeava o centro urbano.

São José dos Pinhais desde 1994 vem se destacando pelo potencial técnico-organizacional para o desenvolvimento da atividade turística, no entanto, que em 2002 o município foi congratulado com o selo de ouro concedido pela EMBRATUR. O selo foi concedido pelo fato do município executar ações sérias para se atingir desenvolvimento do turismo sustentável.

### 3.1.2 Histórico da Colônia Mergulhão

Não se sabe com exatidão quando as terras da Colônia Mergulhão foram adquiridas e divididas entre imigrantes italianos e poloneses, mas acredita-se que deva ter sido, aproximadamente, ao final do século XIX, resultado da política pública de colonização das áreas rurais da região. Esta colônia recebeu pessoas de colônias próximas como a Murici e de famílias que vieram diretamente da Europa. Entre os poloneses a raiz familiar vem do sobrenome Przybycién, que ao passar do tempo formou-se os Perbiche e Bichebiche. Já entre os italianos foram as famílias Daldin, Pissaia, Bortolan e Juliatto. (MAROCHI, 2006).

Marochi em sua pesquisa histórica sobre a colônia Mergulhão conta que os italianos em sua maioria eram provenientes de regiões agrícolas do país de origem, e que já tinham a concepção de produzir diversos produtos em pequenas áreas, e ao chegar ao Brasil deram sequência às atividades que já eram conhecidas precedentemente. Tanto italianos como poloneses praticavam a policultura - plantavam milho, feijão, mandioca, batata-doce, diversos legumes, assim como, diferentes animais – vacas leiteiras, aves e porcos. Os italianos iniciaram a cultivar seus parreirais aonde as primeiras mudas vieram diretamente de seu país.

A produção era basicamente de subsistência, e só se vendia um pouco do excedente para adquirir dinheiro para comprar o que não era possível produzir na propriedade. A comercialização com as pessoas que vinham da Capital eram baseadas nas relações pessoais e de confiança. Como consequência dessa relação o trabalho assalariado para os mais jovens se amplia na região.

Ao longo de sua história, na Colônia Mergulhão entre a década de 1970 e 1980 a produção agropecuária foi a atividade que teve o apoio via extensão rural e financiamento público com a finalidade de modernizar o processo de produção de leite, e por meio do associativismo, oportunizar a compra de máquinas para a lavoura. Nessa época Ferreira e Corona contam que "mediante a ação cooperativista e, por vezes, da ACARPA (hoje EMATER), que ocorriam cursos de aperfeiçoamento e o estímulo ao envio dos filhos para cursos em outros locais onde a produção de leite era mais moderna [...]" (FERREIRA; CORONA, 2012, p.128).

Esse período foi marcado pela prosperidade das famílias e pelo investimento do poder público em infraestrutura como luz elétrica, melhoria das estradas, que por

sua vez, aproximou a Colônia Muricy, sendo esta, o núcleo de saúde e educação para ambas as colônias (FERREIRA; CORONA, 2012).

Junto a essa característica produtiva, algumas famílias atuaram com serraria, olaria, moinho de fubá, trigo, cereais, mercearia e casa de “Secos e Molhados”.

Em relação de como se dava a produção e comércio de vinho<sup>20</sup> nesse período, Marochi (2006) em entrevista junto à moradora Ana B. Daldin, filha de poloneses, casada com descendentes de italianos, e residente da Colônia Mergulhão desde o ano de 1941. Esta moradora relata que nos anos 40 e 50 alguns moradores já vendiam vinho, mas isso com cuidado, pois temiam a fiscalização existente.

### 3.2 O CIRCUITO DE TURISMO RURAL CAMINHO DO VINHO DA COLÔNIA MERGULHÃO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – PR

Em 1998 foi realizado pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo-SICTUR o inventário em que foi identificado o potencial turístico da região que abrange a Colônia Mergulhão. No ano seguinte, em reuniões com a comunidade e iniciativa privada, o poder público apresentou um projeto para organizar e desenvolver o turismo local. A partir destas reuniões que se chegou à criação do roteiro com o nome “Caminho do Vinho”. Por não ter sido feito em uma data exata a inauguração da implantação deste Caminho, segundo dados obtidos junto a SICTUR, a implantação se deu entre final 1999 e ano 2000.

Entre os principais objetivos do projeto constavam ações para o desenvolvimento do folclore, artesanato, valorização do patrimônio histórico-cultural (resgate da cultura italiana), estímulo para a produção de produtos coloniais (queijos, salames, conservas etc.) e agrícola de qualidade, inclusive o vinho. A resultante do conjunto destas ações dentro do Caminho do Vinho que, conseqüentemente, impulsionaria a geração de renda na Colônia.

---

20 [...] O avô do meu marido já fazia vinho aqui e depois que viemos pra cá o meu marido começou a plantar mais parreiras. Todos tinham os parreirais que não eram grandes, mas sempre tinham, e ainda segue o diálogo, [...] Meu marido levava vinho para vender em uma barraquinha que se chamava quinto. Não lembro se era de 50 litros ou mais. Na carrocinha ele tinha que esconder o vinho embaixo da lenha, pois se os fiscais o vissem, já viu! Ele levava o vinho para vender lá no tio dele em Curitiba. [...] Aqui todos produziam um pingão de vinho que era para o gasto da família. Cada um tinha poucas parreiras. Talvez vendessem um pouco, mas era por aí. [...] As pessoas mais para o gasto da casa e pouca coisa de venda.

No início a prefeitura de São José dos Pinhais, via SICTUR financiou o surgimento do Grupo Folclórico Italiano Cuore D'Italia, com o intuito de envolver a comunidade para a manutenção da cultura italiana. Posteriormente por questões burocráticas a prefeitura teve cortar o financiamento. Diante disso, a partir das primeiras festas do vinho, foi criada a ACAVIM (Associação do Caminho do Vinho-Colônia Mergulhão).

Festa do Vinho realizada desde 2002 com o escopo de divulgar o Caminho do Vinho, promover o resgate cultural através da dança folclórica e arrecadar fundos para as melhorias no próprio Circuito de Turismo. De acordo com Tonietto (2006) a SICTUR institucionalizou a Festa do Vinho e o grupo folclórico. Ainda para esta autora a participação dos atores sociais locais tem estimulado a congregação de interesses comuns, embora, também, seja perceptível certo “mal estar” frente àqueles que não se beneficiam diretamente com as Festas do Vinho.

Já ACAVIM passou a administrar os recursos obtidos com a festa subsidiando a manutenção desse Grupo Folclórico e de outras demandas, porém com o passar dos anos, as dificuldades financeiras fez com que o a permanência do grupo folclórico dependesse apenas de recursos dos próprios interessados em dar continuidade com a atividade. Entre outras incumbências da associação consistia em organizar os empreendimentos e evitar o fim do Caminho do Vinho.

Entre as incumbências da Associação do Caminho do Vinho consistia em organizar os empreendimentos, evitar o fim do caminho, e fomentar a compra conjunta de garrafas, rolhas, rótulos, copos para reduzir custos por parte dos produtores de vinho.

O Caminho do Vinho possui uma entrada principal identificado por um portal (FIGURA 2). A respeito deste portal não se tem informação da representação de sua estética. Um pouco antes deste portal há um mapa (FIGURA 3) que traz a dimensão e localização dos respectivos empreendimentos que compõe o do Circuito, já que não existe centro de informação turística. A sinalização é padronizada (FIGURA 4), inclusive, uma marca da autenticidade do próprio caminho.



FIGURA 2 - PORTAL DO CAMINHO DO VINHO  
 FONTE: Acervo pessoal.



FIGURA 3 - MAPA DO CAMINHO DO VINHO  
 FONTE: Acervo Pessoal



FIGURA 4 - SINALIZAÇÃO PADRONIZADA  
 FONTE: Acervo pessoal

O Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho, que inicialmente teve por volta de 13 empreendimentos, atualmente possui 36 empreendimentos envolvidos entre atividade de vinho, restaurantes, pesque-pague, minhocário, velcross entre outros. A figura abaixo retrata um dos primeiros mapas da Estrada do Mergulhão que, posteriormente, passou a ser reconhecida como Caminho do Vinho.

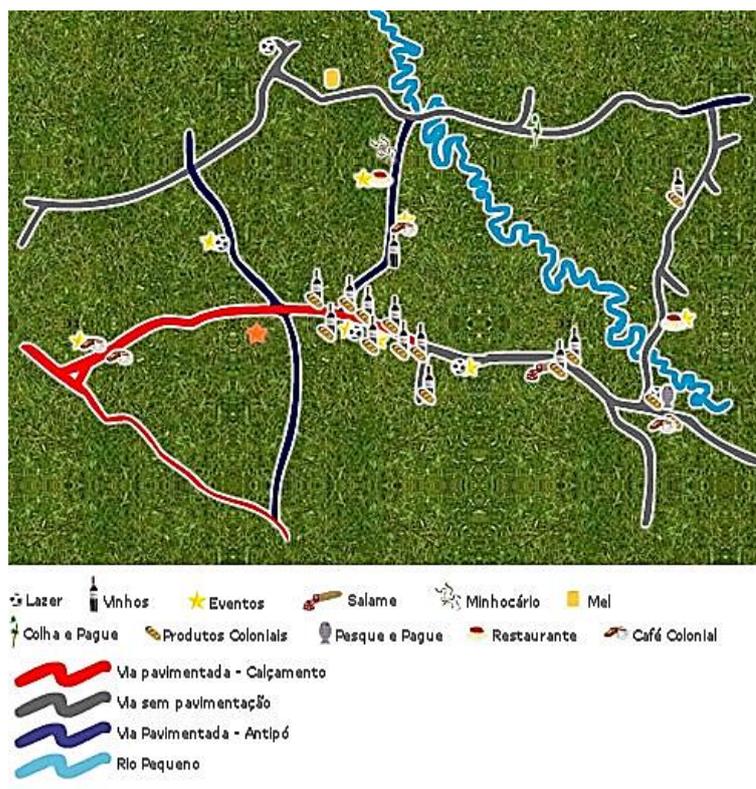


FIGURA 5- CAMINHO DO VINHO

FONTE: Prefeitura municipal de São José dos Pinhais

### 3.3 OS ESTABELECIMENTOS DO CIRCUITO DE TURISMO RURAL CAMINHO DA COLÔNIA MERGULHÃO

A Colônia Mergulhão situada na porção norte do Município de São José dos Pinhais, aproximadamente a 20 km de Curitiba, predomina uma quantidade considerável de pequenas propriedades, com dimensões que podem variar entre 1 a 25 hectares de acordo com dados da pesquisa. Com o crescimento gradativo da cidade de Curitiba a demanda por produção de alimentos para abastecer a capital foi propulsora para produção de olerícolas e de leite dentro da Colônia. Entre as décadas de 60 e 80 a produção estava voltada para a criação do gado e, por

consequência, da produção de leite. Segundo Queiroga (2003) a partir da metade da década de 80, a produção de leite na Colônia Mergulhão entrou em crise devido ao aumento de custo de produção e da redução do preço pago por litro de leite.

Tal crise redirecionou e intensificou a produção de olerícolas e de vinho na comunidade. Queiroga (2003, p.75) afirma que “desde a década de 1980, a quantidade de uva produzida nos parreirais existentes na comunidade já era insuficiente para a fabricação do montante de vinho comercializado”.

A partir da década de 1990 a característica do sistema agrário na Colônia Mergulhão direcionou para a produção de vinho, leite e derivados e olerícolas. Congruente a essa dinâmica, na referente década, tem-se a presença de forte investimento industrial no Município de São José dos Pinhais, o que acarretou em uma ocupação de uma variedade de médias e grandes empresas, praticamente, tangenciando a Colônia Mergulhão. De acordo com Lopes et.al(s/d) a criação do “Distrito industrial atraiu uma acelerada ocupação imobiliária, tanto de nível popular como de chácaras”. O rápido crescimento do Distrito industrial apresentou sérios problemas de impacto ambiental como lançamento de esgoto no rio Pequeno<sup>21</sup> sem tratamento. Foi a partir dessa nova dinâmica que se estabelece uma mudança que afeta diretamente a Colônia Mergulhão no que tange à agricultura. A respeito dessa reorganização produtiva Queiroga (2012) retrata esse panorama conforme o quadro a seguir:

QUADRO 1 - DINÂMICA E DIFERENCIAÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO DA COMUNIDADE DE MERGULHÃO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – de 1990 a 2004

<b>Caracterização Sistema Agrário Período</b>	Oleorícolas, uvas-vinho/derivado e leite 1990 a 2004
<b>Ecosistema Cultivado</b>	Redução de pastagens e aumento de cultivos agrícolas
<b>Meios de Produção: Instrumentos de produção, cultivos agrícolas e animais domésticos</b>	Máquinas e implementos agrícolas. Oleorícolas, uva, leite e peixe, grãos (milho e feijão)
<b>Força de trabalho</b>	Mão de obra familiar
<b>Modos de artificialização do meio</b>	Uso de adubos químicos e agrotóxicos. Construção de tanques e represas
<b>Divisão social do trabalho</b>	Agricultura, agroindústria, vinho e derivados, pecuária leiteira e Atividades de turismo

<sup>21</sup> A Colônia Mergulhão encontra-se dentro da Área de Proteção Ambiental do Rio Pequeno, que de acordo com Lopes et.al(s/d). este Rio é protegido ambientalmente pelo Decreto Estadual nº1752/96 – que institui a APA na área de manancial da bacia hidrográfica do Rio Pequeno, denominada APA Estadual do Pequeno., localizada no município de São José dos Pinhais, com área aproximada de 6.200,00 há.

<b>Excedente agrícola; relações de troca</b>	Comercio com Nutrimental S.A., CEASA, mercados, laticínios, e consumidores de Olerícolas, leite e vinho
<b>Condicionantes de transição para sistema agrário seguinte</b>	Aumento de demanda por produtos coloniais e atividades de turismo rural

FONTE: Queiroga, 2012.

Nesse período, o espaço rural da Colônia Mergulhão ainda resguardava uma ruralidade com características do passado e da “inércia”, sem calçamento, as estradas de “chão batido”, não havia presença de grande circulação de pessoas e de automóveis, a agricultura e a visualização dos parreirais eram marcas contundentes da paisagem local.

Com o reconhecimento dessas características que a partir do incentivo do PNMT<sup>22</sup> surgiu a proposta de projeto do Caminho do Vinho articulado às ações de desenvolvimento já referido na página 74. De acordo com a Agente Municipal de Turismo de São José dos Pinhais (2012) que participou ativamente do início de instauração, a mesma relata que:

em 1998 a idealização do projeto de turismo rural se deu logo após os técnicos realizarem o inventário e a identificação do potencial turístico...e na época eu dizia: já pensou um dia a gente passar lá ver aquilo tudo transformado. (AGENTE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2012).

Entretanto, a partir da primeira década do século XXI, iniciou-se a transformação com o crescimento em torno do turismo e da retração na própria produção agrícola, denota-se o processo de mudança social como será demonstrado na análise a seguir.

Neste capítulo serão apresentados os dados coletados junto aos empreendedores do Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho, visando analisar as percepções desses atores. Para facilitar o entendimento e organização, a análise será assim discutida:

Primeiro será apresentado um quadro com o universo de estabelecimentos que compõe o circuito. Estes estabelecimentos estão enquadrados em quatro categorias para facilitar a compreensão desse universo.

A análise será feita em três momentos por categorias de estabelecimentos e sobre as características das mesmas. Em um primeiro momento serão analisados os empreendimentos dos vinicultores do Caminho do Vinho, graças ao protagonismo

---

<sup>22</sup> Ver página 48.

dessa atividade na proposta da formação do circuito. Em seguida, serão analisados, como uma única categoria de análise os demais empreendimentos presentes no circuito conforme a tabela abaixo. E por último articulamos a dinâmica da ruralidade da Colônia Mergulhão sob o viés da Sociologia Rural.

Nesse sentido, os dados aqui analisados estarão sempre articulados às vozes dos atores responsáveis pelos estabelecimentos, buscando demonstrar a partir de sua própria ótica em contraponto às observações de campo, todos os aspectos sociais, ou seja, o tripé econômico, cultural e ambiental envolvidos nesse contexto. Consta-se nessa análise dados qualitativos e quantitativos retirados de entrevistas, e que são relevantes para relatar a percepção desses atores a respeito Circuito de Turismo Rural do Caminho do Vinho.

QUADRO 2 - RELAÇÃO DAS CATEGORIAS E DE ESTABELECIMENTOS QUE INTEGRAM O CAMINHO DO VINHO

CATEGORIAS	EMPREENDIMENTOS
Vinicultores	Adega Bortolan Cantina Della Mamma Chácara Daldin Vinhos Don Gabriel Vinhos Don Roberto Vinhos do Italiano Vinhos Laureanti Vinhos Paulo Juliatto Vinhos Pissaia Vinhos Vô Dide
Atividades Agrícolas, Pesque Pague, Atividades Esportivas e outros	Minhocário Martins Pesque – Pague Cachimbo Pesque – Pague Beira Rio Velocross Passeio de Cavalo
Restaurante, Café Colonial e Comercio de Secos e Molhados.	Restaurante Bosque Italiano II Restaurante Dulce Restaurante Fruto da Terra Restaurante Panela de Barro Restaurante Vô João Sítio Rio Pequeno Casarão Café Colonial Grimpa Verde Café Colonial Casa Bela Café Colonial Casarão Nono Leonardo Armazém do Mazza Glória – doces
Chácaras de Eventos	Castelo di Firenze Chácara Bella Vite Chácara das Princesas Fazenda Park Mergulhão Recanto Inspiração Recanto das Hortênsias* Recanto São Miguel Sitio Roda d´ Água

FONTE: Motta, 2012.

### 3.4 OS VINICULTORES

A primeira parte desta análise se remete aos vinicultores, pois estes em sua maioria representam o tecido social do campo de pesquisa, e são atores que deram sentido ao próprio Caminho do Vinho.

O questionário (Apêndice B) permitiu a visualização do perfil dos atores empreendedores que integram o Circuito, obtenção de dados desde sua origem, as possíveis mudanças em suas atividades profissionais e de seus empreendimentos, a situação atual do próprio Caminho do Vinho e a relação com poder público sob a ótica destes atores.

Desta forma, a análise tem seu escopo na categoria vinicultores e no panorama geral das demais categorias. Dentre as características que serão percorridas e analisadas, nota-se que o Caminho do Vinho reforçou, em parte, a identidade rural imbricada às origens italiana e polonesa, ao apego familiar, a terra e ao vinho artesanal como representante da preservação cultural. Além disso, denota-se que o viés econômico turístico vem alterando a conformação da fonte de renda proveniente da agricultura ou do trabalho agrícola entre os vinicultores.

Em relação à categoria vinicultores, entre as dez vinícolas entrevistadas estão sob responsabilidade de 9 homens e 1 mulher, que por sua vez, apresentam forte ligação com os fundadores da Colônia Mergulhão. Praticamente todos os atores são nascidos na Colônia ou região, sendo apenas um de Curitiba, mas que há 30 anos vive na colônia. Quanto a descendência, 8 vinicultores são de origem italiana e 2 são de origem polonesa. O nível de escolaridade é bastante heterogêneo, tendo 4 vinicultores com ensino básico incompleto, 2 com básico completo, 2 com ensino médio completo e 1 com superior incompleto e 1 com superior completo. Essa questão importante, pois retira a impressão generalizante do senso comum, de se estigmatizar o agricultor como indivíduo sem instrução formal e estagnado. Por outro lado, apenas 1 destes fala com certa fluência a língua de origem.

Outro dado de suma importância, referente às atividades profissionais que estes atores exerciam antes do ingresso ao Caminho do Vinho, todos confirmam suas raízes com a agricultura. Atualmente entre os entrevistados 9 ainda se intitulam

como lavrador, produtor rural e vinicultor. Apenas um se declarou como servidor público.

O processo de formação do Caminho do Vinho se deu pela comercialização do vinho na Colônia Mergulhão em já era uma prática comum desde os primeiros colonizadores, evidentemente, em menor escala. O vinho simbolizava uma tradição passada de geração a geração, consumido nas refeições, e um elo para afirmação de amizade e solidariedade entre as famílias. A respeito de como se desenrolava a comercialização do vinho antes do Caminho do Vinho, E.P., 57, proprietário de vinícola, disse que:

Meu nonô fazia vinho, meu pai fazia vinho, fazia pra nós tomar e aprender a fazer vinho também... antigamente quando eles vieram da Itália, eles trouxeram muda de parreira. Todos faziam vinho, fazia parte da alimentação, e vendia um pouco.

Ainda este informante relata que a prática já foi passada “pros filhos também”. Ainda corroborando sobre a comercialização o proprietário de vinícola, M.L., conta que “tinha meu pai aqui e mais uns dois ou três que vendiam vinho, faziam vinho, faziam pra consumo e vendiam”.

Através dos depoimentos coletados, foi possível perceber que o processo de produção de vinho obedece a uma tradição familiar e uma prática que se reproduz socialmente.

Para além da família, a representação imaterial e a transmissão de saberes para esses atores são estratégias que se adaptam as novas situações ou contextos sociais, como confirma M.L., o mais “relevante é poder viver disso aqui, então é continuar a história dos pais, dos avós, essa é a intenção, continuar cultura nossa ai né, cultura italiana, preservar a cultura”. Esses valores e sentimentos conjecturados ao lugar fornecem o arcabouço simbólico intrínseco dos vinicultores do Caminho do Vinho.

No entanto foi percebido que essa tradição não tem sido algo engessado, e o modo de vida no Caminho do Vinho vem se adequando gradativamente à modernidade, nessa perspectiva Giddens versa que:

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados por que contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação, com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que se insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque

ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume a herança cultural dos precedentes. (GIDDENS, 1991, p.44).

Essa tradição na produção de vinhos, modo de se realizar a venda e da proximidade entre as vinícolas e de se conformarem dentro de uma “estrada” foi preponderante para a formação e consolidação do Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho. Segundo relato do agente do poder público municipal (2012), como havia incentivo via PNMT na época “aproveitamos para realizar uma proposta de projeto dentro do plano de desenvolvimento, e em 1999 o projeto foi levado para a comunidade” e foi a partir desse momento que “a visão técnica do potencial local, foi da prefeitura para a comunidade”.

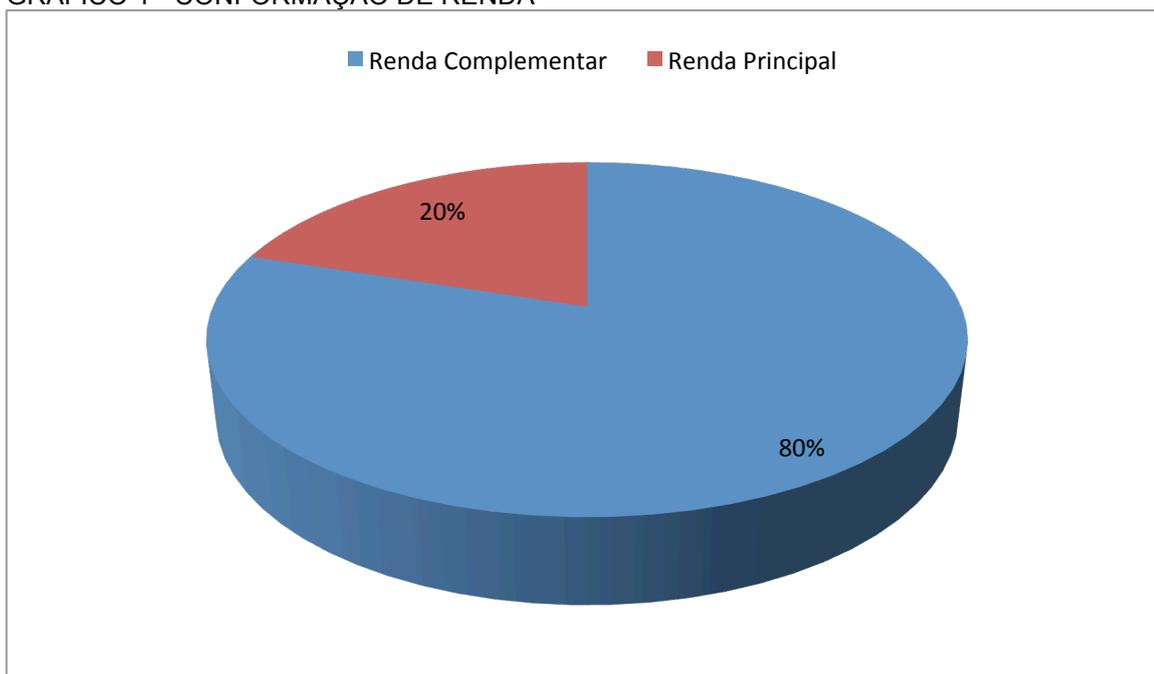
No entanto, desde a formação do Caminho do Vinho é notória a mudança social decorrente nos 12 anos de sua existência entre os empreendedores vinicultores tanto no âmbito econômico, cultural e ambiental, como será analisado a seguir.

A segunda parte do roteiro de entrevista partiu-se da necessidade de compreender às questões de ordem econômica, cultural e ambiental, assim como, coadunada às características dos empreendimentos.

Todos os vinicultores são os donos de seus estabelecimentos, integram o caminho do vinho desde o início, não realizaram financiamento via PRONAF em nenhum momento nestes 12 anos. Percebeu-se que existem dois fatores para o baixo índice de obtenção de financiamento. O primeiro é o receio de endividamento (ainda que a taxa anual de juros sejam relativamente baixo), e o outro fator, os vinicultores alegam que seus empreendimentos estão se mantendo e com tendência de lucro, e isso, faz com que os investimentos em seus respectivos estabelecimentos ocorram de forma gradativa e de acordo com as necessidades que contexto exige. Essa situação confirma o que a pesquisa da FAO/INCRA a respeito do baixo grau de capitalização do pequeno agricultor.

A respeito da conformação de sua renda para 8 empreendedores as metas de obtenção de renda seguem o caminho da complementação de renda e 2 tem comercialização como sua fonte principal de renda.

GRÁFICO 1 - CONFORMAÇÃO DE RENDA

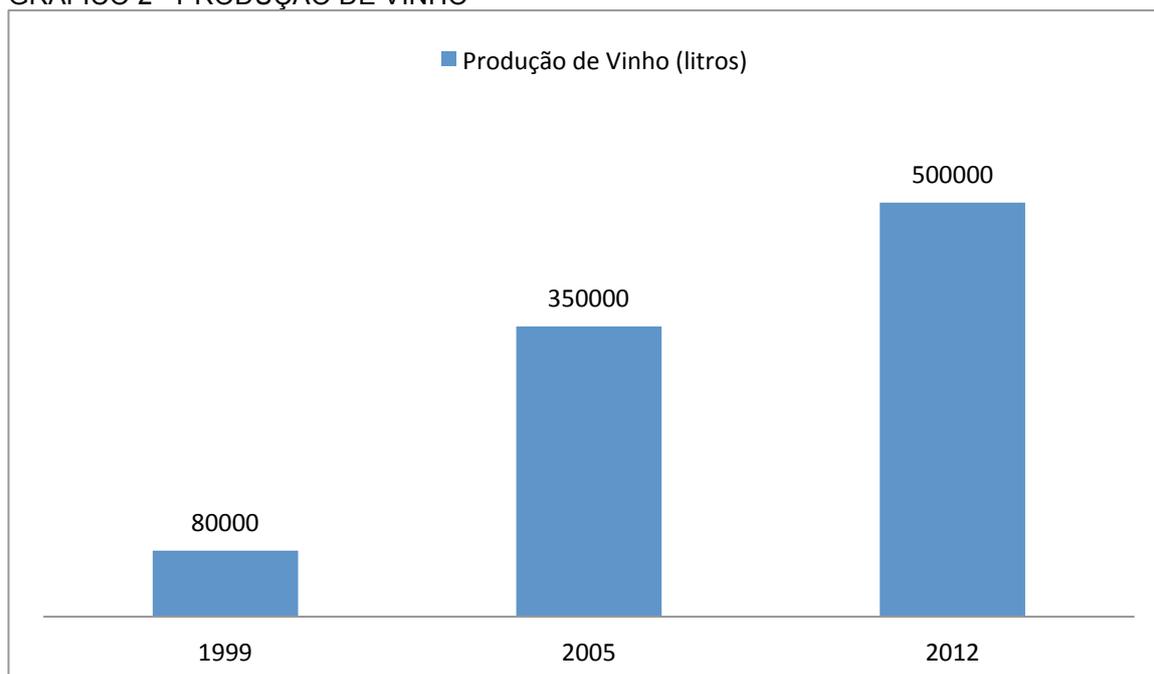


FONTE: O autor (2013)

Em relação a rentabilidade das vinícolas, 7 afirmam obterem lucro com a venda do vinho, 3 deles alegam que apenas mantêm seu comércio, e nenhum tem prejuízo. Estes dados reforçam a tendência para o aumento de produção de vinho, visando consolidar a mesma como fonte de renda principal, tendo todos com interesse em estabelecer a atividade turística como fonte de seu sustento e não mais a produção agrícola.

No artigo de Szuchman et al. (2006) apontam que em 1999 se produziam “o total 80 mil litros de vinho, e que em 2005, segundo dados da EMATER já havia a marca de 350 mil litros produzidos”, em 2012, de acordo com os dados coletados da pesquisa, a produção atualmente já está em 500 mil litros, sendo que a maior vinícola do Caminho do Vinho já está produzindo, aproximadamente, 100 mil litros/ano.

GRÁFICO 2 - PRODUÇÃO DE VINHO



FONTE: O autor (2012).

Esse crescimento na venda do vinho tem fomentado não somente a alteração na própria práxis de seu trabalho, mas, também, expõe como estes atores vêm se deixando envolver pela lógica da racionalidade instrumental. Nas observações percebemos que os atores sociais tem exercido sua reflexividade e, por consequência, alterado seu fluxo da conduta cotidiana, via reordenamento laboral em relação à própria produção do vinho, e reestruturação seu espaço produtivo frente à influência econômica presente nesse contexto à luz da nova dinâmica de acumulação de capital propiciado pelo turismo.

Com base no total dos dez estabelecimentos que estão na categoria Vinicultores, quando questionados se a composição da renda é agrícola, não agrícolas, ou ambas, verifica-se que todos são pluriativos (dupla atividade). Esta dupla atividade decorre do assalariamento proveniente de seus membros em serviço público (concurso), de serviço de guia de turismo, de trabalho temporário das esposas em outros empreendimentos do circuito, ou na produção de produtos alimentícios para os visitantes e comércio local. Já os filhos auxiliam no balcão do próprio estabelecimento, ou obtêm renda em “estágios” realizados em decorrência de estar em algum curso superior ou profissionalizante. Com isso, essa pluriatividade é marcada pelo envolvimento de praticamente todos os indivíduos que compõe o seio familiar, ou seja, os “chefes” de família, as esposas e os filhos.

Outro dado importante que foi observado na realização desta pesquisa em relação à geração de empregos dentro das vinícolas desde a fundação do Caminho do Vinho. Como podemos ver na tabela abaixo, constatou-se que apenas 3 estabelecimentos ampliaram seu quadro de funcionários de 1999 até 2012, e mesmo nesses casos, todos os trabalhadores envolvidos na produção e comércio do vinho são membros do núcleo familiar do proprietário do empreendimento. Vale ressaltar que muitos desses trabalhadores são filhos dos donos originais da propriedade, e que já relataram interesse em dar sequência a este ramo de atividade.

TABELA 1 - RELAÇÃO DE EMPREGOS E MEMBROS DA FAMÍLIA

Vinícola	Antes	Hoje	Membros da família
1	2	2	2
2	4	4	4
3	2	2	2
4	2	6	6
5	2	2	2
6	2	4	4
7	2	2	2
8	2	2	2
9	2	2	2
10	2	3	3

FONTE: O autor (2012).

Também a que se considerar como consequência relevante de tal dinâmica a alteração da prática cotidiana desses atores, evidenciado pela substituição do exercício da atividade de produtor para a de comerciante, deixando de plantar a matéria prima de seus vinhos e passando agora a comprar coletivamente as uvas para a produção do vinho. Para tais atores, em virtude do crescimento substancial da demanda ficou incompatível se ater à produção da uva e a comercialização do vinho, como podemos observar na fala de B.:

Você ficar meses cuidando desses parreirais dá uma canseira danada, por isso que esta valendo mais a pena comprar uva e só produzir o vinho...assim não perdemos clientes.

De acordo com os informantes é possível elencar alguns fatores que corroboram para que a atividade agrícola deixe de ser praticada como base de sua sustentação. Estes fatores seriam a instabilidade inerente à produção agrícola, as formas burocráticas e de custo para escoamento do que se produz, o trabalho no campo, instabilidade climática, e a proliferação de uma praga- a pérola,

praticamente, dizimou todos os parreirais da Colônia Mergulhão, obrigando ao vinicultores reordenar seu processo de produção.

Com o crescimento da demanda de pessoas visitando o Caminho do Vinho desde sua formação, certamente contribuiu para que, praticamente, todos os vinicultores desistissem (por tempo indeterminado) do cultivo da uva, optando por comprar essa matéria prima de outros para produzir o seu vinho, e também, reduzissem, consideravelmente, sua produção de olerícolas. A respeito dessa alteração na dinâmica de produção e das facilidades de comercialização, fica nítido pela fala de D.P, 32 anos, “o cliente vem na porta da casa pra comprar, já é menos dor de cabeça que antes agente levava vendendo verdura”. Essa é uma questão tácita entre os vinicultores, pois a produção de vinho não se perde se armazena.

Pelos relatos desses atores, também, pode-se afirmar que a maioria está deixando de lado sua identidade agricultor, para assumir outro papel - de empreendedor- ligado apenas ao comércio de dado produto, e sendo objeto excêntrico para o usufruto daqueles visitam ao seu estabelecimento, relegado às especificidades e as dinâmicas inerentes aos modos de vida desses vinicultores.

Consolidando essa visão economicista e mercantil, por meio das análises das falas e das observações da ação dos atores podemos constatar que, na realidade, esses vinicultores incorporam a lógica mercantilista em detrimento da valorização de suas raízes culturais a que se propõe as premissas da prática de turismo rural, que busca acima de tudo a preservação do modo de vida desses atores e a construção de uma relação produtiva de trocas simbólicas entre os cidadãos e o agricultor familiar. Assim, os vinicultores usam estrategicamente seu capital simbólico apenas com interesses econômicos, incorporando uma prática empresarial dentro do universo rural, indo contra o que versa Carneiro:

As novas experiências engendradas por esse processo se nutrem de uma diversidade social e cultural que, por sua vez, alimenta as trocas, enriquecendo os bens (culturais e simbólicos) e ampliando a rede de relações sociais. Portanto, a heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, é também responsável pelo enriquecimento do tecido social das localidades, sem que isso resulte, necessariamente, em uma descaracterização da identidade cultural local. (CARNEIRO, 2012, p.48).

Quanto ao envolvimento do poder público e sua participação na formação do Caminho do Vinho, e de sua permanência pela via do monitoramento e assistência, e pelo anseio na busca de atender às demandas advindas da ACAVIM (Associação

do Caminho do Vinho), segundo os vinicultores o último mandato da prefeitura foi pífio. Muitos recordam do começo da construção do caminho, da expectativa gerada em função da valorização de um produto e da chegada do poder público, o vinicultor M.L., recorda-se que:

eles vieram, viram que a coisa tava pronta né...começaram a fazer reuniões, lapidar a turma ai, pra fazer esse roteirinho turístico do Caminho do Vinho, então acho que teve uma participação bacana"...foi no mandato do prefeito C. que criou e depois teve continuação com o L., depois que entrou o I., a coisa murchou de uma vez

A despeito das impressões dos vinicultores atinentes a relação com o poder público e demais instituições (público/privado), segundo estes atores do caminho do vinho, todos enfatizaram que a prefeitura no início do processo foi bem atuante, com monitoramento da Secretaria de Turismo da época, e que participação de órgãos como EMATER, SENAR e SEBRAE eram muito mais efetiva e constante.

Com o crescimento gradativo não só de circulação de pessoas, mas também, da inserção de outros empreendimentos que atualmente conformam o caminho do vinho, algumas questões estruturais já são elencadas pelos atores. Entre as demandas mais presentes na fala dos informantes diz respeito à falta de um centro de informação turística, de um centro cultural e de pavimentação em todo o circuito, pois como relata o Sr. R.J.

Precisa melhorar as ruas né, até aqui ainda chega o calçamento, ainda agente teve sorte...só vai até ali também, lá pra baixo lá tá tudo no meio do buraco certo?...isso agente sente do próprio turista mesmo né, já chega pô deu chuva suja todo o carro tál.

O relato acima permite verificar o sentimento “solidário” do vinicultor, demonstrando que ainda obteve “sorte” da prefeitura ter asfaltado até a frente de seu estabelecimento, mas que isso deveria ser realizado em todo o circuito. Essa questão do asfaltamento do Circuito está presente em quase todas as respostas dos entrevistados do Caminho do Vinho. Portanto, há um embate entre o anseio pela melhoria da infra-estrutura e entendimento do que se têm por turismo rural. Afinal, essa preocupação com o conforto para o trânsito das pessoas que visitam o circuito, se contrapõe, aos objetivos que se espera segundo a prática normativa condizente ao turismo rural. Ainda atinente ao relato dos informantes, se tem indicativos do perfil do turista que está visitando o Caminho do Vinho e, que em certa medida, vai ao encontro ao que versam Carneiro e Teixeira (2012, p.73) quando, infelizmente, a

valorização pelos turistas recai mais pela “facilidade de acesso, tranquilidade e natureza exuberante”, do que pelas propriedades como capitais simbólicos e produtivos.

Congruente a essa questão o depoimento do Sr. J.R, reflete o que se pensa sobre o poder público local e do papel que deveria exercer:

O prefeito não gosta da comunidade, agente não se vende por uma cesta básica. Precisa de ciclovia, continuação do calçamento porque até o final não tem. Isso são obras que a prefeitura...então parou no tempo, mudou-se de prefeito, parou no tempo.

Outro informante relata que paralelamente à formação do Caminho do Vinho em âmbito cultural, no início a prefeitura incentivou, financiou um espaço e algumas pessoas para desenvolver a criação de um grupo folclórico. Isso não durou mais que três anos. Atualmente sua filha faz, voluntariamente, a manutenção deste grupo.

Vale ressaltar que nos primeiros anos do Caminho do Vinho havia uma parceria entre a prefeitura e uma escola de língua italiana com a finalidade de resgatar o uso da língua que se perdeu com o passar do tempo. Dos dez atores entrevistados, apenas um chegou a concluir o curso<sup>23</sup>.



FIGURA 6 - CASA DA CULTURA  
FONTE: Acervo pessoal (2012).

Contrapondo à inoperância imputada ao poder público, segundo a agente da prefeitura, anos atrás foi disponibilizada uma casa na entrada do Caminho do Vinho

23 É válido lembrar que, no Brasil, no período da segunda guerra mundial as Colônias Italianas passaram pelo cerceamento dos alemães para o uso de sua língua nativa. Ainda que maioria desses atores sejam descendentes diretos de italianos, não assimilaram o domínio da língua que, normalmente, é transmitido de geração à geração como foi no caso do vinho.

(Figura 6), logo após o portal, e que teria uma dupla funcionalidade. Seria um posto de informação turística e de local para as atividades culturais desenvolvidas pela comunidade. De acordo com a agente:

Foi a comunidade que perdeu, pois não soube negociar, foi oferecido para eles cuidarem, abrir de quinta à domingo, daí quando estava andando pra fechar, porque anos à fio foi nós (prefeitura) que pagamos aluguel lá. Já tinha sido entregue a casa pela Cultura (secretaria), nós conseguimos reverter o quadro mesmo nesta gestão (2008), chamei de volta a mulher que é a dona da casa, já tinha falado com o secretário, chamamos o pessoal da Acavim, do grupo folclórico e do coral, eles foram pra lá, pensaram, discutiram, e fizeram uma proposta, ai que se chegou nesse finalmente. Eles queriam um funcionário da prefeitura, pagamento da água, luz e o aluguel...quando na realidade eles tinham que quatro dias da semana se revezar, alguém estar cuidando do local em conjunto com a guarda municipal. Se o pessoal tivesse agarrado e se instalado não teria como tirar deles. (AGENTE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2012).

Perante o relato acima, é perceptível que há discordância e falta de entendimento entre a comunidade e o poder público em torno da questão cultural. Isto decorre, talvez, por não haver se estabelecido os papéis e limites que cabe à todos envolvidos com a referente questão, o que, em certa medida, corrobora para o impasse e para a estagnação do projeto cultural local.



FIGURA 7 - FACHADA DE UMA VINÍCOLA  
FONTE: Acervo pessoal (2012).



FIGURA 8 - FACHADA DE UMA VINÍCOLA 2  
FONTE: Acervo pessoal (2012).

Quanto às características físicas e visuais presentes nas estruturas das vinícolas, desde 1999 os investimentos realizados por cada empreendedor em seus, respectivos, estabelecimentos tem sido uma marcada pela arquitetura externa e imponente como na Figura 7 e, simbólica como na Figura 8, em que a grande logomarca que representa o Caminho do Vinho, em conjunto com as cores da bandeira italiana conforma um embelezamento e atratividade da adega. É possível perceber no interior das diferentes adegas, um contraste entre o moderno e o rústico.

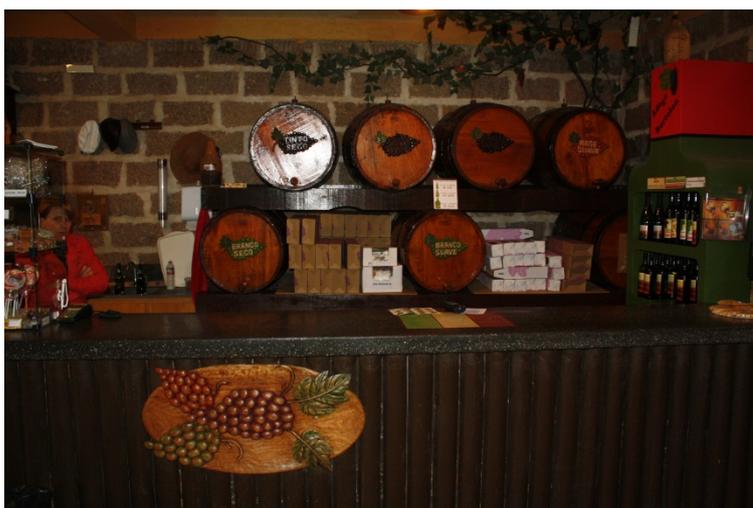


FIGURA 9 - INTERIOR DE UMA VINÍCOLA  
FONTE: Acervo pessoal (2012).



FIGURA 10 - INTERIOR DE UMA VINÍCOLA 2  
FONTE: Acervo pessoal (2012).

A Figura 9 retrata a configuração moderna, dentro de um modelo organizacional, onde o apelo à aparência, a colocação dos barris, da representação dos cachos de uva, da afirmação simbólica pela bandeira italiana sobre o balcão, são signos usados como atração para os visitantes “clientes”. Já a Figura 10 nos remete a sensação da permanência de uma tradição pretérita e que se justifica pela presença de todos os garrafões de vidro, e sua forma de processamento e armazenamento do vinho, e pelo discurso já relatado no histórico da Colônia Mergulhão.

Não há dúvidas que nesse sentido ainda é possível encontrar no Caminho do Vinho, o contraste temporal entre as dez vinícolas observadas, resquícios de um passado que, certamente, uns antes (como já ocorre), e outros depois, terão que se reinventar para dar conta emergência da modernidade.

Quanto as questões ambientais, as Figuras 11 e 12 são o retrato de como o ambiente natural não vem sendo utilizado como recurso turístico por parte dos vinicultores. Se no início do processo de formação do Caminho do Vinho havia a sensibilização no sentido de proporcionar aos visitantes o contato com os parreirais, de poderem participar da colheita, ou de apenas retirar e provar a uva direto da fonte, isso há 6 anos não ocorre mais. Essa relação produtor, produção e visitante hoje não passa de uma relação apenas comercial.



FIGURA 11 - ANTIGO PARREIRAL  
FONTE: Acervo pessoal (2012).



FIGURA 12 - ANTIGO PARREIRAL 2  
FONTE: Acervo pessoal (2012).

Os vinicultores alegam que desde o surgimento da praga que dizimou os parreirais não se sentiram mais estimulados a promover e utilizar a terra e a natureza de suas propriedades como atração. Além disso, para se resgatar esse processo, teriam que investirem em funcionários, insumos industrializados ou químicos como fertilizantes e agrotóxicos para seguir com os parreirais. Todavia, diante de tal realidade, mais uma vez é perceptível que a lógica econômica empresarial vem se consolidando entre os empreendedores e se sobrepondo à produção, com se percebe na fala de B, 50:

Você produziu a uva, você tem que ficar seis meses dentro do parreiral, porque vem formiga, vem a traquinose, desbrota, você tem que ficar o tempo todo, e se eu vou ficar lá eu deixo de vender aqui, assobiar e chupar cana não concilia as duas coisas.

A Figura 11 retrata o descaso e o abandono recorrente por parte dos vinicultores em todas as propriedades, em que aos poucos os parreirais, alguns de origem centenária são arrancados por não haver mais sentido em se manter algo “improdutivo”, isso fica tácito na fala de A.D.: “Os parreirais eu deixo ao Deus do Ará, não tem o que fazer, porque nós aqui tínhamos bastante e a pérola dizimou tudo”.

A respeito dessa anedota, a agente do poder pública relata que sempre se procurou incentivar para que os vinicultores não deixassem de lado a produção ou, a condição de, ao menos, se retratar como se desenvolve esse processo produtivo que sempre foi objeto de atração para os visitantes. Entretanto conformismo e desânimo diante da situação se evidenciam no relato a seguir:

Por se inserirem na questão da produção vinho, nós já tínhamos os problemas das parreiras, então eles estariam voltados pra produção da videira e foi tentado estimular isso, pelo problema da “pérola” na região muitos investiram e perderam tudo...poucos estavam envolvidos diretamente com a olericultura...poucos deixaram sua atividade para trabalhar só com o turismo, eles já trabalhavam com isso, só que eles deixaram de ter o cuidado com a videira porque não tinham mais a videira...e com o passar do tempo, passaram a cuidar do turismo mais como negócio. A gente tirou foto lá da Itália mostrando que dentro de um vasinho e aquela parreira linda na varanda, na entrada da cantina, então você tem alternativas de ao menos dizer o que é uma parreira, só que eles tem que se empenhar, agora quando o dinheiro entra muito fácil, você vai ter aquilo que te dá mais retorno. (AGENTE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2012).

A Figura 12 é ainda mais emblemática, onde áreas precedentemente se cultivavam parreirais e, também, olerícolas, atualmente a área de terra retratada esta arrendada para o plantio de trigo. Isso talvez seja uma grande contradição impregnada nos discursos destes atores, pois ao mesmo tempo em que se coloca a questão de não se utilizar insumos químicos e agrotóxicos, se tem um discurso em pró da sustentabilidade, como se apresenta no seguinte relato de B.:

Não vale a pena investir porque você vai por um produto que elimina a pérola ai contamina o lençol freático, então se tem uma uva boa no Rio Grande do Sul, por que eu vou contaminar às águas do futuro? O agricultor produz a uva lá e eu vivo aqui produzindo vinho.

Se levarmos em conta tanto as premissas da sustentabilidade como do turismo sustentável, a realidade presente entre os empreendedores/produtores no Caminho do Vinho, as contradições entre os pilares econômicas, culturais e ambientais confrontam as expectativas do que se almeja para o equilíbrio entre os

mesmos. O contato com as formas simples de vida, a autenticidade cultural e do contato com ambiente natural, são exemplos, do que não vem ocorrendo.

Tem-se até o presente momento a racionalidade econômica se sobrepondo ao cultural e ambiental. Diante disso, pode-se afirmar que os vinicultores estão enquadrados na categoria de empresa moderna, e se afastando da constituição de um agricultor familiar moderna (BRANDENBURG, 1999). Essa situação vem imbricada ao próprio desmantelamento da rotina desses atores, pois a produção agrícola que era um hábito comum antes do advento do turismo, passou a ser negligenciada em pró de uma concepção pautada no mercado consumidor.

Se precedentemente a valorização cultural do produtor rural era o pilar mais relevante no início do Caminho do Vinho, atualmente, se atribui aos elementos simbólicos artificializados e caracterizados na arquitetura conjecturada à estética externa e interna dos estabelecimentos o papel de atração. A autenticidade e o ambiente natural inerente e presente nas respectivas propriedades, lamentavelmente, vêm sendo pouco utilizada ou “cultivada” como elemento agregador e de atração aos visitantes.

### 3.5 OS DEMAIS ESTABELECIMENTOS

As demais categorias de empreendimentos do Caminho Vinho foram tratadas como uma única unidade de análise por terem em comum o fato de se constituírem de atividades não relacionadas diretamente à produção de vinho. Com isso, os aspectos sociais mais relevantes abordados por estes atores/empreendedores integram a análise a seguir.

Referente aos 24 empreendimentos que conformam o Caminho do Vinho, a maioria está sob administração dos homens, com a predominância administrativa das mulheres nos serviços de gastronomia. Desse total de empreendimentos, apenas 4 são de atores que não são da Colônia Mergulhão ou região. Esse dado permite constatar que a migração de pessoas de fora do município abrindo estabelecimentos dentro do Caminho é incipiente, com se pode perceber pelo tempo que integra o circuito, que tem a média de 2 a 3 anos. O nível de escolaridade entre os atores é também heterogêneo, porém percebe-se que, praticamente, metade chegou a terminar o ensino básico, e apresenta um bom número de atores com o nível médio ou superior completo.

Quanto a descendência desses atores, ao menos 10 dizem, categoricamente, que são descendentes de poloneses, 5 de descendência italianos, 6 são ítalo-polonês e 3 de outras etnias europeias. Outro dado coletado indica que destes 24 atores sociais entrevistados, 10 atores tem em suas raízes profissionais ligadas à agricultura, já os demais prevalece a diversidade de atividades profissionais. Nenhum destes empreendedores tem domínio de alguma língua estrangeira.

Quanto a conformação do Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho, 4 estabelecimentos integram o Caminho do Vinho desde o início, e participaram ativamente no sentido de propiciar a complementaridade de estabelecimentos que suprissem o crescimento da demanda de visitantes na região oferecendo aos turistas outras atrações para além das vinícolas. Nesse início havia um café colonial, uma chácara de eventos, um restaurante e um pesque-pague. A respeito desse início para os empreendimentos não ligados à viticultura, o Sr. F.O, relata que:

Eu abri o primeiro pesque-pague em 1995, e em 1998 veio o turismo rural. Então o turismo rural aqui na Colônia Mergulhão existe por causa de mim, porque eu abri o pesque-pague na chácara, coloquei uma plaquinha e fiz movimentar essas ruas, e o pessoal que produzia vinho, tinha muito produtor, eles falou um pro outro assim: “pra onde que ta indo esse movimento? A turma falava num pesque-pague do Fernando que ele abriu”...então o negócio é o seguinte: o pessoal que produzia vinho eles falaram puxa: o Fernando colocou uma placa que tem um pesque-pague indicando... nós vamo colocar vende-se vinho, vende-se frango, vamo aproveitar os mesmo cliente. Em 1998 o pessoal veio pesquisar essa região aqui, e viram que tinha potencial para turismo rural...veja bem, fui o um dos primeiros a abrir restaurante, hoje já tem 13 na região.

Segundo este relato, o fator do surgimento do pesque-pague não somente precede a formação do Caminho do Vinho, como foi fomentadora do turismo rural na Colônia Mergulhão. Em certo sentido, isso corrobora com o pensamento do agente da EMATER<sup>24</sup> a despeito do papel que essa atividade assumiu no surgimento do turismo rural na RMC.

A respeito das questões econômicas, seguindo a mesma linha de pensamento dos viticultores, nenhum empreendedor realizou financiamento via PRONAF. A conformação da renda de 7 empreendedores obtém a conjugação da renda provinda de atividades agrícolas e não agrícolas, e os demais estabelecimentos obtém renda não agrícola. Em relação a rentabilidade, 12 empreendedores afirmam obterem lucro, e os outros 12 dizem que apenas se

---

24 Conforme página 48.

mantém. Esses números mostram que entre os empreendimentos não há prejuízo. Essa relação entre lucro e investimento se mostra perceptível (como na figura abaixo), em que para dar conta da demanda crescente, tem-se direcionado o lucro para ampliação dos “negócios”, Isso se confirma no relato de uma das proprietárias de um café, l., 52, ao relatar que:

Nosso empreendimento é meio cheio sabe, então aquela pessoa que gosta de vir aqui, passear, conhecer, conversar, sentar, tomar um café tranquilo, às vezes sai daqui estressado, porque tem que esperar pra entrar e esperar na fila pra se servir.



FIGURA 13 - EXPANSÃO DOS ESTABELECIMENTOS  
FONTE: Acervo pessoal (2012).

Nesse ramo da gastronomia se percebe que a questão da demanda crescente de pessoas atinge, primeiramente, aos estabelecimentos que tem mais tempo de Caminho do Vinho, pois não dependem da divulgação por outros meio de comunicação, afinal já se tem a propaganda boca- boca. No entanto, para os empreendedores mais novos, o investimento recai sobre diferentes formas de publicidade, portanto, exige maior capital financeiro para dar conhecimento do empreendimento aos visitantes. Diante disso, tal publicidade tem se tornado uma questão de poluição visual devido as diferentes sinalizações que se apresentam no percurso do Caminho do vinho, e que destoam da sinalização padronizada local.

Ao contrário do que ocorre com os vinicultores, a maioria dos estabelecimentos desde que integra o Circuito tem gerado emprego, ainda que muitos sejam temporários, o número condiz com a lucratividade atinente a cada local.

Essa visão voltada apenas para demanda e lucro, é relatado por J.J, ao ver que

No começo era pra ser uma coisa, era pra manter a cultura, manter raiz, não era pra ser um negócio voltado ao lucro, lógico ia ter um comércio em cima disso né...mas hoje em dia você vai na reunião da Acavim e a conversa é porque tem que ganhar mais dinheiro, porque tem que trazer mais gente, mais turista, eu acho que não é por esse lado né.

Ainda para reforçar o depoimento acima, para o Sr. A.R, “esta havendo excesso de individualismo, é cada um por si”. Como o escopo da maioria dos atores que administram seus respectivos empreendimentos se dá, obviamente, pelo viés econômico assim como está ocorrendo com os vinicultores. Porém a confiança na constante e possível crescimento dessa demanda de visitantes para o circuito tem acarretado em certo estranhamento por parte da mesma, pois de acordo com o relata I.B. “as pessoas comentam que não é bem um turismo rural como eles vêm em outros lugares”. Esse fato suscita que já há turistas ou visitantes externando suas percepções sobre o tipo de turismo proposto na Colônia Mergulhão que acaba por deixar de lado alguns aspectos marcantes do que se espera do turismo rural, como por exemplo o próprio contato com o modo de vida do campo, dessa forma, indo contra as premissas apontadas anteriormente por Bravo (2001).

Também se faz necessário evidenciar que a emergência de novos estabelecimentos atendia uma proposta do poder público na época, com a intenção de proporcionar ao visitante um tempo de permanência maior no caminho do vinho. Esse fato se confirma quando a agente pública conta que:

A gente começou a estimular que cada propriedade pensasse o que fazer pra eles, que não ficasse apenas uma rota de comércio, de compra e que as pessoas permanecessem mais tempo por lá, então com o surgimento dos restaurantes começaram a instituir às atividades. (AGENTE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2012).

Por fim, dentro desse quadro econômico é inegável e válido ressaltar a presença de grandes equipamentos de lazer de característica de clubes de recreação citadinos- tais como piscina com “tobogã”, playground, pedalinho- além dos altos investimentos realizados pelos atores que atuam na área de eventos. Pertinente a esse setor, inexoravelmente, as suas construções surpreendem pela estética e pela própria imposição sobre a paisagem local. Nessas propriedades está implícita a junção do rural e o urbano. Tem-se assim, uma nítida transferência de

equipamentos e serviços criados no “mundo urbano” dentro do Caminho do Vinho, o que acaba reforçando a contradição de que turismo rural se está almejando.

Quanto aos aspectos culturais para fins de análise sob a ótica dos atores que administram esses estabelecimentos, pouco há que acrescentar, pois as reivindicações e percepções são muito próximas a dos vinicultores e do papel atribuído ao poder público. De qualquer forma, por meio das observações foi possível constatar alguns aspectos culturais que não estão sendo tratados de acordo com a expectativa que a prática do turismo rural visa em seu propósito.

Como a maioria destes estabelecimentos está ligada à gastronomia, a peculiaridade ou o pitoresco da cozinha italiana ou, dependendo, até mesmo polonesa (há que se levar em consideração que boa parte dos atores tem descendência de ambos os países) não é uma marca nesses locais. O que se tem na realidade é a conformação de cardápios que se adaptam ao paladar dos visitantes, ou seja, o que vale mesmo é ter em um mesmo cardápio, ou mesa, a possibilidade de se comer feijoada, churrasco, polenta, pierogui ou qualquer outra massa.

Evidentemente que não é cabível julgar e nem determinar como este ator deveria ter pensado seu produto, mesmo porque existe a Acavim, e esta como associação, deveria ser a primeira em ter o escopo e o cuidado para essas questões. Mas se a proposta do Circuito é de valorizar, principalmente, a cultura italiana, tem-se diante desse fato, no mínimo, um contrassenso. Essa reflexão também vale aos cafés coloniais, pois a diversidade de produtos servidos, muitas vezes, não tem nada a ver com um “café à italiana”, ou “colonial” propriamente dito.

Talvez as questões relatadas acima sejam também resultado de uma falta de articulação com o poder público, principalmente, nos últimos anos como já foi enunciado pelos vinicultores.

De qualquer forma tem que se considerar que a concepção de cultura para estes atores em nada tem a ver com o produto que se oferece em seus estabelecimentos, e sim, com a atuação do poder público em apoiar e bancar os custos de outros elementos que perfazem o conjunto cultural local para o circuito. Isso é perceptível quando I.B., versa que:

Esse prefeito de agora não deu apoio para manter a parte cultural. A gente tinha a casa cultura que foi tirada...eles devolveram a casa pro proprietário e devolveram tudo o que foi coletado e registrado como peças, fotografias e..tudo. A gente esta sem professor de folclore. Certas coisas deveriam ser

mantidas e incentivadas.. .um lugar não vive só de comida e bebida...acho que precisaria dessa parte cultural, um lugar pra exposição. Aqui não havia nada pra resgatar, aqui foi perdido muito, diferente da Colônia Muricy. Aqui pouca gente fala italiano, e os que mais falam não são daqui, eles não são originários daqui.

Esse depoimento se assemelha ao que os vinicultores pensam e atribuem ao poder público nos últimos anos. Entretanto é interessante observar a lucidez da informante ao fornecer elementos que perfaz do turismo um fenômeno complexo, e que, diante de tal complexidade, os atores não podem creditar apenas à bebida e a comida a consolidação de um circuito.

Ainda para essa gama de atores, o poder público deveria melhorar a infraestrutura do circuito, o calçamento, assim como o policiamento, pois com o aumento de fluxo de pessoas, conseqüentemente, vem crescendo a criminalidade na região. Essa alerta está demonstrada na fala de M.B., 60, ao dizer que: "O nosso lugar era tão tranquilo e hoje está muito perigoso, já tive problemas... Aumentou a demanda, aumentou o movimento, aumentou o roubo, já veio tudo junto."

Essa fala, conciliada ao diálogo dos outros atores, comprova o alerta presente na discussão teórica, em que Swarbrooke (2000) adverte para as possíveis mudanças negativas sobre os valores e comportamento da comunidade local.

Contudo, vale enaltecer o cuidado com a preservação de aspectos arquitetônicos que alguns estabelecimentos apresentam, e que possibilitam aos visitantes ter noção de como eram as residências no passado.

Quantos às questões ambientais e características dos empreendimentos parece que, em certa medida, coube à estes locais tornarem-se provedores do contato e de utilizar a natureza como atrativo turístico, diferentemente, do olhar do vinicultores.

Embora nem todos os atores confirmem que o recurso da natureza seja utilizado de maneira proposital, mas existe entre os vários estabelecimentos, a possibilidade de realização do contato do homem com tudo que faz parte do cotidiano da natureza e ambiente local.



FIGURA 14 - CHIQUEIRO  
FONTE: Acervo pessoal (2012).

Nesse sentido como se observa na figura 14, a proximidade com a pequena criação de gado e suíno (e seu pequeno chiqueiro), com a possibilidade das pessoas observarem a reutilização da sobra orgânica dos alimentos para a alimentação dos animais, o contato visual com a horta de onde se retira boa parte dos produtos que são utilizados na composição dos pratos, da qualidade do ar conjugado à beleza cênica do local, sem dúvida, promove o encantamento de quem visita. Segundo F.O. afirma que “os visitantes além de ter contato com a natureza, querem conhecer as instalações onde as vacas ficam para tirar fotos e levar de recordação”. Esses aspectos reitera o imbricamento entre o rural e meio ambiente, em que as diversas formas de uso da natureza constituem o elo de contato entre a sociedade e o ambiente visitado. Na sequência da análise, essa relação se torna mais evidente.



FIGURA 15 - GALINHEIRO  
 FONTE: Acervo pessoal (2012).

A Figura 15 apresenta outro estabelecimento, em que o “galinheiro”, sem querer, passou a viabilizar o contato das pessoas com o ambiente natural, esse fato segundo o proprietário A.P.:

Ocorreu de maneira espontânea, em virtude, das crianças terem curiosidade de ver o comportamento do animal, e quando vem criança da cidade que nunca viu uma galinha, é uma festa. As mães da piazada querem levar lá no galinheiro pra mostrar de onde vem os ovos

Um fato curioso relatado por outro ator que também tem em seu estabelecimento alguns animais, como coelho, ovelha, criação de patos e galinhas que andam livres pela propriedade, que de acordo com C.J.: “as crianças adoram, mas os adultos reclamam”. Segundo esta proprietária diante dessa circunstancia há possibilidade de criar um espaço de delimitação para os animais. Esse relato remete a reflexão do perfil do turista ou visitante, e de como, a influência deste, passa a consolidar uma relação cliente – empreendedor.

Outros empreendedores apresentam a vontade de oportunizar o contato com a natureza via trilhas ecológicas e educação ambiental imbricado às questões de sustentabilidade ambiental. As figuras 16, 17 e 18, retratam estabelecimentos em que os atores, através de seu discurso, tendem a criar condições para que os visitantes tenham contato direto com a paisagem, com o ar puro e com o crescimento de uma plantação, com pequenos animais livres e, com isso, possam perceber como o conjunto destes elementos evidencia o ritmo da natureza que, indubitavelmente, se mostra distinto da vida cotidiana das grandes cidades.



FIGURA 16 - ESPAÇO AO AR LIVRE EM UM RESTAURANTE  
FONTE: Acervo pessoal (2012).



FIGURA 17 - HORTA  
FONTE: Acervo pessoal (2012).



FIGURA 18 - PRESENÇA DOS ANIMAIS  
FONTE: Acervo pessoal (2012).

Como relata uma das fundadoras do Caminho do Vinho, conta dona D., como as características naturais foram sendo reinventadas em sua propriedade:

Criamos a trilha para caminhada, para que as pessoas tenham contato com a mata virgem e com as árvores antigas. Como a propriedade tem um tamanho considerável, tínhamos um tanque que ao passar do tempo foi “transformado” em lago, então para se chegar à trilha disponibilizamos uma “jangada” para a travessia e, que tem permitido a apreciação de toda uma paisagem.



FIGURA 19 - JANGADA PARA TRILHA ECOLÓGICA  
FONTE: Acervo pessoal (2012).

Já o aposentado W.P. relata que a pretensão de se realizar trabalhos de educação voltada ao meio ambiente surgiu quando:

Olhando o comportamento das pessoas adultas, agente tomou a decisão de querer educar um pouco as crianças em matéria da natureza, nós temos um projeto de educação ambiental pras crianças na escola, já foi feito alguns eventos nesse sentido pra tentar mostrar o que representa a natureza, o verde, etc. pra humanidade, então não jogar lixo, cuidar das plantas dos animais... A ideia é mostrar a plantação sem agrotóxico, de onde surgiu as frutas e verduras.



FIGURA 20 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO MINHOCÁRIO  
FONTE: Acervo pessoal (2012).

Diante do panorama que se constitui as questões ambientais para boa parte destes empreendedores, está implícito que a estes atores, direta ou indiretamente, coube a atribuição de resgatar e propiciar aos visitantes um pouco do que se pode retratar de um ambiente rural e natural. Essa conotação presente alguns estabelecimentos tem sido, em certa medida, não apenas diferencial, mas de indicação em se tentar, estrategicamente, possibilitar, ainda que brevemente, uma vivência junto a natureza e o modo de vida no âmbito rural, tangenciando em certa medida, o que se propõe como turismo rural sustentável e ecologicamente correta pregada por Bravo (2001). Perante as perspectivas expostas, há que se ter consciência da complexidade que envolve a relação meio ambiente e o rural. Para dar conta dessa complexidade, talvez, a definição de meio ambiente conforme sugere Mormont se enquadre a esse contexto. É a diversidade de atores do Caminho do Vinho que perfaz simbolicamente a relação entre o ser humano e a natureza.

Constitui um modelo de referência para pensar a ruralidade contemporânea: as relações entre o rural e o urbano, mas também a diversidade de atores, de usos, de saberes, de representações e técnicas a partir de diferentes campos. (MORMONT, 1997, p.37).

Também vale enfatizar que alguns atores iniciaram a investir em algumas práticas sustentáveis, como a aquisição de tanques artificiais para reaproveitamento da água da chuva (pluvial) e de fossas sépticas biodigestoras.

TABELA 2 - PLURIATIVIDADE

<b>Atividade</b>	<b>Outras fontes de renda</b>
Apenas atividade turística	5
Atividade agrícola	7
Aposentadoria	6
Atividade comercial não ligada ao turismo	4
Funcionalismo público	3
Serviços diversos	2
Indústria	1
Outras fontes de renda	2

FONTE: O autor (2012).

Os dados da tabela acima foram construídos baseados nas informações coletadas por meio das entrevistas junto aos representantes de cada um dos empreendimentos envolvidos com atividades turísticas no Caminho do Vinho, portanto, parte-se do princípio de que todos os entrevistados possuem rendimentos ligados diretamente às atividades turísticas para além das outras fontes de renda apontadas na tabela acima. Reconhece-se o limite da exatidão desses dados graças à impossibilidade de se levantar todas as informações pertinentes sobre os sócios de alguns empreendimentos que não foram entrevistados diretamente, tornando alguns desses dados incompletos em certo sentido. De qualquer forma, para os objetivos aqui propostos, os dados que se teve acesso são suficientes para demonstrar como dos 34 empreendimentos entrevistados apenas 5 afirmam dependerem exclusivamente do turismo do Caminho do Vinho enquanto fonte de renda e sustento familiar, o que demonstra a importância da pluriatividade nesse contexto.

É interessante observar nesses dados que a inerente atividade agrícola que se espera de estabelecimentos ligados ao turismo rural aparece apenas em 7 dos empreendimentos, sendo que desses apenas 2 são vinicultores e ainda assim suas atividades agrícolas não estão ligadas à produção de uva para os vinhos. Nesse sentido, todos os atores que exercem uma atividade agrícola no Caminho do Vinho, o fazem em paralelo à atividade turística como forma de conformação de sua renda.

Outro dado relevante é a presença de um número razoável de aposentados entre os entrevistados, que viram no turismo rural a possibilidade de investir e complementar sua renda. Podem-se considerar ao menos três destes seis aposentados como “neorurais” – profissionais liberais e outros habitantes da cidade que passaram residir no campo com o escopo em prestação de serviços não agrícolas ligados ao lazer e a preservação ambiental. Nesse sentido, a presença de neorrurais representa um elemento importante na reconfiguração rural de Mergulhão.

Ainda podemos observar que diversas atividades complementares são exercidas pelos atores envolvidos para agregar suas fontes de renda e colaborar com os ganhos para o núcleo familiar. Dentre essas outras atividades chama a atenção o item “Outras fontes de renda” onde se constatou o ganho via arrendamento de terras de propriedades que integram o Caminho do Vinho, o que, por sua vez, acaba por reforçar a ideia do abandono da atividade agrícola tradicional por parte do proprietário.

Conclui-se assim que frente ao que foi percorrido a respeito do perfil e dos aspectos sociais atinentes ao panorama relatado pelos atores permite evidenciar que estamos diante de um quadro de pessoas com um bom nível de escolaridade, e que o viés engendrado pela racionalidade econômica tem sido a marca dentro do Caminho do Vinho.

As mudanças de atividades por parte do produtor rural, talvez seja, um dado alarmante constatado na pesquisa, principalmente, entre os vinicultores que desde a história da Colônia Mergulhão se reconheciam como pessoas ligadas a terra. Ainda que, atualmente, as condições para seguir produzindo sejam a mais adversa percebeu-se que o conformismo diante da situação, e que as facilidades laborais inerentes ao comércio pela via do “turismo” tem sido mais atraente que seguir a atividade anterior. Nesse sentido é pertinente pensar em que medida, dentro de uma lógica formal e de políticas governamentais, ainda é possível considerar, ou enquadrar, tais atores como agricultores familiares?

O quadro econômico positivo e lucrativo em mais da metade dos estabelecimentos que integram o circuito tem, tem propiciado o reinvestimento na ampliação de seus respectivos espaços físicos, e por consequência, “injetando” expectativa de retorno dos investimentos em curto e médio prazo devido a crescente demanda de pessoas circulando no Caminho do Vinho.

Quanto às questões culturais parece que, nos últimos anos, a valorização da cultura italiana ficou em segundo plano, e o certo “desleixo” com aquilo que é inerentemente italiano, principalmente relacionado à gastronomia. Às demandas de todos os atores entrevistados, de modo geral, remetem ao poder público a responsabilidade de incentivar e fornecer os subsídios para a conservação e resgate do projeto inicial como um todo.

Enfim, talvez o que é inerente às questões ambientais está muito claro que esse vínculo com a natureza e seu uso como recurso para os visitantes por parte dos vinicultores é inexistente. A utilização do ambiente natural ficou à cargo de outros empreendimentos que, as vezes, indiretamente, descobrem o potencial que a utilização da natureza como recurso acaba fomentando à curiosidade dos visitantes. Por outro lado, é válido ressaltar reflexividade de alguns atores em utilizar sua propriedade como instrumento de aproximação da relação homem e natureza, e de mostrar novos caminhos para uma conduta mais harmônica com o ambiente natural.

### 3.6 A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO RURAL CONTEMPORÂNEO NA COLÔNIA MERGULHÃO

Do ponto de vista da sociologia rural a compreensão da realidade da dinâmica do desenvolvimento no espaço rural da Colônia Mergulhão não está imbricada apenas a trama social e socioeconômica local, mas, sobretudo, ao conjunto qualitativo da relação intrínseca do homem e a natureza.

O espaço rural exposto aqui, de forma sintética, se direciona de acordo com as perspectivas propostas por Wanderley (2001), em que a autora, acredita ser possível pensar o espaço rural em dupla face. “Em primeiro lugar um espaço físico diferenciado” com referências a construção social, ocupação territorial, estrutura material e as condições de uso da terra, dos recursos naturais, das paisagens naturais e construídas das relações campo-cidade. “Em segundo lugar, enquanto lugar de vida”, das relações de parentesco e de vizinhança, ou seja, das coletividades rurais de onde se vê e se vive o mundo.

Ainda que dentro do Circuito de Turismo Rural da Colônia Mergulhão a presença do contato dos visitantes com a natureza se denote entre alguns empreendimentos que integram o mesmo, é inexorável levar em conta a existência e desenvolvimento de uma incipiente agricultura orgânica, conjugada, à permanência

da agricultura convencional que representa o modelo produtivista pautada no uso de insumos industrializados e que objetiva atender a complexa imposição econômica de mercado.

Atrelada a este quadro agrícola, o rural no Mergulhão apresenta, também, uma diversidade de paisagens, de outras ações antrópicas como as melhorias estruturais (sinalização, luz e parte de vias de acesso), mas que, sobretudo, se sobressai pela arquitetura contemporânea das residências permanente ou secundárias, assim como, pela arquitetura colonial que resiste ao processo de modernização. Por mais que estes elementos não estejam presentes diretamente no Circuito de Turismo Rural, o fato de permear e promover o contato com um espaço rural não prioritariamente produtivo incide em um olhar para outra ruralidade.

Nesse sentido é que permite pensarmos a existência de um turismo rural que oportuniza um contato com o cotidiano de vida dos atores locais, com ambiente e natureza local como esta demonstrada nas **figuras (21 e 22)**.



FIGURA 21 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA  
FONTE: O autor (2012).



FIGURA 22 - PAISAGEM DA PRODUÇÃO RURAL  
FONTE: O autor (2012).

Tais imagens contrapõem à dinâmica determinante proveniente de autores que vêem o fim do rural (Silva, 1997) como consequência do processo de urbanização do meio rural. A presença da agricultura permite acreditar que esta atividade na Colônia Mergulhão está longe de sua extinção. O trabalho singular do agricultor na sua lavoura dá lugar à percepção contemplativa desse modo de vida ao visitante que circula pelos diferentes cenários que possui Mergulhão.

Atualmente persiste às produções agrícolas diversificadas, com a presença de morangos, do milho, da diversidade de verduras e de pequenas roças, que, por sua vez, constituem em elementos que incitam a outro tipo de circuito. Um circuito de uma sociabilidade ligada à terra que, indiretamente, reflete na paisagem do espaço rural. Perante esse panorama a perspectiva de uma visão urbanizada e homogeneizador dominante sobre o rural, ainda, não se efetiva na realidade da Colônia.

É notável observar na figura abaixo, como o sistema tradicional de criação de animais constitui outro aspecto de representação do rural. A pequena criação remete as formas de subsistência do pequeno produtor, em que o leite, a carne, a lã, o couro, são a constatação de uma possível relação de trocas não apenas econômicas, mas simbólicas para que tem a oportunidade de se por em contato tal ambiente. Esse simbólico condiz tanto para o agricultor que resguarda a identidade rural, quanto ao visitante que tem a oportunidade de conhecer o estilo de vida rural.



FIGURA 23 - CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS  
FONTE: O autor (2012).

Outro fator relacionado ao processo produtivo animal em Mergulhão se refere a sua própria ruptura, pois no fim do século XX havia e persistia a criação de gado para produção e comercialização de leite. Já no início do corrente século tal atividade não se constitui como um ativo para conformar renda para o pequeno agricultor. Agora a produção está voltada para derivados de leite como o queijo. Para Brandenburg; Souza (2012, p.282) estamos diante de “uma agricultura e a um espaço rural capaz de constituir sistemas produtivos ou adotar estratégias que permitem tirar proveito da diversidade de demandas que o meio urbano lhe coloca”.

Seguindo este quadro contextual, na Colônia Mergulhão a inserção de empresas agroindustriais dentro de espaço rural pode-se considerar incipiente. A figura abaixo traduz não a oposição dicotômica do urbano ao rural, e sim, de um lado da rua a construção industrial e do outro lado, o ambiente rural.



FIGURA 24 - COMPOSIÇÃO AGROINDÚSTRIA NO ESPAÇO RURAL  
FONTE: O autor (2012).

Ao percorrer o Circuito de Turismo Rural da Colônia Mergulhão só há uma agroindústria que chama atenção pela imponência de sua estrutura. Talvez por ser a única em tal espaço é passível pensar que sua interação e composição visual não se sobreponham à área que abrange a Colônia, porém a predominância do tamanho da edificação já denota os custos que sua construção e permanência têm engendrado à natureza – corte de árvores nativas e poluição do ar - no espaço de vida local.

Diante desse cenário o visitante tem a condição de perceber as diferenças entre uma criação artificial humana que está de um lado da estrada, e o desenvolvimento do ambiente natural do outro. Essa conformação do espaço rural condiz com o pensamento de Wanderley (2009, p.214) quando a autora versa que “no espaço rural diversificado, em que se tornou o meio rural, em cuja paisagem convivem indústrias, serviços, vias de comunicação e distintos tipos de residências ao lado dos estabelecimentos agropecuários, a presença destes diversos grupos sociais pode ser um fator de dinamismo ou uma fonte de conflito”.

Segundo os dados obtidos por meio de conversas informais, a relação da agroindústria em Mergulhão é tida mais como uma dinâmica de apropriação e de transformação do espaço rural do que conflituosa.

A dinâmica de lenta, entretanto, de gradativa transformação desse espaço se deve ao menos duas condicionantes implícitas. O primeiro fator decorre de o local estar em uma área de preservação ambiental (APA) e que, com isso, gera entraves para a profusão de indústrias na região. O segundo fator se dá pela presença de

pequenos lotes de terras disponíveis para compra e venda. Percorrendo a Colônia Mergulhão percebesse que o repartimento dessas terras se deve às heranças das famílias locais.

Ao mesmo tempo em delimitação do espaço rural da Colônia Mergulhão vem resistindo ao processo de industrialização de seu território, há uma tendência de se incentivar, indiretamente, a vinda de pessoas que venham adquirir esses pequenos loteamentos que, por sua vez, podem ser destinadas a novos empreendimentos, chácaras ou, simplesmente, a residência secundária. Partindo desse pressuposto, que segundo Wanderley (2009, p. 219) alguns estudiosos tem chamado a atenção para a importância crescente da classe média de origem urbana no meio rural. “Esta constrói um discurso próprio sobre ruralidade, tendo como base uma “visão idílica” do meio rural – contato com a natureza e a participação na vida comunitária – que o transforma em um “espaço de amenidades””.

Evidentemente, que a transformação do meio rural, em Mergulhão, perante essa dinâmica vai se tornando cada vez mais heterogênea, constituinte das relações entre o urbano e o rural, do moderno e o tradicional. Como se pode observar na figura a seguir, o efeito da modernização nos últimos anos se apresenta pelas condições de acesso, de iluminação, de moradia e pelo novo cercado que demarca a propriedade de um empreendedor do Circuito de Turismo Rural do Caminho do Vinho. É interessante observar que o heterogêneo se representa, de acordo com a figura, no meio de transporte que preserva uma característica de um pretérito- o uso de tração animal. O uso do cavalo entre os atores locais (neste caso, normalmente, são os de filhos de produtores rurais que mantém esse hábito) ainda é utilizado para locomoção de curtas distâncias. São tais situações que rebatem o olhar sobre o rural como algo “engessado” ou “imutável”, e que as consequentes ressignificações reafirmam o “rural” acima de tudo como categoria histórica e que se reinventa.



FIGURA 25 - ARTICULAÇÃO ENTRE O PASSADO E O MODERNO  
FONTE: O autor (2012).

A vista retratada nas figuras que percorre o Mergulhão em seu espaço entendido como “rural” traz à luz um ambiente natural diverso onde a visão panorâmica do local há o predomínio de mata de araucárias, que ao mesmo tempo, contrasta com árvores exóticas e os pequenos roçados. Outro detalhe significativo está na possibilidade de perceber como o Rio Pequeno e, sua água sedimentada, corta transversalmente a Colônia Mergulhão. Os sons das águas, das aves e de outros pequenos animais que conformam o ecossistema local integram um repertório que se conjuga ao universo cultural que constrói esse ambiente rural.

A pluralidade material e imaterial via identidade cultural, ambiental e até mesmo econômica vai além da restrição objetiva proposta dentro do Circuito de Turismo Rural da Colônia Mergulhão. É nesse quadro que esta localidade se distingue em sua ruralidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sentido de compreender como o fenômeno do turismo reflete sobre o espaço rural do município de São José dos Pinhais, mais precisamente na Colônia Mergulhão, a pesquisa buscou responder e trazer à tona as transformações socioambientais decorrentes desde a formação do Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho, sob o olhar dos atores sociais que fizeram e fazem parte da constituição do mesmo.

A compreensão dos efeitos que a dinâmica da atividade turística sobre o espaço rural do Caminho do Vinho pelo viés sociológico permitiu, desta forma, entender a metamorfose social pelo qual o objeto da referida pesquisa vem se conformando.

As transformações sociais ocorridas pela inserção do turismo rural para os vinicultores, em âmbito econômico, tem se notabilizado pela mudança da atividade primária, ligada a agricultura, para a atividade terciária, ou seja, serviços. Tal mudança gradativa para atividade não agrícola, como referido na análise, não decorre, exclusivamente, à disseminação da praga “pérola” que solapou todos os parreirais da região, mesmo porque, segundo agentes da EMATER, já existe a disponibilidade de mudas de parreirais resistentes à doença. Entretanto a queda da produtividade agrícola nos últimos anos, também, se deve pela facilidade de compra de grande quantidade de uva em conjunto entre todos os vinicultores que integram o Citur, o aumento exponencial do volume de produção de vinho/ano, o crescimento de circulação de pessoas pelo Caminho do Vinho, assim como de consumidores de vinho. Sem dúvida, a correlação destes fatores tem potencializado a incorporação da racionalidade econômica instrumental, distanciando-se do que, precedentemente, se categorizava o agricultor familiar, para agora se tornar, concretamente, um empreendedor de empresa moderna.

Outro fator importante neste processo de reconfiguração econômica entre os vinicultores condiz à geração de emprego e renda. Ficou evidente que o número de ocupações na “empresa” não cresceu, por outro lado, contribuiu para o retorno ou permanência dos membros familiares envolvidos com a atividade comercial do vinho. Nesse sentido, podemos considerar como uma estratégia mais para reprodução social familiar, do que para reprodução da agricultura familiar. Quanto à

renda, o caráter complementar segue a tendência de futuramente se tornar a renda principal dos vinicultores.

O lucro não é mais revertido para área produtiva, mas para a ampliação dos estabelecimentos, artificialização arquitetônica dos mesmos e compra de maquinário para produção e armazenamento do vinho. Vale ressaltar que o grupo de vinicultores não acessa ao PRONAF, pois a mentalidade do “não endividamento” está consolidada entre tais atores sociais.

Se no início da formação do Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho havia a finalidade de, acima de tudo, valorizar e resgatar a cultura local, agora, em virtude do desenvolvimento econômico engendrado pela demanda de pessoas nesse espaço rural, é perceptível a mudança do comportamento dos vinicultores para retratação de seu modo de vida aos visitantes. Se anteriormente havia apresentação da propriedade, contato com a terra e com os parreirais, e se permitia a observação do processo de produção do vinho artesanal, atualmente, cabe, apenas, a verbalização histórica e às fotos presentes dentro das vinícolas o contato mais próximo com essa “cultura produtiva”. Tal constatação se correlaciona ao fato de que o grupo de vinicultores não tem explorado o recurso natural para a produção.

Quanto aos outros estabelecimentos que integram o Caminho do Vinho, pela pesquisa, concluímos que a sobreposição do viés econômico sobre o cultural e o ambiental não ocorre como se obervou no grupo de vinicultores.

Em termos econômicos a maioria desses estabelecimentos apresenta seus “ganhos” para complementaridade de renda. Por outro lado, verificamos que os mesmo têm corroborado para geração de emprego (grande parte temporária). Evidentemente, que a inserção e quantidade de mão de obra decorrem do tipo de serviço inerente a cada estabelecimento.

Diferentemente dos vinicultores que participaram ativamente da formação do Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho, a inserção de novos atores e estabelecimentos nos últimos anos, tem gerado uma diversidade de expectativas e “conflitos”, afinal a incorporação de atores “empreendedores” traz consigo a mentalidade do retorno dos investimentos à curto prazo. A estratégia em se obter rapidamente os investimentos se traduz, por exemplo, na poluição visual de placas de sinalização dos mais diversos tamanhos e cores que contorna o Caminho do Vinho, ou a divulgação via panfletos e folder que são distribuídos nas entradas do Circuito, na tentativa de atrair o maior número de visitantes ou “clientes” a certo

estabelecimento. Temos com isso, a lógica da concorrência se sobrepondo à cooperação. Essa cooperação era uma das marcas representativas de coesão social, pois todos os atores sociais, inicialmente, tinham o objetivo de desenvolver e consolidar do Circuito Caminho do Vinho.

No âmbito cultural a pesquisa demonstrou que os serviços ligados à alimentação estão completamente fora do propósito consagrar a gastronomia típica da cultura local. Atualmente a “fartura” presente nas mais diversas mesas, dos diversos cafés e restaurantes retratam a miscelânea de iguarias de diferentes culturas. Mais uma vez, vemos que o contexto cultural atual está desconexo ao que se refere às premissas do turismo rural.

O percalço em que se encontra o grupo folclórico e manutenção do curso de língua italiana, assim como, a perda da Casa de Cultura, são o retrato da falta de articulação entres os associados da ACAVIM com o poder público. Nesse caso, segundo os atores entrevistados, a descontinuidade política nos últimos anos no município tem sido fundamental degradação cultural em Mergulhão.

A questão cultural no plano geral do Circuito de Turismo Rural do Caminho do Vinho demonstra que se está caminhando para a perda da espontaneidade e naturalidade cultural para se construir uma artificialização da própria identidade cultural.

Paralelamente a esse processo, alguns empreendimentos se sobressaem, justamente, pela artificialidade “esplendorosa” de sua arquitetura e, em outros, pela a artificialidade dos equipamentos de lazer, que de uma forma e de outra, acabam destoando do ambiente natural. Essa presença de equipamentos lazer que mais se aproximam ao dos “clubes sociais citadinos”, articulados ao “exagero” presente em alguns empreendimentos nos leva a crer na alta expectativa empresarial gerada pelo crescimento vertiginoso no Caminho do Vinho.

Levando em conta a abordagem ambiental, coube a diversidade dos estabelecimentos realizar e promover o contato do visitante com a natureza, pois como já enfatizado, os vinicultores em nada se ocupam de tal finalidade.

Como observamos na pesquisa, os elementos de aproximação entre os modos de vida de um produtor agrícola, a criação de animais, o contato com a flora local, trilhas ecológicas e preservação da paisagem estão presentes dentro e fora de alguns estabelecimentos do circuito. Novamente, tal conjuntura só reforça o papel pífio dos vinicultores diante o uso da natureza como recurso turístico.

Quanto à pluriatividade, ainda que a pesquisa não tenha se aprofundado na complexidade desse fenômeno foi possível constatar que mais de 80% do total de empreendedores do Caminho do Vinho tem a participação de um membro da família para a de conformação de renda. A presença de neorrurais dentro do circuito ainda é pequena, sendo a maioria dos atores sociais serem locais.

Sobre o poder público, desde o início de criação do Circuito de Turismo Caminho do Vinho ficou nítido que se buscou realizar a conformação do circuito em diálogo com a comunidade evitando a verticalidade do processo. Pelo menos nos primeiros seis anos a parceria entre os atores público e privado estavam bem articulados. A pesquisa mostrou que à medida que os anos foram passando, a descontinuidade política abalou tal relação. E toda articulação entre a comunidade e os agentes públicos foi diluída, gerando impasses, conflitos e interesses políticos. A inoperância política só deixa de ser evidente em momentos de campanha eleitoral como observado na última festa do vinho em 2012, em que o discurso de abertura do evento se aproximava completamente de um “palanque político”.

Perante o contexto apresentado e dentro do que se objetiva como atividade turística rural, não há dúvida que o Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho na atual conjuntura não é um caso típico de sucesso de manutenção da atividade agrícola. Mais ainda sob o olhar normativo do turismo rural e do PNTRAF, em que a inexistência de atividade agropecuária, do contato e vivência como o modo de vida, a perda de identidade e valorização cultural são movimentos contrários ao que concebe as, respectivas, normativas. Ousamos a afirmar que, sob a ótica de tais normativas a categoria Turismo Rural para o caso Caminho do Vinho está sujeita, indubitavelmente, ser questionada.

Outra conclusão relevante condiz ao tipo de indivíduo que vai ao Caminho do Vinho. Por mais que não tenhamos pesquisado o perfil dos turistas, percebesse em diálogo informal com os entrevistados e observações em campo que, categoricamente, que estamos diante de visitantes e não de turistas. É o chamado fluxo de convergência, em que os visitantes em boa parte são provenientes de municípios vizinhos. Também tem que se levar em conta, que essa relação e do uso do termo turista ou visitante, muitas vezes, vem sendo substituída por “cliente”. Referente a essa demanda de pessoas, recomendo um estudo específico sobre o processo de sazonalidade que ocorre no Caminho do Vinho.

Para além da dimensão normativa e reducionista conceitual do turismo rural, sob o viés da sociologia rural, demonstramos que a circulação de pessoas no espaço rural da Colônia Mergulhão promove, indubitavelmente, o contato com os modos de vida, com a natureza, diversidade paisagística, a junção entre a realidade pretérita e o moderno, e que não estão ligados, apenas, ao circuito de turismo rural.

Como vimos ao longo da pesquisa, a prática do turismo sustentável não tem sido o escopo dentro do Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho. O fomento engendrado pela demanda de pessoas circulando aos finais de semana pelo Caminho tem submetido aos atores locais e seus, respectivos, estabelecimentos a incontestável perda de sua autenticidade e de seus valores culturais.

O espaço rural de Mergulhão não é imutável, está em processo de reinvenção. Os anseios por infraestrutura, não afeta apenas determinados grupos e atores, mas toda a complexidade que está contida no espaço rural. O processo de desenvolvimento social e das condições de vida da localidade não significa o fim do rural. Quando, novamente, se discute as melhorias de acesso, o asfaltamento, a sinalização, não se constitui no fim ou urbanização do rural. Pelo contrário, a melhoria de tais condições pode vir a reforçar a identidade daqueles que preservam seu modo de vida. Nesse sentido cabe refletir o efeito multiplicador que as boas condições de estradas e ruas podem significar ao produtor rural e demais atores sociais locais. Certamente haverá a baixa nos custos de manutenção de transporte, agilidade em escoamento da produção se traduz em menos perdas produtivas, baixa nos custos de produção. Por outro lado essas mesmas facilidades podem ser alvo de atores que gostariam de ter contato com esse espaço de vida.

Talvez seja nesse espaço que o visitante tenha a real possibilidade de observar como as imponências das construções artificiais antrópicas se diferem, concretamente, da criação dos elementos que compõe o ambiente natural.

A Colônia Mergulhão apresenta uma trama social espacial que consagra a nova ruralidade. A reinvenção do rural, também, se apresenta na incipiente agricultura orgânica em um espaço que sempre foi destinado a produção agrícola com uso de agrotóxicos, na diversidade produtiva agrícola que gera a uma variedade de cores sobre a terra, na reflexividade voltada a preservação da mata virgem. Somando a tudo isso encontramos na pequena criação de animais o resquício simbólico e da história do próprio Mergulhão. Por esse viés, constatamos

que o uso do espaço rural vem passando para uma mudança qualitativa em muitos de seus aspectos socioambientais.

## **Recomendações**

Embora não seja o ofício do sociólogo tratar de responder “às questões últimas sobre o futuro da civilização” (BOURDIEU, 2004), levando em conta a complexidade do fenômeno do turismo no espaço rural analisado, acreditamos que algumas recomendações possam contribuir para o reordenamento e o reequilíbrio do que se almeja em se tratando de turismo no meio rural.

Nesse sentido algumas proposições são elencadas a seguir:

- a) Retomada da articulação e planejamento entre os agentes do poder público e os demais atores sociais locais que fazem parte do Caminho do Vinho. Os arranjos institucionais são fundamentais para a elaboração de futuros projetos para o Caminho do Vinho.
- b) Reforçar junto aos atores sociais locais e seus, respectivos, estabelecimentos, a necessidade de se cultivar e resgatar os valores culturais como ocorria no início de formação do Circuito de turismo rural do Caminho do Vinho.
- c) Conscientizar os vinicultores sobre a valorização e reincorporação à produção agrícola, mesmo que seja em menor escala e diversificada para possibilitar a vivência por parte dos visitantes do Caminho do Vinho.
- d) Rever a gastronomia e demais serviços ligados ao setor de alimentos e bebidas, no sentido de se enfatizar o que idiossincrático à cultura local.
- e) Embora não tenhamos nos aprofundado sobre o papel da ACAVIM, percebe-se que tal associação está mais preocupada em realizar o controle de entrada e saída de “estabelecimentos”, de arrecadação financeira para elaboração dos folders, do que integração qualitativa dos associados, inclusive, vale um estudo específico a respeito do papel dessa associação desde sua instituição e do papel do Conselho de Turismo de São José dos Pinhais.
- f) Conscientizar a todos os atores sociais envolvidos com o Caminho do Vinho a respeito da importância do meio ambiente como recurso turístico, em todos os seus aspectos, da paisagem à flora e fauna local.

- g) Criar novas atividades para compor um novo calendário de eventos. É importante redistribuir as festas, feiras de produtos tipicamente da região. Desta forma além de se apresentar o Circuito, atenua a sazonalidade no Caminho do Vinho.
- h) Implantação de, pelo menos, um posto de informação turística.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALMEIDA, A. A.; LUNARDI, R. A contribuição feminina para o desenvolvimento do turismo rural em propriedades da Região Sul de Santa Catarina. In: Anais do Congresso brasileiro de turismo rural: **Propriedades, Comunidades e roteiros no turismo rural**. Piracicaba: Fealq, 2005, p. 301-305.

AMARAL, M. C. O desafio da adventure sports fair: e o turismo de aventura no Brasil. In: UVINHA, Ricardo Ricci (org.). **Turismo de aventura**: reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005. p. 233-245.

BOURDIEU, P. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petropolis: Vozes, 2004.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar**: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: UFPR, 1999.

\_\_\_\_\_; SOUZA, O.T. Políticas públicas, trajetórias de desenvolvimento rural e reprodução social da agricultura familiar. In: FERREIRA, A.D.D. (et.al.), (orgs.). **Do rural invisível ao rural que se reconhece**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 255-314.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário - MDA. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. Brasília, 2005b.

BRASIL. **Decreto-lei nº 11.326**. de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <<http://www.legislacao.planalto.gov.br>> Acesso em 15 jul. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1946**, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providencias. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em 15 jul. 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes e metas e programas 2003-2007**. 2.ed. Brasília.2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes e metas e programas 2007-2010**. Edição eletrônica. Brasília, 2007 c. Disponível em: < [http://institucional.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/plano\\_nacional/](http://institucional.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/)>. Acesso em: dez 2011.

PALESTRA de Renato Bravo. Briefing Assessoria em Informação. Palestra proferida no Encontro Regional de Turismo Rural. Colombo, 17 de abril de 2001. 1 DVD (54min), son., color.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. O agroturismo como fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. São Paulo: Edusc, 2000.p.145-179.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. Rio de Janeiro: Olympio, 1964.

CANDIOTTO, L. P. **Circuito italiano de turismo rural, Colombo – PR**: gênese, desenvolvimento, e implicações sócio espaciais. Cascavel: Edunioeste, 2010.

\_\_\_\_\_. Elementos para debate acerca do conceito de Turismo Rural. In: **Revista Turismo em Análise**. Vol.21.n.1abr/2010.

CARNEIRO, M. J.; TEIXEIRA, V. L. Para além das dualidades: O rural não agrícola no Estado do Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, M.J.(Coord.). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

\_\_\_\_\_. **Camponeses, agricultores & pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

\_\_\_\_\_. De “produtor” a “consumidor”: mudanças sociais e hábitos alimentares. In: Neves, D.P. (org.). **Processos de constituição e reprodução no campesinato no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2009.

CIANI, A. Turismo rural y agroturismo: oportunidades y desafio. In: DECHARY, A. C.; BURNE, S. M. A.; THOMAS, J. (orgs.). **Turismo y Economía local**. JALISCO: Universidad de Guadalajara, 2003.p. 11-56.

CICOUREL, A. Teoria e método em Pesquisa de Campo. In: GUIMARAES, A. Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 87-121.

CHEQUER, K. L. **Pluriatividade no circuito da cachaça**: Agroindústria e Turismo Rural entre os agricultores familiares na região metropolitana de Belo Horizonte/MG, 2004, f, 82. Dissertação de Mestrado, Viçosa; Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2004.

DACHARY, C. A.; STELLA, M. A. B. **Território y turismo**- nuevas dimensiones y acciones. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2006.

\_\_\_\_\_. **Desarrollo y Turismo en la costa de Jalisco**. Universidad de Guadalajal, 2004.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. **Uma História da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DEL GROSSI, M. E.; DA SILVA, J. G. **Novo rural**: uma abordagem ilustrativa. Londrina: Instituto de Agronomia do Paraná, v.1, 2002.

- DIAS, R. **Turismo sustentável meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- DUMAZIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DO NASCIMENTO, E.B.; DE BELTRÃO, I.C. **Implantação do turismo rural em áreas de mananciais**. 2002. Disponível em: <<http://www.obstur.ufpr.br/artigos/planurb11.pdf>>. Acesso: nov. 2012.
- DO NASCIMENTO, E.B. **Coordenador do programa de turismo rural na RMC**. EMATER. Jan. 2013. Entrevista.
- EMBRATUR. **Oficina Nacional de Turismo Rural**. Brasília: Embratur, 2001. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em 11 jul. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Manual operacional do turismo rural**. Brasília: Embratur, 2004. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em 11 jul 2012.
- \_\_\_\_\_. **Política nacional de turismo: diretrizes e programas 1996-1999**. Brasília: MICT/EMBRATUR, 1996-1999. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br>. Acesso em 12 de julho de 2012.
- FARAH, S. D. Políticas de incentivo ao turismo de aventura no Brasil- O papel do Ministério do Turismo. In: UVINHA, R. R. (org.). **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005. p. 25- 42.
- FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Nacional, 1959.
- FIGUEROA, L. A. M. Turismo rural. Nuevos empresarios pra un mundo tradicional. In: DECHARY, A. C.; BURNE, S. M. A.; THOMAS, J. (orgs.). **Turismo y Economía local**. JALISCO: Universidad de Guadalajara, 2003.p.227.
- FLICK, U. **Uma introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FROELICH, M. J. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o “desenvolvimento”. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. BAURU: Edusc, 2000. p. 181- 197.
- GUARINZOLI, C.; ROMEIRO, A.; BUANAIN, A. M.; SABATO, A. D.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284p.
- GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- \_\_\_\_\_. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

HÉBERT, L. et al. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: Artes Gráficas, 1990.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA, 2000.

INDAP. **Camino al 2000**. Lineamentos estratégicos. Santiago: Indap, 1995.

IPARDES. **Caderno Estatístico: Município de São José dos Pinhais**. Curitiba: IPARDES, 2012. Disponível em: <  
<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83000&btOk=ok>>.  
Acesso em: 20 jan. 2013.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KASSAR, R.R. **Turismo em espaços periurbanos: O Caminho do Vinho em São José dos Pinhais/PR**. 2011, f, 132. Dissertação de Mestrado. Curitiba; Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, 2011.

LACAY, M.C. **Desenvolvimento do turismo no espaço rural nas rotas do pinhão, região metropolitana de Curitiba: convergências e conflitos das políticas públicas**. 2012, f, 355. Dissertação de Mestrado, Curitiba, Programa de Pós-Graduação em Geografia UFPR, Universidade Federal do Paraná, 2012.

LAGE, B. H. G; MILONE, P. C. Fundamentos econômicos do turismo. In: LAGE, B.H.G; MILONE, P.C(Orgs.). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAMARCHE, H. **L`agriculture familiale: Une réalité polymorphe**. Paris: L`Harmattan. 1993.

MACHADO, E. V. Turismo, paisagem e ambiente: o viés do desenvolvimento sustentável algumas notas como contribuição ao debate. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e meio ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 68-75.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.p.135-152.

MAROCHI. M. A. **Imigrantes 1870-1950: Os Europeus em São José dos Pinhais**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

MARSDEN, T. **Beyond Agriculture?** Regulating the new rural spaces. Journal of rural Studies, London, V.11, n.03, p. 285-296, 1995.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, L. S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. In: **O agricultor familiar e o Pronaf**. Campinas, Unicamp, 1996.

MORMONT, M. A la recherche des spécificités rurales. In: JOLLIVET, M. (org.) **Vers um rural postindustrial**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1997, p. 17-44.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (orgs.). **Ensaio**: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p.133-159.

NITSCHKE, L.B. **O significado do turismo no roteiro “Caminhos de Guajuvira” Araucária/PR**. 2007, f, 127. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado. Curitiba; Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, 2007.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2002.

PIRES, P. S. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, A. B.i (org.). **Turismo Rural**. São Paulo: Contexto, 2001. p.117-132.

\_\_\_\_\_; SANTOS, A. S. Políticas públicas de turismo rural: uma alternativa necessária. In: SANTOS, E. O; SOUZA, de M. **Teoria e práticas do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. p. 60-79.

QUEIROGA, J.L. de. Sistemas agrários: expressão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da região metropolitana. In: FERREIRA, A.D.D. (et.al.), (orgs.). **Do rural invisível ao rural que se reconhece**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 53-107.

RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. In: **Desenvolvimento e Meio ambiente**: interdisciplinaridade, meio ambiente e desenvolvimento: desafios e avanços do ensino de pesquisa, n.10, Curitiba: UFPR, 2004. p.21-37

REMY, J. Os contratos territoriais de estabelecimento ou conversão inacabada. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.p.153-168.

RINALDI, L. **Circuito Italiano Turismo Rural**: O turismo, o cotidiano, e o patrimônio cultural de Colombo- PR. 2007, f, 117. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Federal da Bahia. Ilhéus: UFBA, 2007.

ROQUE, A. **Turismo no espaço rural**: um estudo multicaso nas regiões sul e sudeste de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, Lavras; Programa de Pós-Graduação de Administração Rural. Universidade Federal de Lavras, 2001.

SAMPAIO, C. A. C. **Planejamento para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso comparativo de municípios.** Florianópolis: Bernúncia, 2002.

SILVA, J.G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. In: **Revista Nova Economia**, v.7,n.1, p.43-81, 1997.

\_\_\_\_\_; CAMPANHOLA, C. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** BAURU: Edusc, 2000. p. 145-179.

SILVEIRA, M. A. Multifuncionalidade da agricultura familiar em Araras (SP) e os desafios à pesquisa agropecuária. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p.123-134.

SILVEIRA, M.A.T. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local: In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo Rural: práticas e perspectivas.** São Paulo: Contexto, 2001. p. 133-150.

SCHENEIDER, S. Turismo em comunidades rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. In: BRASIL, Ministério do Turismo. (Org.). **Turismo Social: Diálogos do Turismo - Uma viagem de Inclusão.** Rio de Janeiro: Ibam, 2006, p. 264-293.

\_\_\_\_\_. La pluriactividad en el médio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación. In: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ VALLE, L. (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano.** 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

SHIMITZ, H. **Agricultura familiar: Extensão rural e pesquisa participativa.** São Paulo: Annablume, 2010.

SOUZA, O.T. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural em cenários de heterogeneidade socioeconômica e ambiental: casos ilustrativos em comunidades da Região Metropolitana de Curitiba.** 2006, f, 270. Tese de Doutorado, Curitiba; Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2006.

SZUCHMAN, T. et al. **Desenvolvimento Local sob a ótica do Turismo Rural na Agricultura Familiar: um estudo de caso em São José dos Pinhais/PR.** 2006. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/planur11.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental.** São Paulo: Aleph, 2000.

SIDERSKY, P. **Sobre a especificidade do pequeno produtor.** Rio de Janeiro: Aspta, 1991.

TELES, M. A. **Turismo, ordenamento territorial e desenvolvimento na região metropolitana de Curitiba**, 2011, f, 278. Tese de Doutorado, Curitiba; Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, 2011.

TONIETTO, M. **Colônia Mergulhão: o sentido da tradição na ruralidade contemporânea**, 2005, f,104. Dissertação de Mestrado, Curitiba; Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2005.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

VECCHIET, H. Recuperación de estancias Argentinas como instrumentos de cambio. In: DECHARY, A. C.; BURNE, S. M. A.; THOMAS, J. (orgs.). **Turismo y Economía local**. JALISCO: Universidad de Guadalajara, 2003.p.135-152.

WANDERLEY, M. N.B. **Olhares sobre o “rural” brasileiro**. Campina Grande, v.23, nºs 01 e 02, Jan- Dezembro, 2004. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_3.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_3.pdf)>. Acesso em 10 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, Argentina, 2001.

\_\_\_\_\_. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Questionário 1: Para iniciativa pública que participou do surgimento do Circuito do Caminho do Vinho

#### Identificação do entrevistado

Nome:

1) Grau de escolaridade:

a)  Ensino Básico      b)  Ensino Médio      c)  Superior      d)  Sem instrução

(completo/ incompleto)      (completo/incompleto)      (completo/incompleto)

d)  Pós Graduação:  Especialização em que? \_\_\_\_\_

Mestrado em que? \_\_\_\_\_

Doutorado em que? \_\_\_\_\_

2) Profissão:

3) Qual instituição faz parte: \_\_\_\_\_

4) A instituição é :  Público  Privado

5) Quais cargos ocupados?

6) Sempre trabalhou com o turismo?  sim  não

7) Desde que ano se instituiu a Secretaria de Turismo?

8) A instituição/órgão/ secretaria participa desde o início:  sim  não

9) Qual a sua relação com o Município de São José dos Pinhais?

#### **Em relação à criação do Caminho do Vinho de Turismo Rural:**

10) Qual foi o papel e as motivações da instituição que você integra no início do desenvolvimento Caminho do Caminho do Vinho?

11) Na época em que foi criado o caminho, como foi a articulação com os demais órgãos?

12) Como foi o processo de envolvimento e esclarecimento a respeito da criação do circuito de turismo junto à comunidade do Município de São José dos Pinhais?

13) Como surgiu a fundação do Grupo Folclórico Italiano? Qual é o órgão responsável pela continuidade do grupo?

14) Como surgiu a ACAVIM?

15) Quando se implementou o Caminho do Vinho, qual era a visão do SICTUR?

- 16) No projeto constava (chegou a constar) a criação de espaços de lazer para os moradores da Colônia Mergulhão?
- 17) A SICTUR tem feito o monitoramento do Caminho do Vinho?
- 18) Qual a sua opinião da mudança da atividade agrícola para atividade turística?

APÊNDICE B - Questionário 2: Para os empreendedores que integram o Caminho do Vinho – 2012.

**Identificação do Entrevistado**

Nome do empreendedor:

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Ano de Nascimento: \_\_\_\_\_

Estado Civil: ( ) Casado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) Viúvo(a) ( ) Divorciado(a)

Filhos: ( ) sim ( ) Quantos ( ) Não

Natural de São de José dos Pinhais ( ) sim ( ) não, qual cidade? \_\_\_\_\_

Descendência: ( ) Italiano ( ) Polônês

( ) Outra: qual? \_\_\_\_\_

Domina alguma língua estrangeira: Sim ( ) qual \_\_\_\_\_ ( ) Não.

Grau de escolaridade:

a) ( ) Ensino Básico b) ( ) Ensino Médio c) ( ) Superior d) ( ) Sem instrução  
(completo/ incompleto) (completo/incompleto) (completo/incompleto)

d) ( ) Pós Graduação: ( ) Especialização em que? \_\_\_\_\_

( ) Mestrado em que? \_\_\_\_\_

( ) Doutorado em que? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo reside em São José dos Pinhais? \_\_\_\_\_

Qual atividade profissional exerce atualmente?

Antes dessa exercia outra?

Para você qual era o significado da atividade anterior?

**BLOCO 1 - Caracterização dos empreendimentos do Caminho do Vinho**

**Nome do empreendimento:**

1) Tipo do empreendimento: Chácara ( ) Hotel ou pousada( ) Produtor Agroindustrial( ) Produtor Orgânico ( ) Vinícola( ) Restaurante ( ) Chácara de Eventos ( ) Pesque Pague( ) Outro ( ) \_\_\_\_\_.

2) O seu estabelecimento é : ( ) Próprio ( ) Alugado 2.1) área da propriedade \_\_\_\_\_.

3) Esta propriedade integra o Caminho do Vinho de Turismo Rural desde o início?

4) Sim ( ) Não ( ) Quantos anos: \_\_\_\_\_

- 5) Seu empreendimento recebeu financiamento do PRONAF: ( ) Sim ( ) não ( ) outro\_\_\_\_\_.
- 6) Seu empreendimento obtém: renda agrícola ( ) não agrícola ( ) ambas ( )
- 7) As metas com o empreendimento: Complementar Renda ( ) Renda Principal( )
- 8) Quanto a rentabilidade desde que o empreendimento integra o circuito obtém: ( ) lucro ( ) prejuízo ( ) se mantém
- 9) Se você obtivesse, praticamente, o mesmo rendimento financeiro, a sua opção seria pela atividade: ( ) atual ( ) anterior.

## **BLOCO 2 – Referente ao Turismo**

- 10) Para integrar o circuito, o Sr.(a) fez algum curso para trabalhar com turismo?  
( ) Sim ( ) Não. Qual\_\_\_\_\_? Qual órgão disponibilizou os cursos?
- 11) Quanto ao grau de satisfação desde que integra o circuito:  
11) Satisfeito ( ) Muito Satisfeito ( ) Insatisfeito ( )
- 12) No início o seu empreendimento empregava quantas pessoas?  
12) E hoje quantos estão empregados?  
Dentre a mão de obra empregada, quantos são seus familiares?
- 13) Os produtos agrícolas adquiridos e disponibilizados aos visitantes são:  
( ) Orgânicos ( ) Convencional
- 14) Seu empreendimento tem ficha de cadastro dos visitantes? ( ) sim ( ) não
- 15) Seu empreendimento recebe quantos visitantes ao mês em média?
- 16) No início como era a relação com os visitantes?
- 16) E hoje quais as suas impressões a respeito dos visitantes/ turista?
- 17) Desde que o seu empreendimento integra o circuito, quais as mudanças realizadas no seu empreendimento?
- 18) Em sua opinião o que é necessário para melhorar o turismo local?
- 19) O Sr.(a) Participa das reuniões da ACAVIM? ( ) SIM ( ) NÃO  
Frequência nas reuniões: ( ) sempre ( ) de vez em quando ( ) nunca
- 20) A linha de turismo passa pela sua propriedade com que frequência:  
( ) sempre ( ) de vez em quando ( ) nunca